



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Departamento de Ciências Econômicas



CLÁUDIA GOMIDE GUIMARÃES

PARQUES URBANOS

SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

GOIÂNIA

JANEIRO / 2010



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁ
Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Departamento de Ciências Econômicas



CLÁUDIA GOMIDE GUIMARÃES

PARQUES URBANOS

SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elane Ribeiro Peixoto.

GOIÂNIA
JANEIRO / 2010



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Departamento de Ciências Econômicas



CLÁUDIA GOMIDE GUIMARÃES

PARQUES URBANOS

SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

AVALIADORES:

Profª. Drª. Elane Ribeiro Peixoto

Presidente - Orientadora

Profª Drª. Deusa Maria Rodrigues Boaventura

Avaliador Interno - UCG

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Faria

Avaliador Externo

GOIÂNIA

JANEIRO / 2010

MENSAGEM

Ontem, eu fiquei horas esquecidas assistindo ao trabalho das formigas, indiferentes a tudo na sua meta de construir.

E aprendi o quanto é importante fazer...

Fazer sempre e de tudo para alcançar os galhos da vida, alimentar-se do fruto ali quase esquecido: a paz.

Oh, Deus! Torna-me indiferente a tudo que não seja construir com meu trabalho um mundo novo, onde as pessoas existam porque amam e entendem que o amor é o único sentido da vida.

Dedicatória especial:

A Deus

Vós sabeis que sou peregrino errante a caminhar nas sombras da busca do meu objetivo, do meu sucesso, da minha felicidade, confiando em Ti, numa vontade louca de acertar. Obrigada.

Aos meus pais

Pai, hoje, mais do que nunca, a tua presença se faz sentir, pois sou a continuidade do seu existir.

Mãe, sou o que sou hoje à custa de seus sacrifícios, pois renunciou aos seus sonhos para realizar os meus. Seja estas palavras a expressão da minha gratidão e imenso amor. Te amo demais. Obrigada.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos

Agradecer é admitir que houve um momento em que se precisou de alguém, é compreender que nada cresce sozinho, que sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo, uma atitude de amizade. Obrigada por tudo

Elane,

Uns são professores, alguns são mestres, poucos são homens. Aos primeiros, escuta-se, aos segundos, segue-se, aos últimos respeita-se.

Meu carinho e agradecimento sincero a você que soube me transmitir seus conhecimentos, experiências e acima de tudo a sua amizade.

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa e elaboração desta dissertação seria impossível sem o apoio e colaboração de muitos que direta ou indiretamente participaram para que concluíssemos o trabalho que ora apresentamos.

Mesmo com a solidão a que o desenvolvimento de um trabalho acadêmico desta natureza submete o autor, que se torna responsável pelas escolhas e relações estabelecidas, ocorrem contribuições múltiplas, valiosas, que vão desde gestos espontâneos na sugestão de um texto desconhecido aos incentivos e críticas à sua efetivação. Este processo coletivo faz com que o trabalho seja de muitos e ao mesmo tempo repleto de encontros, desencontros, novos pensamentos, novas delimitações, sonhos, realidade cotidiana, desafios, esperança de possíveis respostas, e ainda marcados pela vontade de lapidar a capacidade intelectual, coragem para enfrentar os intransponíveis obstáculos e certeza do dever cumprido.

Agradeço à coordenação da pós-graduação e aos professores do curso de mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás, que contribuíram para que os nossos conhecimentos fossem ampliados; aos valiosos e indispensáveis comentários da Prof^a. Dra. Elane Ribeiro Peixoto, que além da orientação incentivou-me mostrando os caminhos possíveis para atingir o sucesso de uma investigação científica.

Com relação às dividas pessoais e intelectuais, hesitamos em citar nomes, fica nossa gratidão a todos que deram assistência e contribuíram decisivamente nos momentos da elaboração, montagem e impressão final deste trabalho.

RESUMO

Cláudia Gomide Guimarães. Parques Urbanos: sua influência no Planejamento e Desenvolvimento das cidades. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – PUC -GO, Goiânia, 2010.

Nas últimas décadas, a discussão dos problemas ambientais tornou-se uma temática obrigatória no cotidiano citadino. As áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente em decorrência de sua degradação e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos. A evolução do parque urbano nestes dois últimos séculos acompanhou as mudanças urbanísticas das cidades, são assim, um testemunho importante dos valores sociais, econômicos e culturais do espaço urbano. Nos vários discursos sobre a cidade, especificamente sobre os parques urbanos, em sua grande maioria, construiu-se um consenso expresso pelos valores positivos atribuídos a esses espaços públicos. Todavia, visto mais de perto, esse consenso não parece condizer com as múltiplas realidades que envolvem os parques. A população pode manifestar-se de forma distinta em relação à presença dos parques em sua vizinhança. Além disso, é possível que eles possam atuar na valorização ou desvalorizando de seus entornos. Observa-se que há ambivalências em relação aos parques urbanos e que essas relacionam-se diretamente com a localidade onde são propostos. Mostrar essas dualidades e esses paradoxos entre áreas centrais e áreas periféricas com relação à presença de parques foi os desafios deste trabalho de pesquisa.

Palavras-chave: Parques urbanos, áreas centrais e áreas periféricas, valorização ou desvalorizando.

ABSTRACT

In the last decades, the discussion of the environmental problems became a thematic one obligatory in the daily city dweller. The green areas became the principal icons of defense of the environment due to your degradation and for the small space that is destined them in the urban centers. The evolution of the urban park on these last two centuries accompanied the changes urbanísticas of the cities, they are like this, an important testimony of the values social, economical and cultural of the urban space. In the several speeches on the city, specifically on the urban parks, in your great majority, a consent was built expresses for the attributed positive values the those public spaces. Though, sees more closely, that consent doesn't seem to match with the multiple realities that involve the parks. The population can show in a different way in relation to the presence of the parks in your neighborhood. Besides, it is possible that they can act in the valorization or depreciating of your entornos. It is observed that there are ambivalences in relation to the urban parks and that those link directly with the place where you/they are proposed. To show those dualities and those paradoxes between central areas and outlying areas with relationship to the presence of parks was the challenges of this research wor.

Word-key: Urban parks, central space and outlying space, valorization or depreciating.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	- Mapa de Localização	02
Figura 2	- Imagem aérea do Parque Flamboyant - 1968/2009	04
Figura 3	- Imagem aérea do Parque Taquaral - 1996/2009	06
Figura 4	- Parque da Luz	17
Figura 5	- Aterro do Flamengo	18
Figura 6	- Parque Mangal das Garças	19
Figura 7	- Esboço da implantação de Goiânia de Atílio C. Lima.....	23
Figura 8	- Versailles.....	24
Figura 9	- Traçado urbano de Atílio Corrêa Lima para Goiânia.....	25
Figura 10	- Estudo para o Parque Buritis.....	26
Figura 11	- Projeto do Parque Botafogo e Parque Paineiras.....	27
Figura 12	- Imagem de Goiânia.....	31
Figura 13	- Planta Geral de Urbanização – 1947.....	33
Figura 14	- Modificações da Construtora Coimbra Bueno.....	35
Figura 15	- Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.....	45
Figura 16	- Mapa das áreas verdes de Goiânia.....	65
Figura 17	- Modelo Espacial de Goiânia.....	70
Figura 18	- Equipamentos Públicos do Jardim Goiás.....	72
Figura 19	- Equipamentos e Empreendimentos do Jardim Goiás.....	74
Figura 20	- Lotes vagos / Jardim Goiás	75
Figura 21	- Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1968.....	78
Figura 22	- Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1975.....	79
Figura 23	- Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1986.....	79
Figura 24	- Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1991.....	80
Figura 25	- Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1996.....	81
Figura 26	- Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 2002.....	81
Figura 27	- Montagem aérea do Parque Flamboyant.....	82
Figura 28	- Panorâmica do entorno do Parque Flamboyant.....	88
Figura 29	- Panorâmica do entorno do Parque Flamboyant.....	88
Figura 30	- Mapa: macha de renda familiar.....	89
Figura 31	- Panorâmica do Parque Flamboyant.....	91
Figura 32	- Panorâmica do Parque Flamboyant.....	92
Figura 33	- Panorâmica do Entorno do Parque Flamboyant.....	92
Figura 34	- Panorâmica do Parque Flamboyant.....	95
Figura 35	- Panorâmica do Parque Flamboyant.....	96
Figura 36	- Mapa Goiânia / Residencial Goiânia Viva.....	99
Figura 37	- Imagem aérea do Parque Taquaral – 1996.....	100
Figura 38	- Imagem aérea do Parque Taquaral – 2002.....	101
Figura 39	- Imagem aérea do Parque Taquaral – 2006.....	101
Figura 40	- Imagem aérea do Parque Taquaral – 2008.....	102
Figura 41	- Mapa digital do Plano Diretor – 2007.....	103
Figura 42	- Equipamento Público / Residencial Goiânia Viva.....	104
Figura 43	- Lotes vagos / Residencial Goiânia Viva.....	105
Figura 44	- Imagem Aérea do Parque Taquaral – 1971.....	106
Figura 45	- Nascente co Córrego Taquaral.....	107

Figura 46	- Imagem Aérea do Parque Taquaral – 1988.....	108
Figura 47	- Imagem Aérea do Parque Taquaral – 1991.....	108
Figura 48	- Mapa / Zoneamento Ambiental do Parque Taquaral.....	109
Figura 49	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	111
Figura 50	- Montagem Aérea do Parque Taquaral.....	112
Figura 51	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	115
Figura 52	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	116
Figura 53	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	116
Figura 54	- Panorâmica do Parque Taquaral / a praçinha.....	117
Figura 55	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	117
Figura 56	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	121
Figura 57	- Panorâmica do Parque Taquaral.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	- Espaços livres.....	28
Tabela 02	- Área destinadas para reservas.....	29
Tabela 03	- Centros Urbanos.....	29
Tabela 04	- Quadro de área.....	36
Tabela 05	- Intervenções nos espaços públicos.....	60
Tabela 06	- Parques de Goiânia.....	67
Tabela 07	- Levantamento do entorno do Parque Flamboyant.....	72
Tabela 08	- Levantamento do Jardim Goiás.....	73
Tabela 09	- Levantamento do entorno do Parque Taquaral.....	103
Tabela 10	- Levantamento do Residencial Goiânia Viva.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Pergunta 01 – Parque Flamboyant.....	152
Gráfico 02	Pergunta 02 – Parque Flamboyant.....	152
Gráfico 03	Pergunta 03 – Parque Flamboyant.....	153
Gráfico 04	Pergunta 04 – Parque Flamboyant.....	153
Gráfico 05	Pergunta 05 – Parque Flamboyant.....	153
Gráfico 06	Pergunta 06 – Parque Flamboyant.....	154
Gráfico 07	Pergunta 07 – Parque Flamboyant.....	154
Gráfico 08	Pergunta 08 – Parque Flamboyant.....	154
Gráfico 09	Pergunta 09 – Parque Flamboyant.....	155
Gráfico 10	Pergunta 10 – Parque Flamboyant.....	155
Gráfico 11	Pergunta 11 – Parque Flamboyant.....	155
Gráfico 12	Pergunta 12 – Parque Flamboyant.....	156
Gráfico 13	Pergunta 13 – Parque Flamboyant.....	156
Gráfico 14	Pergunta 14 – Parque Flamboyant.....	156
Gráfico 15	Pergunta 15 – Parque Flamboyant.....	157
Gráfico 16	Pergunta 01 – Parque Taquaral.....	158
Gráfico 17	Pergunta 02 – Parque Taquaral.....	158
Gráfico 18	Pergunta 03 – Parque Taquaral.....	159
Gráfico 19	Pergunta 04 – Parque Taquaral.....	159
Gráfico 20	Pergunta 05 – Parque Taquaral.....	159
Gráfico 21	Pergunta 06 – Parque Taquaral.....	160
Gráfico 22	Pergunta 07 – Parque Taquaral.....	160
Gráfico 23	Pergunta 08 – Parque Taquaral.....	160
Gráfico 24	Pergunta 09 – Parque Taquaral.....	161
Gráfico 25	Pergunta 10 – Parque Taquaral.....	161
Gráfico 26	Pergunta 11 – Parque Taquaral.....	161
Gráfico 27	Pergunta 12 – Parque Taquaral.....	162
Gráfico 28	Pergunta 13 – Parque Taquaral.....	162
Gráfico 30	Pergunta 14 – Parque Taquaral.....	162
Gráfico 31	Pergunta 15 – Parque Taquaral.....	163

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE ILUSTRAÇÃO	
LISTA DE TABELAS	
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	
GOIÂNIA NA HISTÓRIA	
1.1. O nascer da nova capital	23
1.2. A participação de Armando Augusto de Godoy no plano de Goiânia	32
1.3. O Setor Sul	33
1.4. Os planos diretores de Goiânia	40
1.4.1 Terceiro Plano Diretor – Luís Saia (1959-1962): Não Implantado.....	41
1.4.2 Terceiro Plano Diretor - Jorge Wilhelm (1967 - 1968)	43
1.4.3 Quarto Plano Diretor – Engevix Engenharia (1989 - 1992)	46
1.4.4 Quinto Plano Diretor – Prefeitura Municipal de Goiânia (2007)	48
1.5. A imagem da cidade	50
1.5.1. Goiânia: uma cidade ecologicamente correta (1993 – 1996).....	52
1.5.2. Goiânia: a cidade das flores (1997 – 2000)	54
1.5.3. Goiânia: você fazendo parte (2001 – 2004)	58
1.5.4. Goiânia o trabalho que você vê (2005 – 2008 / 1º mandato e 2009 – 2012 / 2º mandato: Reeleito).....	62
1.6. Goiânia e suas áreas verdes.....	64
CAPÍTULO II	
PARQUE FLAMBOYANT E TAQUARAL	
2.1. O Parque Flamboyant.....	69
2.1.1 Histórico do Bairro.....	69
2.1.2. Histórico do Parque Flamboyant.....	76
2.1.3. O projeto paisagístico.....	83
2.1.4. O parque visto por seus moradores.....	86
2.2. O Parque Taquaral.....	98
2.2.1. Histórico do Parque.....	98
2.2.2. Histórico do Bairro.....	106
2.2.3. O projeto paisagístico.....	109
2.2.4. O parque visto por seus moradores.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS	132
APÊNDICE	138

Projeto paisagístico do Parque Flamboyant	139
Projeto paisagístico do Parque Taquaral	140
Relação das Unidades de Conservação de Goiânia	141
Questionário	148
Tabulação do Parque Flamboyant	150
Tabulação do Parque Taquaral	151
Gráficos	152

INTRODUÇÃO

Minha atuação profissional¹ permite o contato direto com os problemas que envolvem a cidade de Goiânia. Particularmente, meu interesse em assuntos relativos ao meio ambiente urbano direcionou minha atenção para os parques urbanos e o papel que desempenham em determinadas circunstâncias. Esse papel pode ser, na maioria das vezes, espaços significativos na melhoria das condições de vida das populações de seu entorno ou espaços que interferem de forma negativa em certa comunidade tanto nos seus valores sociais, culturais e econômicos.

Observa-se que há ambivalências em relação aos parques urbanos e que essas se relacionam diretamente com a localidade onde são propostos. O paradoxo entre áreas centrais e periféricas com relação à presença de parques aponta para uma direção da pesquisa que põe em xeque a aquiescência acerca desses espaços. Nos vários discursos sobre a cidade, especificamente sobre os parques urbanos, em sua grande maioria, construiu-se um consenso expresso pelos valores positivos a eles atribuídos. Todavia, visto mais de perto, esse consenso não parece condizer com as múltiplas realidades que envolvem os parques. A população pode manifestar-se de forma distinta em relação à presença desses em sua vizinhança. Além disso, é possível que possam atuar na valorização ou desvalorização de seus entornos. Mostrar essas dualidades e esses paradoxos são os desafios deste trabalho de pesquisa. Para tal, procedeu-se um recorte espacial e temporal do tema. Assim, surgiu como possibilidade para esta pesquisa o estudo de dois parques de Goiânia, situados em área central e periférica da capital: respectivamente, o Parque Flamboyant e o Parque Taquaral.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás – UCG e especialista em Planejamento Urbano e Ambiental – UCG.

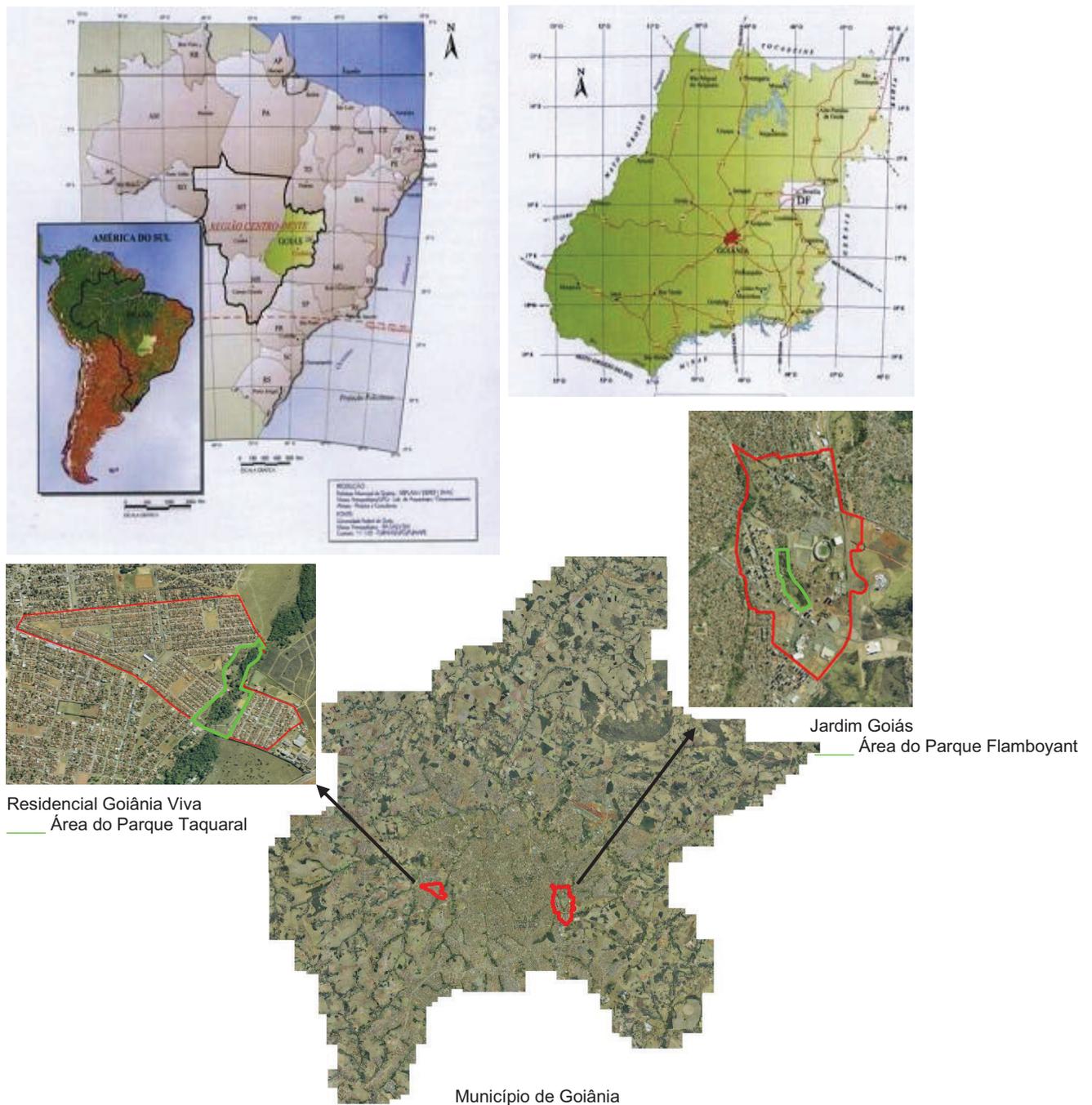


Figura 1: Mapa de localização - América do Sul / Brasil / Goiás / Goiânia / Residencial Goiânia Viva - Parque Taquaral / Jardim Goiás - Parque Flamboyant.

As observações relativas ao foco desta pesquisa, especificamente os parques Flamboyant e Taquaral, indicam que os mesmos devem ser estudados, analisados e interpretados nos seus diferentes tempos, tendo como referência suas relações com a dinâmica do processo de urbanização de Goiânia. As questões

iniciais que orientam a pesquisa são frutos de observações feitas em vistorias técnicas pela cidade, quando foi diagnosticado que o principal problema relativo ao estudo dos Parques Flamboyant e Taquaral pode ser sintetizado pelas perguntas:

Como o espaço público do parque, construído em áreas central ou periférica da cidade, é percebido por populações que vivem em suas proximidades e são caracterizadas por níveis econômicos diversos? Como essas percepções alteram os valores econômicos dos entornos?

O Parque Flamboyant resultou de uma operação consorciada² de um grande empresário e empreendedor imobiliário, proprietário de vários imóveis e equipamentos de grande relevância no Bairro Jardim Goiás. O Parque Taquaral, por sua vez, foi uma iniciativa do poder municipal, situa-se afastado do centro da cidade, no bairro Residencial Goiânia Viva, não possuindo qualquer equipamento comercial de destaque.

O Parque Municipal Flamboyant, hoje uma Unidade de Conservação, localiza-se no setor Jardim Goiás, em área pertencente à antiga Fazenda Botafogo. Esta reserva verde foi criada na aprovação do parcelamento do Bairro³. Mais tarde foi ratificada pelo remanejamento do Setor Jardim Goiás sendo chamada “Parque F”⁴, mais conhecida como área do Automóvel Clube de Goiás⁵.

Segundo os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAM, o antigo Automóvel Clube, localizado entre o Estádio Serra Dourada e o Flamboyant Shopping Center, foi fundado em 1962 por intelectuais e políticos goianos. O clube ocupava uma área de 87.332,00m² e sofreu, ao longo do tempo, com as ações de vândalos e especuladores imobiliários, devido sua localização estar numa região de expansão comercial. Em decorrência dessa localização, entre 35% a 40% da sua área verde foi destruída e suas nascentes poluídas. Com todos esses problemas, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Goiânia solicitou o tombamento da área.

² Operação Consorciada é definido pelo parágrafo 1º do artigo 32 do Estatuto da Cidade da seguinte forma: “§ 1º Considera-se operação consorciada o conjunto de intervenção e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Nessa forma de operação urbana consorciada o empreendedor foi Lourival Louza Junior.

³ Decreto Nº. 018 de 22 de setembro de 1950.

⁴ Decreto Nº. 655, de 15 de outubro de 1981.

⁵ Tombada por meio do Decreto Nº. 158, de 24 de janeiro de 2000.

No dia 24 de Janeiro de 2004, o Prefeito Nion Albernaz assinou o decreto de Nº. 296, aprovando o tombamento. Em seguida, efetivado o tombamento, a Diretoria do Clube procurou a Prefeitura e a Câmara Municipal, com o objetivo de solicitar apoio para a realização do reflorestamento, transformando a área em um Parque Ecológico. Em março de 2004, foi formalizada entre o Automóvel Clube e o Município de Goiânia, a doação da área de 87.332,00m², situada no Setor Jardim Goiás, constituindo a base do “Parque Flamboyant”.

Da aprovação do projeto original do Jardim Goiás⁶ foram destinadas duas áreas públicas localizadas ao longo do curso d’água identificado como Córrego Sumidouro com área de 57.639,77m² e 64.458,81m². Com o remanejamento do Jardim Goiás, as duas áreas do projeto original juntaram-se formando uma única, que depois integrou aquela do Automóvel Clube para provir o Parque Flamboyant com área total de 141.872,08m².

Desde a implantação até os dias atuais, a área do Bairro como a de seu entorno sofreu muitas transformações. O fator que desencadeou inicialmente o processo de valorização do espaço foi a implantação da infra-estrutura urbana (água, energia, comunicação, asfalto, transporte público equipamentos de lazer), e a proximidade da BR 153 - via de ligação das Regiões Sul / Sudeste à Região Norte do país. Estes investimentos agregaram valores a terra, principalmente para a implantação de empreendimentos de grande porte. Esses fatores contribuíram para o crescimento econômico da região onde se localiza o Jardim Goiás.

As imagens aéreas demonstram a evolução urbana da área do Parque Flamboyant:



Figura 2 - Imagem aérea do Parque Flamboyant – 1968 / 2009. Fonte: SEPLAM/2009.
— Área do Parque Flamboyant.

⁶ Decreto N.º 08, de 22 de setembro de 1950.

O Parque Taquaral Doracina dos Santos Soares⁷ foi criado em 25 de julho de 1995. A área onde está localizado o parque pertencia à zona rural do município, aconteceram invasões e, através de decreto de regularização, foi parcelada originando o Bairro Residencial Goiânia Viva. O Córrego Taquaral, nesta época, chamado de Córrego Rio Bonito, e toda a área onde hoje existe o Residencial Goiânia Viva era uma fazenda de propriedade do senhor Tônico Toqueira que, posteriormente, a vendeu para o senhor Lourival Louza, curiosamente o mesmo empreendedor do Bairro Jardim Goiás.

O Parque foi criado com o objetivo de preservar o Córrego Taquaral e sua mata ciliar, fragmentada em função dos novos parcelamentos e por ocupações clandestinas. Com o surgimento desses parcelamentos, o entorno do parque passou por uma fase de abandono por parte do governo municipal e dos moradores do Bairro. O fato agravou-se após a morte da senhora Doracina, uma das moradoras pioneira do Residencial Goiânia Viva e zelosa “agente ambiental”. Ela cooperava de forma autônoma com a manutenção e fiscalização do parque. Depois de seu falecimento, as pessoas começaram a utilizar a área como depósitos de entulhos e como ponto de apoio para a utilização de drogas e outros crimes.

A partir da legalização da área, foram aplicadas várias benfeitorias no local entre as quais, em 2003, destacam-se os primeiros plantios com árvores nativas da região, na tentativa de recuperar a vegetação original. Em 2005, foram realizados trabalhos de revitalização e em março de 2006 foi implantado o novo projeto paisagístico do parque.

As transformações urbanas no entorno do parque foram também registradas e destacam-se nas imagens abaixo. Observando a seqüência das imagens, constata-se a ocupação e densificação da área, em processo distinto ao do Parque Flamboyant, em virtude de suas respectivas tipologias arquitetônicas. Em relação ao primeiro, sua concretização alavancou a ocupação do Jardim Goiás com habitações coletivas. No caso do segundo, a tipologia dominante é de habitações térreas, sendo que o propósito da criação do parque foi frear sua devastação.

⁷ Decreto nº.1468, Lei Municipal 6.063 de 19 de dezembro de 1983.



Figura 3 - Imagem aérea do Parque Taquaral – 1996 / 2009. Fonte: SEPLAM/2009.
— Área do Parque Taquaral.

Diante do exposto, as hipóteses possíveis dos problemas formulados são relativas à dualidade e ao paradoxo apresentados pelas áreas dos Parques Flamboyant e Taquaral e são assim descritas:

1. O parque Flamboyant e o Parque Taquaral são percebidos pelas populações vizinhas de forma distintas. No caso do primeiro, é visto como um valor positivo, traduzido pelos benefícios da proximidade com a natureza, pelas diversas possibilidades de uso, pela qualidade de seu paisagismo e disponibilidade de equipamentos. No segundo caso, a visão sobre o parque é dual porque está associado à idéia da presença de marginais, dando lugar a um sentimento de insegurança de viver em suas proximidades.

2. Os parques não atuam no entorno da mesma maneira. No caso das áreas centrais, o parque potencializa esse valor, em contrapartida, nas áreas periféricas, ele o minimiza.

Quanto à natureza da pesquisa, a abordagem do tema é qualitativa tendo em vista que diferentemente da pesquisa quantitativa, essa:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, o que não pode ser traduzido somente em números. Nesta abordagem, são procedimentos básicos a buscas da interpretação dos fenômenos, a atribuição de significados, a descoberta de relações até então ocultas e das inter-relações estabelecidas. Geralmente é feita com a utilização de técnicas de observação em seu ambiente natural e o próprio pesquisador se

transforma no seu instrumento-chave. (MENDONÇA ROCHA e NUNES, 2008, p.37).

A partir da citação acima e das observações feitas ao longo de todas as etapas de elaboração da pesquisa, o fenômeno analisado é relativo às formas de percepções dos parques por parte das populações a eles vizinhas.

As observações inicialmente feitas relativas às áreas dos parques Flamboyant e Taquaral são antagônicas. Nota-se que no espaço físico dos parques, a percepção da população que reside ou freqüenta o local desperta sentimentos, idéias, necessidades, expectativas e interpretações diferentes que se reportam ao conjunto de fatos e relações que envolvem suas localizações e suas diferentes maneiras de usos. Este foi o ponto de partida do trabalho: compreender as diferentes percepções dos parques.

Em termos organizacionais, a pesquisa compreendeu três etapas distintas e complementares. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa exploratória, como um trabalho preliminar, tendo em vista conhecer melhor os objetos de estudo. Esta fase implicou a revisão bibliográfica, com foco na história dos parques urbanos, na história de Goiânia e nos conceitos relacionados aos parques. Comportou também visitas aos parques para observações mais descomprometidas.

A segunda fase do trabalho implicou uma aproximação mais acurada dos objetos estudados, buscando o conhecimento das especificidades referentes às áreas dos dois parques, seus projetos paisagísticos, os históricos das transformações do entorno, a valorização imobiliária. Constou de pesquisa documental⁸ direta a órgãos públicos (SEPLAM, AMMA, AGENCIA AMBIENTAL, ONGs, etc.) possibilitando reunir o material necessário para conhecer e analisar os objetos de estudo, proporcionando condições de visualizar o processo de formação do espaço, o de sua ocupação às formas atuais. Essa etapa é marcada pelo conhecimento dos parques urbanos de Goiânia e, especificamente, os dois parques pesquisados.

⁸ Pesquisa documental: os documentos são considerados fontes estáveis e riquíssimas de informação, pois permitem repetidas consultas segundo diferentes pontos de vista e sua análise não exige a presença ou a interação com dos sujeitos implicados. Representam fragmentos da realidade social e refletem a conjuntura política e social em que foram produzidos. Por isso mesmo, podem revelar opiniões, crenças, formas de atuar, de viver e pensar e merecem ser pesquisados, de acordo com sua pertinência em relação ao tema em estudo (...) (MENDONÇA ROCHA e NUNES, 2008, p. 37).

A terceira etapa é relativa à forma de abordagem do tema, torna-se necessário definir as técnicas e procedimentos usados na realização da pesquisa. Neste sentido, realizou-se a conjugação do estudo de caso com a pesquisa participante, entendidos segundo as explanações de Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 39-40):

[...] pesquisa participante: caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, envolvendo posições valorativas. Tem sido empregada no estudo de comunidades constituídas por minorias, com a finalidade de evidenciar seus valores, formas de resistência, padrões de comportamento, etc.

[...] estudo de caso: é caracterizado por ser uma pesquisa que tem como objeto de investigação uma entidade bem definida, como, por exemplo, uma pessoa ou um grupo de pessoas, uma comunidade, uma organização, a implantação de um processo etc., tomados como uma unidade de análise. Visa, de acordo com Yin (2001), a responder a questões do tipo “como” e “por que” ocorrem tais fenômenos, considerando suas singularidades. Investiga-se uma situação específica, que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de essencial e característico. Essa modalidade de pesquisa é a mais indicada, quando o fenômeno é complexo, o corpo de conhecimento existente é insuficiente para explicá-lo e quando o fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre. Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo, em que o pesquisador procura não intervir sobre a situação, mas busca conhecê-la tal como ela se apresenta. Para isso, a pesquisa apóia-se numa descrição bruta, isto é factual, literal, sistemática e, tanto quanto possível complexa do seu objeto de estudo. No entanto, um estudo de caso não deve ser meramente descritivo; pode ter igualmente um profundo alcance analítico; pode interrogar a situação; pode confrontar a situação a outras já conhecidas e com teorias existentes; pode ainda ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futuras investigações. O estudo de caso tem tido um uso extensivo na pesquisa social, seja nas disciplinas tradicionais, como Psicologia, seja nas que possuem uma forte orientação para a prática, como a administração, além de ser usado para a elaboração de dissertações e teses. As limitações relacionadas ao estudo de caso referem-se às dificuldades de generalização dos resultados obtidos.

Aliado as técnicas e aos procedimentos acima citados, questionários com a finalidade de esclarecer a percepção dos parques por parte das populações vizinhas foram aplicados. Essa etapa caracterizou-se por um terceiro aprofundamento do conhecimento dos parques, foram levantados mapas, fotos, documentos, além de entrevistas diretas aos órgãos públicos.

O trabalho de observação foi registrado em diferentes dias da semana tendo em vista colher informações mais diversificadas possíveis para uma melhor aproximação dos Parques Flamboyant e Taquaral.

Para concluir esta explanação geral do trabalho, apresenta-se seus resultados:

1. Propiciar uma visão crítica da cidade que ultrapasse a sua abordagem pelo planejamento como uma unidade homogênea.
2. Desconstruir o consenso positivo dado aos parques urbanos.
3. Oferecer subsídios para pensar as políticas públicas de implantação de equipamentos para a cidade.

As respostas às indagações apresentadas serão respondidas ao longo do estudo, todavia, para que sejam melhor compreendidas, torna-se necessários uma apresentação do histórico dos parques, numa visão geral, e a recuperação de algumas definições.

OS PARQUES URBANOS: HISTÓRIA E DEFINIÇÕES

O parque urbano afirmou-se como um produto da cidade da era industrial. A partir do século XIX, “a necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo de ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano” (MACEDO, 2002, s.p.) explica sua afirmação, mas para melhor entendê-la é preciso reportar-se no tempo.

Para situar as condições nas quais se colocaram os parques urbanos, torna-se necessário a recuperação de alguns fatos históricos. Do ponto de vista quantitativo, a revolução industrial é seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes.

O século XIX foi consciente da função higiênica e sanitária dos espaços livres, como bem exemplificado por Camilo Sitte, que mesmo sendo um entre os mais ardorosos promotores da visão estética da cidade, chamava os parques urbanos de “espaços verdes sanitários”. A postura higienista, diante da caótica situação da cidade industrial, é enfatizada por Choay (1979, p.5) quando salienta as ações e os personagens que a promoviam:

Uns são inspirados por sentimentos humanitários: são dirigentes municipais, homens da Igreja, principalmente médicos e higienistas, que denunciam, com o apoio de fatos e números o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano. Publicam séries de artigos em jornais e revistas, particularmente na Inglaterra, onde a situação é mais aguda; é sob a influência deles que, nesse país, serão nomeadas as célebres Comissão Reais de pesquisa sobre a higiene, cujos trabalhos publicados sob forma de Relatório ao Parlamento, forneceram uma soma insubstituível de informações sobre as grandes cidades dessa época e contribuíram para a criação da legislação inglesa do trabalho e da habitação.

O parque, segundo Choay (1979, p.286), era entendido não como uma parte integrante do meio urbano, mas como um local de refugio, cujo valor essencial vinha do contraste com a ruidosa e empoeirada colméia urbana. O valor recreativo dos parques era também incontestável, além disso, serviam de barreira contra um desenvolvimento contínuo da cidade. Mas, salvo no caso das classes privilegiadas, esses parques só eram utilizados nos domingos e em dias de festas.

Dessa breve explanação, referente ao século XIX, observa-se que a revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretou a promoção dos parques como uma das soluções para as cidades convulsionadas. Para melhor enfatizar essa idéia, Choay, (1979, p. 08) aponta os modelos oferecidos pelos urbanistas progressistas, cujas propostas incluíam os indefectíveis espaços verdes:

Estes espaços abertos, rompidos por vazios e verdes são exigência da higiene. [...] Richardson, cujo projeto explícito na *Hygeia* [...] relata que o verde oferece particularmente um quadro para os momentos de lazer, consagrado à jardinagem e à educação sistemática do corpo.

Se por um lado, a questão da higiene representou um forte argumento para a implantação dos parques, não menos importante foi sua significação para o lazer e embelezamento. Já no final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surgiu como fato urbano de relevância, firmando-se como “modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, apresentando idéias românticas aliadas à natureza, à influência da cultura e arte orientais” (KLIASS, 1993, p. 20). As criações desses parques eram, inicialmente, os jardins dos palácios da corte que foram, posteriormente, abertos ao público e incorporados à estrutura urbana.

Sobre essa afirmação, Mumford (1998, p.411) descreve:

[...] foi pelo aspecto do prazer e da recreação, da exibição e do desempenho teatral, que a influência do palácio se mostrou mais poderosa. O jardim de prazer, como os Ranelagh Gardens, de Londres, no século XVII, e os Jardins de Vauxhall e Cremorne, no século XVIII e princípio de XIX, constituíam tentativas para proporcionar os prazeres mais lascivos da corte à comunidade, a um preço razoável por cabeça.

Entre as décadas de 1850 e 1860, a implantação dos parques no continente europeu, com ênfase maior na França, especificamente por ocasião do plano de reformulação do centro de Paris, idealizado pelo barão Georges-Eugène Haussmann, teve grande relevância. Sobre esta influência, Macedo (2002, p. 19) descreve que durante a gestão de Haussmann, Paris passou por profundas transformações urbanísticas:

seus novos parques e jardins públicos, arquitetados sob a égide de Alphand, como o *Bois de Boulogne*, possuem ambientes cenograficamente inspirados em uma visão pastoril e romântica, típica do parque inglês, público ou privado, dos séculos XVIII e XIX, adaptados à visão nacionalista francesa.

Concomitantemente ao processo europeu, desenvolveu-se nos Estados Unidos o Movimento de Parques Americanos, cuja figura mais representativa foi Frederick Law Olmsted. Especificando a influência do parque na malha urbana americana, Olmsted (apud, SALGADO⁹, 2008, p.2) relatava:

o parque é também uma opção urbanística que se justifica em face aos argumentos de ordem econômica-funcional, sendo que este segundo aspecto não está em absoluto separado, mas ao contrário, integrado e dependente das considerações ético-ideológicas sobre a função social do parque.

Frederick Law Olmsted preparou em 1865 um relatório para a ordenação do Brooklyn Park, nele, acentuava decididamente o caráter de intervenção urbanística global que deveria possuir este projeto: “[...] o Brooklyn Park se estende através do sistema viário que determina o interior da cidade, adquirindo um significado de vínculo urbanístico” (SALGADO, 2008, p.2). Em 1879, Olmsted fez novas referências ao mesmo parque, cujas principais descrições estão contidas nas indicações para a “reorganização da estrutura viária através da criação de um

⁹ Ivone Salgado é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do mestrado em Urbanismo – CEATEC, da PUC – Campinas.

sistema de *parkways*. Ambos determinam a configuração do sistema viário, estruturando o futuro desenvolvimento urbano” (SALGADO, 2008, p. 02). Na visão do paisagista americano, o parque parece extrapolar sua função contemplativa, higienizadora e de lazer, para participar da ordenação da própria cidade. Segundo estudos de Salgado, esta visão foi aplicada em várias cidades americanas, onde Frederick Law Olmsted esteve presente como projetista e colaborador, como foram os casos de: Nova Iorque, Chicago, São Francisco, Newark, Newport, Albany, Boston, Cincinnati, Buffalo e outras.

No Brasil, o século XIX é o momento da definição do país como nação. A partir da vinda da família real portuguesa, em 1808, observam-se profundas reestruturações e modernizações nas velhas e pequenas cidades, que são aparelhadas para desempenhar novas e mais complexas funções administrativas. O parque urbano brasileiro, ao contrário do europeu, não surgiu da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. Macedo (2002, p. 16) expõe que o parque brasileiro:

é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses.

Complementando este raciocínio, o século XIX:

marcou a transformação formal dos velhos largos e terreiros em espaços ‘modernos’, muitos dos quais foram ajardinados de modo a construir espaços ‘dignos’ para as elites, que pouco a pouco foram ocupando e reocupando as áreas centrais, expulsando ambulantes, feirantes e favelados para outros pontos. (MACEDO, 2002, p.18).

No início do século XX no Brasil, foram constituídos os primeiros parques privados, concebidos e administrados por empresas particulares, como, no caso de São Paulo, o Jardim da Saúde, o Parque Antártica e o Jardim da Aclimação. Esses parques ofereciam ao usuário, mediante um ingresso pago, o acesso a uma exposição, caso do Parque Antártica, ou a um pequeno zoológico, como no Jardim da Aclimação, hoje, Parque da Aclimação.

Durante a primeira metade do século, os parques foram construídos em pequenos números, concentrando-se em algumas das grandes cidades – capitais ou

não – e estâncias de veraneio, ficando restritos praticamente a áreas centrais e a bairros de elite.

As cidades brasileiras, durante todo o século XIX e mesmo no século XX, em especial na sua primeira metade, “expandiram-se de um modo não-contínuo, sempre dotadas de vazios urbanos, sendo o parque considerado equipamento desnecessário para o lazer imediato e cotidiano da população” (Macedo, 2002, p.24).

Complementado a argumentação, Macedo (2002, p.24) expõe:

Os vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país, foram, por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo praticado em praças ou parques. Somente com a sua diminuição e mesmo desaparecimento, a partir da segunda metade do século XX, e com a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento urbano tornou-se uma necessidade social.

Nos anos de 1950 e 1960, com a grande explosão das cidades brasileiras, tornou-se evidente a carência de espaços ao ar livre para o lazer. Assim, diante da escassez desses espaços:

as cidades entraram em um processo de expressiva modelagem urbana, que, sob, a égide da salubridade, transforma áreas inteiras das cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Santos em espaços saudáveis, dotados de toda a infra-estrutura necessária à vida moderna das elites. (MACEDO, 2002, p.25).

Em 1954 e em 1962, as inaugurações dos parques Ibirapuera e do Flamengo, respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, apesar do seu caráter isolado, marcaram a ruptura definitiva com a estrutura do velho projeto romântico de paisagismo, oriundos do século XIX e ainda em voga até esta época. A lembrança destes dois parques e seus inusitados elementos paisagísticos e arquitetônicos é suficiente para marcar a distância que se encontravam de jardins tais como a Praça Paris, o Jardim da Luz, por exemplo. Os extensos gramados, as marquises sinuosas sob pilares delgados, os desenhos caprichoso formados por texturas de plantas nativas e as grandes áreas livres testemunhavam mais um

esforço de modernização do Brasil que, nesta época, construía a maior experiência urbanística modernista em pleno cerrado goiano.

A multiplicação do parque público pelas cidades brasileiras aconteceu a partir do final dos anos 1960, quando se iniciou um processo de investimento público sistemático na criação de parques, não mais voltados exclusivamente para as elites. Assim, a década de 1970 consolidou a figura do parque moderno com seu programa misto, contemplativo e recreativo, e soluções espaciais elaboradas.

Na década de 1980 foram firmados os procedimentos ecológicos como uma bandeira pela qualidade de vida, o que facilitou a formação de órgãos públicos denominados “ambientais” ou “do verde”. O argumento ecológico tornou-se um importante instrumento de preservação da vegetação nativa dentro do meio urbano. Nos últimos vinte anos do século XX, isto é, da década de 80 para frente, observou-se um interesse político crescente pela implantação e formação de parques públicos. Essa orientação pode também ser relacionada ao processo acelerado de urbanização do país, que levou a grande maioria da população a residir em cidades.

A população passou a ocupar mais densamente os centros urbanos e a desenvolver novos hábitos que se refletiram de imediato no programa do parque público. Novas funções foram introduzidas no decorrer do final do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções originaram novas denominações, exigindo outros adjetivos, tais como parque ecológico e parque temático.

O final do século foi também marcado pela consolidação da praia urbana como um grande parque:

[...] muitas cidades costeiras possuem extensas áreas tratadas paisagisticamente ao longo de suas principais praias, com projetos bastante sofisticados, que priorizam as atividades e o hábito de comer fora de casa, ao ar livre, em quiosque e mesas de bar, valorizando a tropicalidade das palmeiras e das amendoeiras e os grandes pisos de paginações elaboradas. (MACEDO, SAKATA, 2002, p.50).

Esse tratamento urbanístico à beira d'água estendeu-se também pelas cidades do interior como Manaus e Brasília, mas os “calçadões-parques” distinguem-se dos velhos “jardins-parques” por serem espaços ausentes de verde, ou seja,

apesar de receberem aprimoramento paisagístico, a estrutura é construída em função da água e não em função da mata.

Observa-se que o desenvolvimento das linhas projetuais dos parques públicos urbanos brasileiros sofreu grandes transformações, em compasso com experiências em todo o mundo, novos programas, novas linguagens respondem às circunstâncias históricas específicas. Assim, sob a perspectiva histórica, um percurso nitidamente é traçado acerca dos parques no Brasil: de terreiros vazios e nus, a cenários para a nobreza portuguesa fugida das guerras napoleônicas, aos recursos de embelezamento de cidades republicanas, aos grandes parques das metrópoles industriais, aos recantos de proteção de fauna e flora nativas ou ainda como cenários de atração turísticas, esses parques são representações de um mundo social que permeia a “breve” história do Brasil.

As questões de linguagem, em uma duração menor, definida pelos séculos XIX e XX, permitem reconhecer características formais marcantes que podem ser identificadas nos parques urbanos em escala nacional, estão definidas em três linhas: a eclética, a moderna e a contemporânea, segundo Macedo, Sakata (2002, p.61) são, assim, caracterizadas:

Eclética: Influência dos ideais culturais europeus, principalmente franceses e ingleses. Contavam com elementos românticos, bucólicos e arcades, e constituíram a base para a formalização desse modo de projetar.

Moderna: Apresenta uma linguagem formal e visual e utiliza-se de linhas despojadas, de formas geométricas, definidas e limpas.

Contemporânea: Observa-se o retorno a muitos dos antigos valores que irão fundir-se às novas formas de uso. A linha contemporânea de projeto paisagístico caracteriza-se, assim, por uma postura experimental, de busca, não chegando a apresentar padrões rígidos como suas antecessoras.

As questões de linguagem formal dos parques não pode ser dissociada de suas questões funcionais, colocando em evidencia a relação entre o programa e a forma. O programa de atividade refere-se às possibilidades de uso que o parque oferece à comunidade. Sobre essa especificação Macedo, Sakata (2002, p.61) descrevem:

[...] toda atividade projetual pressupõe a elaboração de um programa que deve corresponder às aspirações dos futuros usuários. Ao longo do tempo, pela ação do uso, os programas podem se alterar, sofrendo acréscimos ou subtrações que determinam a revisão do desenho do parque.

Segundo o mesmo autor, a forma:

é o suporte físico do programa de atividade, é a configuração propriamente dita, que acomoda o programa e estrutura os espaços que conterão os equipamentos, segundo um determinado padrão estético.

Associada à linguagem, corresponde uma série de atividades que os parques expressam em seus programas, conferindo-lhes o poder de explicação da sociedade para qual foram criados, é a partir desta compreensão que alguns exemplos são aqui destacados.

O Parque da Luz tem especial significado para a história de São Paulo, é o mais antigo Jardim Público da cidade -1798/99, apesar de sua inauguração só ter acontecido em 1825. A utilização como "Jardim Botânico" logo foi abandonada, em 1838, tornou-se simplesmente um "Jardim Público".

Um relato importante foi à contribuição de Antonio Etzel, como administrador do parque:

foi ele quem introduziu um novo traçado para o Jardim, como ruas circulares arborizadas, grandes gramados ao estilo inglês e bosques, bem como construiu a nova residência (1901), o Coreto (1902), o quiosque (1903), formou um "mini-viveiro" onde cultivava plantas e flores que eram transplantadas para os canteiros dos jardins e um "mini-zoológico", com capivaras, veados e aves exóticas, entre outros. Etzel administrou o parque até 1930 e, a partir desse ano, com a retirada dos muros e gradis e dos animais que compunham o zoológico, o **Jardim da Luz entrou em processo de deterioração, tornando-se, cada vez mais, simples local de passagem.** (www.sampa.art.br / acessado em 18/12/09 – grifo nosso).

Em 1972, o Jardim recebeu novo tratamento de limpeza e recuperação, foi novamente cercado com grades e portões, recebendo a denominação de "Parque da Luz"¹⁰. A dimensão do Parque da Luz, seus elementos construídos e as alamedas e passeios, resultados de reformas e alterações, registram a transição de São Paulo de uma modesta cidade "caipira"¹¹ para a capital da burguesia cafeeira, cujas referências de civilização eram buscadas na Europa.

¹⁰ A área é tombada pelo CONDEPHAAT através da Resolução nº 31, de 08/08/81, e pelo CONPRESP através da Resolução nº 05/91 tombamento "ex-officio". Seu uso é regulamentado pelas Portaria nºs 23/ Depave/78 e 95/DEPAVE/83.

¹¹ A expressão remete aos historiadores como Carlos Lemos, Benedito Toledo e Nestor Goulart Reis Filho.



Figura 4 – Parque da Luz / Imagem via internet / [HTTP://www.imagens.google.com.br](http://www.imagens.google.com.br) (acessado em 18/12/09). Foto: 1. sempla.prefeitura.sp.gov.br; 2. www.baixa.com.br; 3. ppbase.com/alexuchoa; 4. WWW.skycraperty.com.

O Parque Brigadeiro Eduardo Gomes¹², conhecido como Aterro do Flamengo, com 1.200.000m² de área verde à beira-mar, só foi possível com o desmonte do morro de Santo Antônio com o uso de jatos d'água. A mesma draga que abriu o Canal do Panamá retirou areia do mar para criar a Praia de Botafogo. Sob a coordenação de Lota Macedo Soares, os estudos de implantação do parque reuniu um grupo de profissionais, como o paisagista Roberto Burle Marx, o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho e os arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Sérgio Bernardes e Jorge Moreira. Nascia, então, uma das principais áreas de lazer da cidade, com quadras polivalentes, campos de futebol, *playground*, anfiteatro, pistas de skate e aerodelismo. Há ainda um restaurante e quiosques, a Marina da Glória e o Museu de Arte Moderna – MAM. O Aterro foi incorporado à paisagem da cidade e tornou-se um marco como o Pão de Açúcar e o Corcovado

¹² A idealização do parque foi de Lota Macedo Soares. Ela não fez universidade, mas foi aluna de Cândido Portinari e tornou-se uma esteta com o conhecimento da arquitetura e urbanismo.

O parque foi informalmente inaugurado em 12 de Outubro de 1965, Dia da Criança, com uma grande festa popular idealizada por Lota.



Figura 5 – Aterro do Flamengo / Imagem via internet / [HTTP://www.imagens.google.com.br](http://www.imagens.google.com.br) (acessado em 18/12/09). Foto: 1. colunista.ig.bom.br; 2. guilhermefonseca.wordpress.com.

O Aterro tem uma significação especial no contexto dos anos de 1960, é o Brasil industrial e moderno que nele está expresso, com a originalidade e independência de seus artistas e arquitetos, com o exotismo de suas plantas – a mensagem por ele veiculada é o da grande cidade, ao ritmo do desenvolvimento e da arte de um país promissor.

Recentemente, em 2005, na orla da Baía do Guajará em Belém foi inaugurado o Parque Mangal das Garças¹³. Criado às margens do rio Guamá, em pleno centro histórico da capital paraense, o parque ecológico é resultado da revitalização de uma área de 40.000,00m² no entorno do Arsenal da Marinha. Integrado ao cotidiano da cidade, o Mangal reproduz num espaço naturalístico as diferentes macro-regiões da flora paraense: as matas de terra firme, as matas de várzea e os campos.

O sentido do Mangal das Garças já não é o mesmo que alimentou a criação do Aterro do Flamengo. O que mais parece sustentar sua criação é o desejo de criar uma nova atração turística para Belém. É visitável mediante o pagamento de ingresso, o que restringe sua função como espaço público. Seu programa compreende um mirante, um borboletário, tanques para tartarugas, entre outras atrações. O elaborado desenho dos pisos e *decks*, o esmero de seu mobiliário e o restaurante de luxo em seu interior assinalam o propósito para o qual parece ter sido

¹³ O Mangal das Garças foi inaugurado em 12 de Janeiro de 2005, por Paulo Chaves e equipe.

criado: mais um lugar de visitação a ser adicionado à Docas, ao Mercado Ver O Peso, aos poucos edifícios restaurados do rico acervo existente na cidade.



Figura 6 – Parque Mangal das Garças / Imagem 1. IMG_0561.JPG; 2. IMG_0554.JPG; 3. IMG_0560.JPG; IMG_0556.JPG.

Os três parques citados cumprem a função de realizar uma síntese histórica a partir de suas linguagens e programas. Ilustram um percurso traçado do século XIX ao XXI e esclarecem que além da forma e da função dos parques, há neles subentendido valores sociais e ideológicos que os justificam como representações de seus respectivos lugares históricos.

Diante do processo histórico dos parques, ressalta-se a necessidade em identificar algumas definições referentes ao objeto principal de pesquisa deste trabalho.

É impossível iniciar os estudos relativos aos parques sem mencionar o papel desempenhado por Frederick Law Olmsted¹⁴ (1822-1903), nos espaços livres da cidade. A arquitetura da paisagem institucionaliza-se nos EUA no “último cartel do século passado, sob impulso da atuação desse paisagista pioneiro que forja a

¹⁴ Olmsted teve grande influência no desenho das cidades americanas com a inserção de parques na estrutura urbana através da utilização do seu potencial paisagístico. Exemplos dessa intervenção são percebidos nas cidades de Nova York, Chicago e Boston.

expressão *landscape architecture* para descrever o campo de atividade que trabalha a paisagem”. (BARCELLOS, 1999, p.16).

A obra mais conhecida de Frederick Law Olmsted é o “Central Park, projetado em 1858 por ele e Calvert Vaux, um dos seus constantes parceiros. Talvez mais importante que o Central Park de Nova York seja o pioneiro sistema de parques que organizou em Boston (1886)” (BARCELLOS, 1999, p.18). Aí ele iniciou o planejamento de um complexo de parques que, considerando o conjunto urbano, aliava preocupações ambientais às necessidades de lazer e recreação da população.

O arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted em seu relatório do projeto de implantação do Central Park de Nova York assim se posiciona na definição dos parques:

Fui responsável, profissionalmente, por aproximadamente uma centena de áreas públicas. Mas não costumo classificar mais do que vinte delas como ‘parques’. Pois reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, pontes ou, ainda, coleção disso e daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito do cenário (OLMSTED, apud KLIASS, 2004, p.19).

Segundo Barcellos (1999, p. 17), Olmsted preocupava-se com as “necessidades de lazer e recreação da população nos espaços livres de feições naturalistas, atribuindo a elas valor pedagógico e educativo. Inicialmente, ele imaginava que essas necessidades poderiam ser atendidas em parques nas áreas rurais”. Depois se defrontou com os “problemas de acessibilidade da população, o que o levou a pensar em redes de espaços livres e parques idealizados como cenários pastorais no interior das cidades”.

Tais explanações são também enfatizadas por Mumford (1998, p.528) quando relata:

Em todos os sentidos, o parque precedeu a nova forma urbana e nela estampou certas características que jamais tinham sido antes desejadas ou concebidas. Essa liberdade marcou o caminho para novas invenções. Nesse sistema de circulação, o Central Park de Olmsted e Vaux era superior a qualquer planta urbana convencional de duas dimensões, pois, usando passagens suspensas e subterrâneas, sempre que possível proporcionava quatro redes de tráfego independentes: caminhos para

pedestres, trilhas para cavalheiros, estradas para veículos de rodas e artérias transversais para o tráfego da cidade. Nas suas disposições tendo em vista a circulação desembaraçada e os cruzamentos seguros, esse esquema proporcionou uma contribuição singular ao planejamento urbano.

Sintetizando esse conjunto de preocupações, Frederick Law Olmsted entendia a paisagem como um sistema unificado de funções urbanas e rurais que devia ser objeto de um planejamento social estruturado. Além das soluções de desenho, essa seja, talvez, a mais importante das suas contribuições. Entre as posições iniciais do paisagista e os dias atuais, há uma grande distância, dada pelo crescimento das cidades, pela evolução tecnológica dos transportes e comunicações. Porém, a visão de totalidade oferecida por Olmsted sobre a cidade e seus espaços livres continua a ser um objetivo a perseguir.

Neste quatro, durante todo o século XX, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, a velocidade das transformações econômicas, sociais e culturais acelera-se, imprimindo novos significados e papéis às cidades. Os parques urbanos ganharam destaque, exigindo que os profissionais, diretamente envolvidos no assunto, revejam os pressupostos usados na definição de seu conceito. Abre-se um espaço para as contribuições de estudiosos brasileiros que são referências importantes.

Segundo Kliass (1993, p.19), “os parques urbanos são espaços com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. As considerações de Macedo complementam a elaborada por Kliass (2002, p.14) e acrescenta:

parque é todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

No plano das questões legais, o Sistema Municipal de Unidade de Conservação¹⁵ e Parques Urbanos de Goiânia – SMUC - estabelece critérios e

¹⁵ As Unidades de Conservação são porções delimitadas do território nacional especialmente protegida por lei, pois contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental. Em geral, ao se definir uma área a ser protegida, são observadas suas características naturais e estabelecidos os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção antrópica. Fonte: SMUC/GNA,2003.

normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação da natureza, estando os parques urbanos caracterizados como previsto em Lei¹⁶:

Parques: são os espaços territoriais urbanizados com equipamento sociais que permitam atividade de lazer, cultura e educação e a preservação de áreas verdes com características naturais alteradas, legalmente instituídos pelo Poder Público e limites definidos sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A partir de tais definições, observa-se um aprimoramento relativo na precisão do conceito de parque urbano, Kliass menciona três palavras chaves em sua conceituação que merecem destaque, são elas: dimensões, elementos naturais e o uso (restrito à recreação). Seguindo esta linha de raciocínio, Macedo acrescenta às intenções de conservação os aspectos morfológicos do parque, chamando a atenção para sua independência em relação ao entorno. Por sua vez, na determinação da Lei (SMUC/GNA), nota-se uma conjunção de idéias e são acrescentadas as expressões: espaços territoriais urbanizados e, quanto aos usos e às características naturais, tornam-se diversificados (lazer, cultura e educação) e assinala-se sua alteração, afirmando sua garantia de proteção pelo poder público assim como sua delimitação precisa.

É interessante ressaltar, que os parques urbanos constituem um elemento de forte relevância e evoluíram - assim como o seu conceito - tornando-se elementos de destaque no contexto das cidades. Muitas vezes mantiveram-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas de seu entorno.

As observações citadas sugerem que os parques urbanos devem ser estudados, analisados e interpretados nos seus diferentes tempos, tendo como referência suas relações com a dinâmica do processo de urbanização. A evolução do parque urbano nestes dois últimos séculos acompanhou as mudanças urbanísticas das cidades, sendo assim, são um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas.

¹⁶ Minuta do Projeto de Lei de Regulamentação das Unidades de Conservação e Parques Urbanos de Goiânia – SMUC/GNA: Sistema Municipal de Unidade de Conservação e Parques Urbanos de Goiânia – outubro / 2003.

CAPITULO I GOIÂNIA NA HISTÓRIA

1.1 O NASCER DA NOVA CAPITAL

Attílio Corrêa Lima, cumprindo o que havia sido estabelecido no decreto¹⁷, entregou ao interventor federal do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, no dia 10 de janeiro de 1935, o primeiro relatório de organização e criação do projeto da nova capital. Este documento constitui-se no Plano Diretor da cidade. Nele Attílio Corrêa Lima revela sua filiação com os princípios clássicos de conceber a cidade e tal concepção inicia-se com o reconhecimento do sítio onde seria assentada a nova capital:

Foi inicialmente indicado o local denominado de Paineiras, para o assentamento do núcleo inicial. Discordamos dessa opinião por ser o local muito deslocado da estrada de rodagem. [...] não foi somente esta a razão que nos obrigou a escolher outro trecho, também porque o estabelecimento d'água ficaria mais dispendioso [...] a configuração do terreno também para isso concorreu; sua formação sedimentar dá-lhe um perfil côncavo, isto é com declividade decrescente [...]. Ao passo que mais abaixo, no local por nós escolhido, essa declividade é em média de dois por cento; portanto muito mais propício para conter a parte central da cidade. (LIMA, 1937, p.140-146)¹⁸.



Figura 7 - Esboço da implantação de Goiânia de Attílio C. Lima, os córregos Botafogo e Capim Puba (em azul) que são cortados pela estrada de rodagem que fazia ligação entre Leopoldo de Bulhões e a cidade de Campinas. O triângulo equilátero representando a nova capital (em vermelho). Desenho sobre a matriz do esboço original. Fonte: (LIMA, apud DINIZ, 2007, p. 123).

¹⁷ Em 06 de julho de 1933, pelo Decreto nº 3547 o interventor Federal resolve encarregar o urbanista Attílio Correia Lima, representante da firma P. Antunes Ribeiro & Cia., do Rio de Janeiro, para a execução dos projetos da futura capital do estado.

¹⁸ Memorial publicado por Attílio Corrêa Lima na Revista de Arquitetura e Urbanismo em 1937 sob o título "Goiânia a nova capital de Goiás". Nesse documento encontra-se a descrição do Plano de Urbanização de Goiânia.

Com base nos memoriais, especificados como relatórios, observa-se que Atílio Corrêa Lima estudou o território e procurou tirar o máximo proveito da topografia do sítio onde seria implantada a nova capital. Ao descrever o traçado proposto, o arquiteto buscou obedecer à configuração do terreno, à necessidade do tráfego, ao zoneamento e ao loteamento. (Revista Arquitetura e Urbanismo – maio/junho 1937, p.140-146). Estes fatores foram cuidadosamente justificados, tornando o fio condutor do traçado da cidade proposto para o núcleo central.

A este respeito Manso complementa (1999, p. 92):

As avenidas principais deveriam seguir a linha do declive do terreno e todas as demais ruas secundárias seriam abertas paralelamente às curvas de nível, evitando erosões. Além disso, o traçado adotado favorecia a drenagem por gravidade, com as redes de esgotos recolhendo os dejetos e lançando-os em coletores-tronco, situados nos fundos de vale.

Do terreno escolhido para a implantação do núcleo inicial, Atílio Corrêa Lima tirou partido dos efeitos perspectivais, destacando o centro administrativo como ponto principal da cidade. Em seus estudos, o arquiteto procurou adotar o “partido clássico de Versailles, Karlsruhe e Washington, genericamente chamados de *Patte d’oie*, pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado”. (LIMA, 1937, p.140-146).

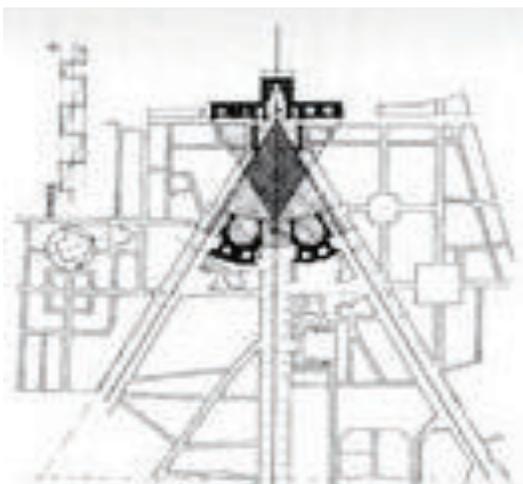


Figura 8 – Versalhes (detalhe da planta do castelo e da place d’Armes com indicação de dois ângulos visuais de 60 graus) – a direita: Versailles (vista do “Cour des Ministres”)

Da estrutura urbana mencionada, Atílio Corrêa Lima destacou as áreas estratégicas dentro da malha urbana, locais que por ele receberiam tratamentos diferenciados. O arquiteto ateu-se a estes referidos lugares classificando-os como áreas verdes e parques.

Segundo especificado no relatório, Atílio Corrêa Lima descreveu a necessidade da implantação dos parques, como também, a preocupação de suas preservações em função de uma futura especulação imobiliária. Essas áreas foram definidas no esboço do anteprojeto e receberam denominações específicas com demonstra a fig. 03.

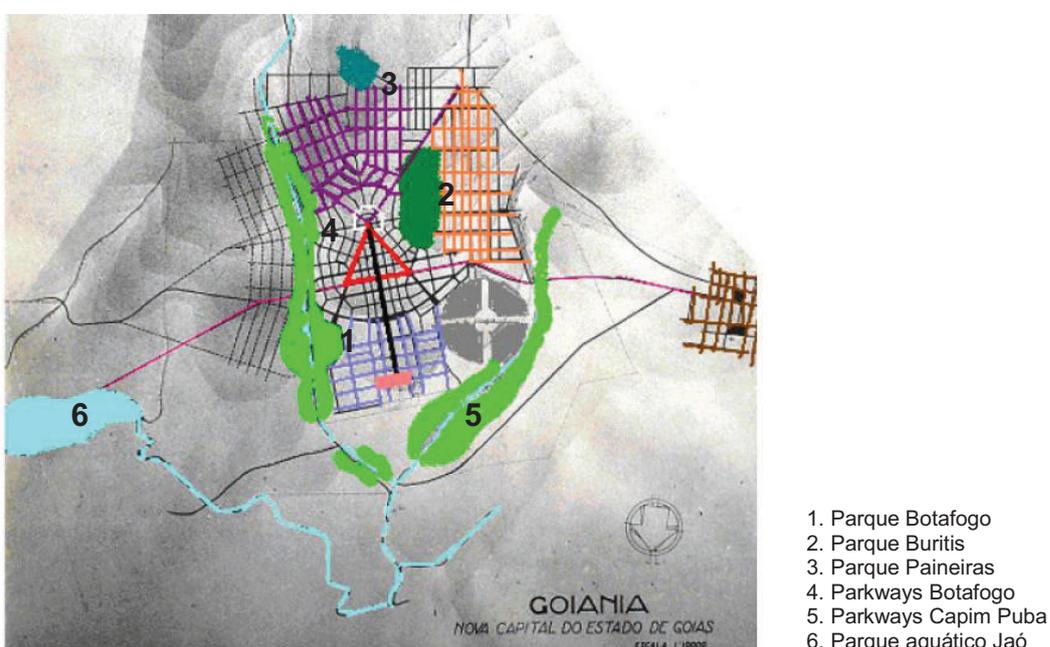


Figura 9 - Implantação do traçado urbano de Atílio Corrêa Lima para Goiânia – 1933.

Com relação aos parques, no relatório (1935) apresentado ao Interventor Pedro Ludovico Teixeira, o urbanista escreveu:

O buritizal, localizado na extremidade da rua 26, será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto, tirando partido deste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Este parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixas ao longo do *talweg* e medirá 50 metros para cada lado deste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam *park-way*. (LIMA, 1937, p.140-146).

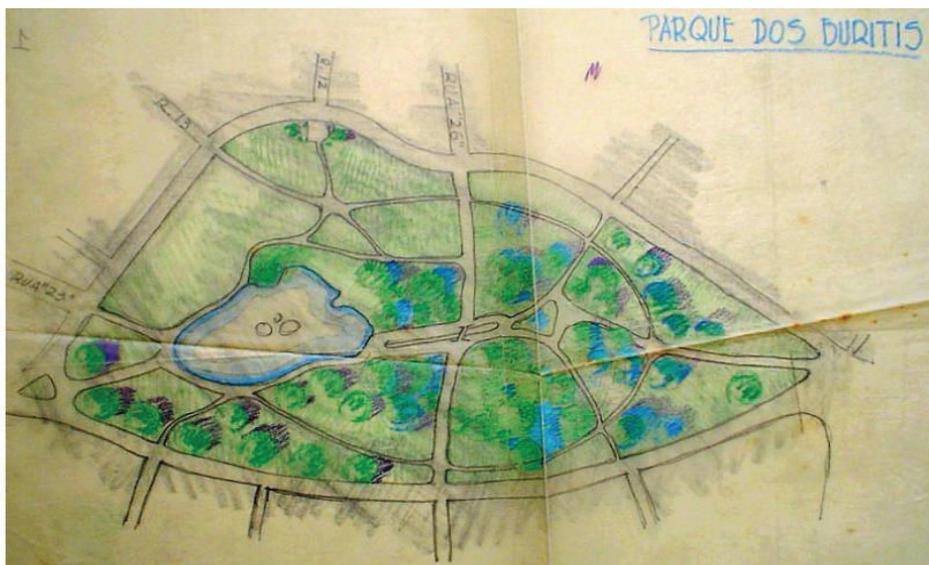


Figura 10 - Estudo para o Parque Buritis / (DINIZ, 2007, p.140).

No estudo do Parque dos Buritis, observa-se que o arquiteto traçou o parque nos moldes dos parques ingleses, com caminhos, pequenos lagos, ponte e cascata, isto é, constituindo uma orientação estética via os elementos próprios ao pitoresco.

A mesma preocupação ocorreu com o parque Botafogo:

O córrego Botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será ajardinado numa faixa mínima de 50 metros de cada lado a contar do eixo do rio. Esse ajardinamento, em forma de *park-way*, se prolongará até atingir a mata situada ao sul da avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade. Essa mata que denominamos de Parque Botafogo deverá ser protegida contra a devastação e contra as explorações industriais, afim de não ser desperdiçado este valioso patrimônio.(LIMA, 1937, p.140-146).

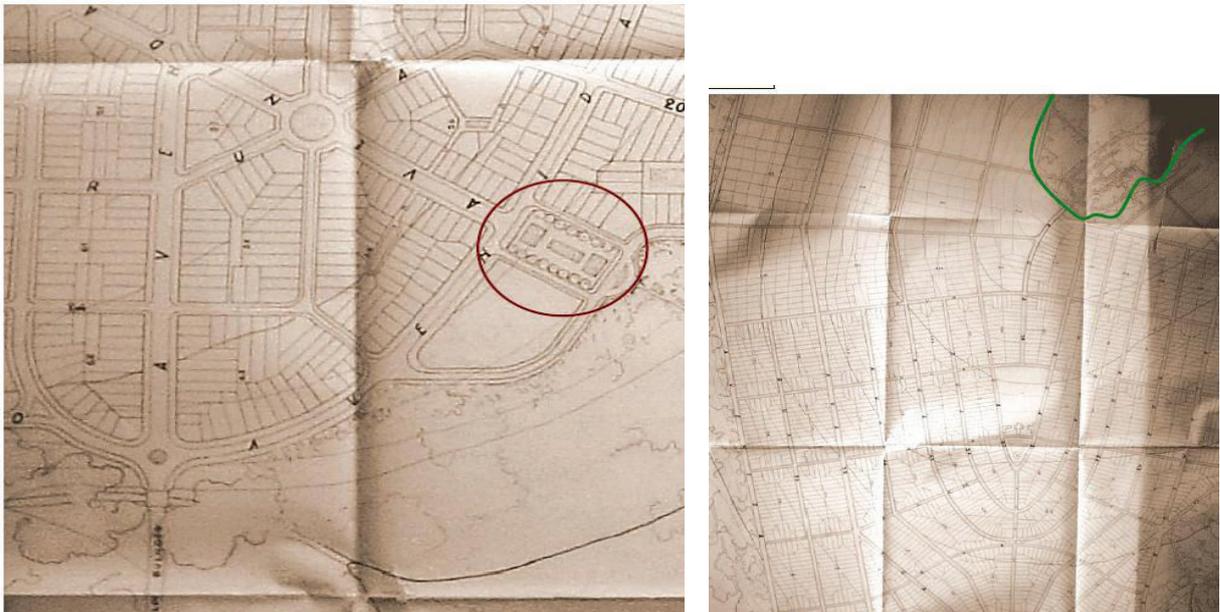


Figura 11 - À esquerda - Projeto do parque Botafogo: em destaque a Entrada; à direita - Projeto do setor Sul e parque Paineiras (demarcado de verde) / (DINIZ, 2007, p. 142 e 143).

Com relação ao Capim Puba, acrescenta:

[...] deverá, nas mesmas condições, ser destinado um *park-way*, estendendo se por todo o seu curso até atingir a mata situada ao norte do aeródromo. Esta mata, onde se dá a confluência dos córregos Botafogo e Capim Puba, e que mede 100 ha aproximadamente precisará ser conservada como reserva florestal para o futuro. (LIMA, 1937, p.140-146)

E conclui seu raciocínio ao descrever o parque aquático Jaó:

A represa do Jaó poderá, se bem preparado o seu terreno, constituir um centro de atrações esportivas inédito no Estado. Pela extensão que alcançará o lago formado, todos os esportes aquáticos poderão ser praticados. Não será utopia, pensar na possibilidade de mais tarde esta represa torna-se uma importante base de hidroaviões. (LIMA, 1937, p.140-146)

Observa-se que as preocupações de Atílio Corrêa Lima referentes aos parques ficam expressas de maneira especial em seus estudos. Nas figuras 04 e 05, os principais parques mencionados ao longo de seu projeto recebem cuidados especiais quanto ao projeto paisagístico. A preocupação em definir e especificar

certos pontos não ficaram expressos somente nos relatórios são também detalhados nos projetos de cada parque.

Attílio Corrêa Lima classificou os espaços livres pelas suas diversas categorias, medidos em hectares (Ha):

ESPAÇOS LIVRES	ÁREAS (ha)
Parque Botafogo	54 ha
Parque Buritis	40 ha
Parque Paineiras	16 ha
Park-ways	25 ha
Jardins	16 ha
Play-grounds	3 ha
Estacionamento de veículos (arborizado)	1 ha
Praças (ajardinadas)	5 ha
Aeródromo	79 ha
Áreas destinadas ao esporte	8 ha
Vias públicas	128 ha
Área destinada às construções	707 ha
Área destinada a espaços livres	375 ha
Área total projetada	1.082 ha

Tabela 01 - Fonte: Relatório de Attílio Corrêa Lima, 1935.

Observa-se no quadro de área apresentado que os espaços não construídos representam 34,6% do total de área projetada, relação aparentemente exagerada, se não levar em consideração que Attílio Corrêa Lima procurou incluir e preservar certos sítios, já beneficiados pela natureza, para servir de parques ou jardins, evitando tanto quanto possível sua destruição. Ele ainda complementa:

a relação de 25% aconselhável pela prática será facilmente atingida, porque estas já estão incluídas na área que consideramos, mas com a expansão do loteamento, principalmente para a margem direita do Botafogo. Tratando-se de uma cidade em vias de formação, nosso fito foi salvaguardar a natureza, deixando o campo livre à expansão da venda de terras e arruamentos novos, não havendo carência de terras, para a edificação. Mesmo no caso em que a expansão do loteamento se fizesse desordenadamente, sem o rigor aconselhável em tais casos, à relação de 25%, dificilmente seria prejudicada estando as zonas verdes já demarcadas. **É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas às reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos.** (ALVARES, 1942, p. 106, grifo nosso).

Da citação, é possível notar que Attílio Corrêa Lima não foi profissional desligado da realidade social, política e econômica. O arquiteto previu que, com o passar dos anos, a evolução e o desenvolvimento da cidade provocariam a depredação das áreas verdes, quer seja pelo mau uso feito pela população, pela

especulação imobiliária ou pelo governo e entendendo, naquele momento, ser impossível instalar os parques, não se furtou em prevê-los como forma de assegurar sua existência futura.

Os espaços livres, pela sua função higiênica e recreativa, eram assim destacados:

ÁREAS DESTINADAS PARA RESERVAS	HECTARES
Os três parques (Botafogo, Buritis e Paineiras)	110 ha
Os Park-ways (Botafogo e Capim Puba)	25 ha
Os jardins	16 ha
Os Play-grounds	3 ha
Os campos de esporte	8 ha
Total	162 ha

Tabela 02 – Fonte: Relatório de Atílio Corrêa Lima, 1935 - Publicado na revista Arquitetura e Urbanismo, RJ (maio – junho / 1937).

Segundo a conclusão de Atílio Corrêa Lima, esses 162 hectares correspondiam a 14% da área total projetada (tab. 02), significando, portanto, uma proporção de 308 habitantes para cada hectares de parque ou jardim, isto é, se a referência máxima da população fosse de 50.000 habitantes, relação prevista no plano piloto.

Diante do apresentado, observa-se que os espaços livres foram classificados pela suas diversas categorias, proporcionando o máximo de áreas verdes possíveis à cidade, obedecendo aos critérios modernos para a época. Esses critérios mandavam prover as cidades de áreas livres plantadas e que essas constituíssem em essenciais reservas de oxigênio. Atílio Corrêa Lima adotou esta solução com muita propriedade.

Da referência acima, Atílio Corrêa Lima comparou Goiânia com outras cidades, especificando a relação de habitantes por área verde:

CENTROS URBANOS	HABITANTES / HECTARES DE PARQUES
Goiânia	308 habs. por Ha de parque
Detroit	660 habs. por Ha de parque
Filadélfia	790 habs. por Ha de parque
New York	943 habs. por Ha de parque
Londres	1000 habs. por Ha de parque
Paris	1354 habs. por Ha de parque
São Paulo (Br)	1075 habs. por Ha de parque

Tabela 03 – Fonte: Relatório de Atílio Corrêa Lima, 1935 – Publicado na revista Arquitetura e Urbanismo, RJ (maio – junho / 1937).

A partir dos dados da tabela, observa-se que Goiânia estaria à frente nas questões urbanas e ambientais das cidades americanas tomadas como exemplo, sem falar na referência nacional de cidade desenvolvida, como era o caso de São Paulo, e ainda muito à frente das cidades referências mundiais de desenvolvimento da época.

No relatório descrito por Atílio Corrêa Lima encontram-se observações que demonstraram um envolvimento com o projeto paisagístico dados aos parques e as áreas pública chegando a destacar as espécies a serem plantadas ao longo das avenidas e das praças ou propondo jardins, cujos padrões inspiravam-se em desenhos clássicos. Sob esse foco destaca-se:

Todas as ruas e avenidas têm as larguras proporcionadas à importância do tráfego provável, ou ao seu caráter artístico e monumental, como por exemplo as Avs. Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico. [...] Todas as ruas, indistintamente, serão arborizadas e as principais avenidas ajardinadas.

Enfim, pode-se dizer que o plano diretor de Atílio Corrêa Lima buscou atender às diretrizes pré-determinadas no Decreto 3.547, de 06 de julho de 1933, respeitando as condições da natureza e do local.

O urbanista carioca afirmou sua preocupação com a boa execução do plano por ele projetado. Enfatizou a necessária vigilância contra a devastação das áreas verdes, apresentando as razões que se impunham à preservação dessa riqueza na nova capital.



Figura 12 – Imagem de Goiânia. Observa-se as matas que formariam o cinturão verde estabelecido por Atílio Creaa Lima.

No final do relatório, enfatizava as condições de trabalho e agradecia a confiança que lhe foi depositada:

Se no projeto existem algumas falhas, parte é devida às dificuldades provocadas pelo atraso no fornecimento de dados topográficos, e parte talvez, pela nossa incompetência que, neste caso, foi atenuada pela boa vontade em colaborar com V.Excia., nesta obra de alcance social inigualável.

Em abril de 1935, Atílio Correa Lima demitiu-se do cargo por “não concordar com as tendências especulativo-imobiliárias que vinham determinando as alterações e demandas no projeto da cidade” (MOTA, 2008, p. 02) e em 3 de maio de 1936, a imprensa oficial do Estado de Goiás comunicou a contratação do engenheiro Armando Augusto de Godoy, consultor da firma Coimbra Bueno, para a revisão dos trabalhos até então desenvolvidos e para propor novas soluções aos Setores Norte, Sul e Oeste da cidade.

Sua atuação deu-se em duas etapas: a revisão do projeto inicial, remodelando e reduzindo a zona comercial; e a ampliação e expansão do Setor Sul

dentro dos princípios de cidade-jardim, redefinindo a zona de crescimento e desenvolvimento urbano de Goiânia. Em suma, Armando Augusto de Godoy respeitou as idéias iniciais de Atílio Corrêa Lima, fazendo, todavia, pequenas alterações no traçado já proposto, atribuindo à cidade a feição de cidade jardim.

1.2 A PARTICIPAÇÃO DE ARMANDO AUGUSTO DE GODOY NO PLANO DE GOIÂNIA.

Armando Augusto de Godoy (1876 – 1944) era engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua influência sobre Goiânia iniciou antes da realização do projeto de Atílio Corrêa Lima, em 1933, quando “apresentou ao Governo um relatório com o seu parecer sobre a transferência da capital, a adequação do sítio escolhido e a função da nova capital”. (ÁLVARES, 1942).

Em abril de 1935, com o afastamento de Atílio Corrêa Lima, Armando Augusto de Godoy foi convidado para avaliar o projeto da capital e passou a ser o consultor técnico dos engenheiros Coimbra Bueno¹⁹ que seriam os responsáveis pela urbanização de Goiânia.

Depois de analisar o projeto original, Armando Augusto de Godoy, em 1937, proferiu uma palestra²⁰ no Rio de Janeiro explicando os motivos de ter aceitado o convite e explicou as alterações que seriam feitas no plano original. Em síntese, poucas modificações foram realizadas nas zonas norte e central, as alterações significativas incidiram à zona sul da cidade que correspondia a quase 50% do total projetado.

A proposta de Armando Augusto de Godoy para a zona sul, especificamente o Setor Sul, consistia em um tratamento diferenciado atribuído ao traçado, cuja concepção mais livre e orgânica, definia amplas áreas de convivência, recreação e locomoção por todo o setor. As alterações de Armando Augusto de Godoy seguiram

¹⁹ A firma “Coimbra e Pena Chaves Ltda” já estava consolidada e efetivava trabalhos para o governo, quando assumiu a direção das obras, pois estava responsabilizada pela construção do edifício dos Correios e Telégrafos (contrato de 05 de abril de 1953). (MANSO, 1999, P.107).

²⁰ Nesta palestra, “o urbanista disse ter sido convidado pelo Interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para o planejamento de Goiânia e não ter aceito o trabalho devido à exigüidade de tempo. Afirmou ainda ter sido um dos motivos que o fez analisar o projeto de Atílio em 1936 (MOTTA, 2008, p. 02).

os princípios do modelo da cidade jardim, apropriando de suas soluções espaciais, como também, aspirando ao ideal social nele implícito.

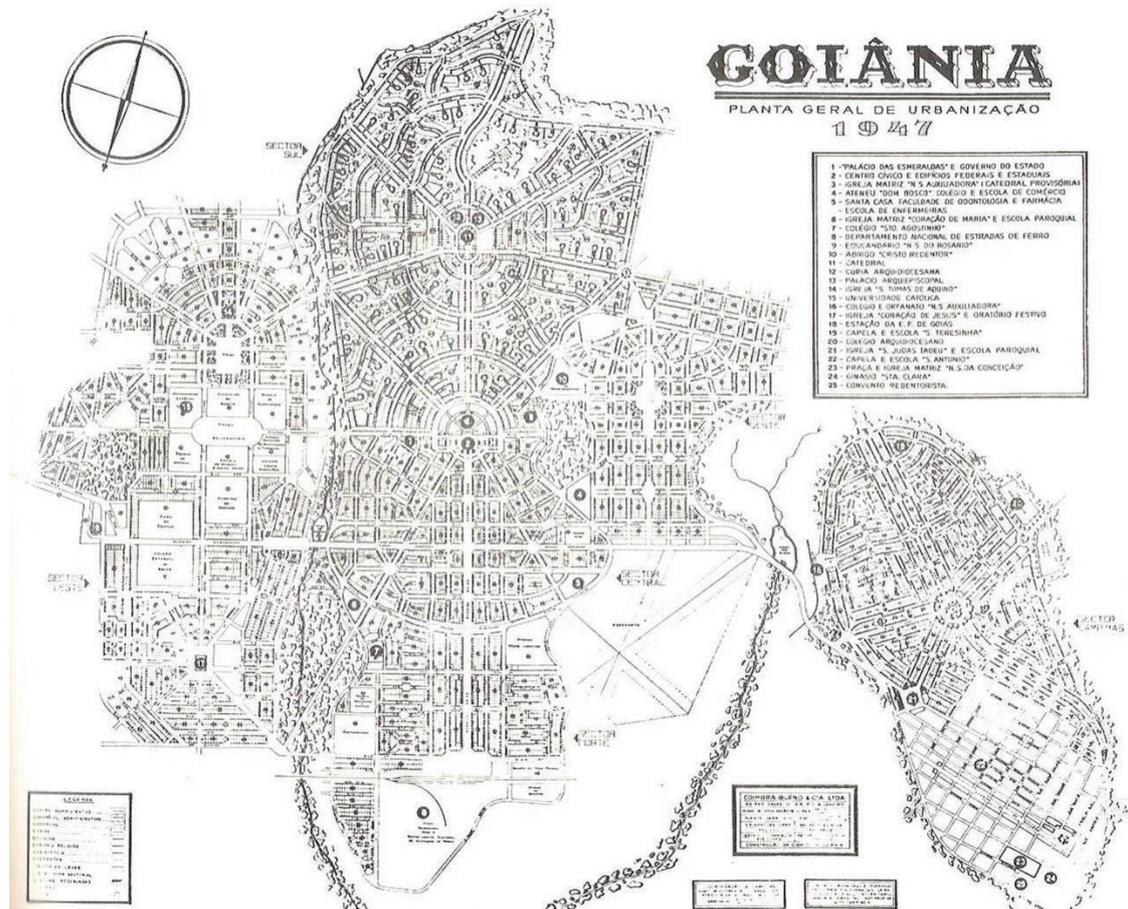


Figura 13 – Planta Geral de Urbanização – 1947 / Armando Augusto de Godói – Fonte: SEPLAM

Observa-se na planta de Armando Augusto de Godoy, de 1947, doze anos depois da demissão de Atílio Correa Lima (1935), que o novo consultor técnico projetou os primeiros bairros da cidade, os Setores Oeste, Coimbra e Universitário caracterizados como zonas de expansão do território.

1.3 O SETOR SUL

O destaque reservado ao Setor Sul deve-se ao fato de que sua morfologia constitui uma importante parte do sistema de áreas verdes proposto para Goiânia. Assim, sua concepção adicionou aos parques e *parkways*, propostos por Atílio

Corrêa Lima, uma outra escala de áreas livres e públicas para a cidade – isto é: na escala da vizinhança.

O projeto do Setor Sul²¹ foi aprovado em 1938, foi inspirado na concepção de cidade jardim e teve como referência direta Radburn²², projetado por Clarence Stein em 1929. Na época, o projeto foi bem recebido pelos poucos que o conheciam, a este respeito Álvares (1942, p. 146) descreve:

Na zona sul é que surgirá a mais moderna solução urbanística do momento atual. Será aqui realizada, pela segunda vez no mundo a solução mais técnica para as cidades modernas e que foi primeira vez realizada há poucos anos em Radburn (...) trata-se de uma concepção inteiramente nova no Brasil: adoção do sistema 'cul-se-sac', grupos residenciais em forma semi-circular, em meio a um extenso parque, gramado e com arborização adequada, que merece estudos especiais.

Assim, o novo setor foi estruturado a partir de um traçado orgânico (traçado maleável e livre - em parte justificado pela declividade do terreno na direção do vale do Córrego Botafogo, no limite leste) gerou quadras irregulares onde foi dada grande importância às áreas livres de uso público. Seguindo esse questionamento Mota (2008, p. 03) descreve a estrutura principal do projeto:

as 'bordas' das quadras foram mantidos como espaços livres públicos, concebidos como parques contínuos. Do total de sua área (3.255.276 m²), 17,33% era destinada a estas áreas verdes públicas, o que correspondia a aproximadamente 14,72 m² de área livre por habitante, considerando-se a ocupação total do bairro. Foram projetadas 28 áreas com este fim. Seguindo essa estrutura, Godoy propôs que os lotes tivessem duas frentes, que as casas se abrissem para a rua e para o parque – para o *cul-de-sac* através da entrada de serviços e para a áreas verde através da entrada principal -, criando uma relação direta entre o espaço público e o privado. Para organizar esse modelo de ocupação foi estabelecido em sistema viário hierarquizado, onde o trânsito de veículos era separado do de pedestre.

²¹ Mota (2008, p. 01) refere-se que, inicialmente, o bairro era determinado como Zona Fechada pelo Governo, o que significava que a ocupação era legalmente proibida. “Essa medida se justifica pelo esforço do Estado em controlar o processo de urbanização de Goiânia e pela falta de recursos públicos para financiar a implantação total do projeto urbano. Por este motivo foi determinado que a execução das obras seria gradativa, tendo sido definidas como áreas prioritárias para a urbanização os setores Norte (que abrigava a zona residencial de média e baixa renda e a zona industrial) e a Central (onde estava localizado o Centro Cívico, a zona comercial e a zona residencial de média e alta renda)”.

²² Radburn constituiu um dos prolongamentos do movimento das cidades jardins. Trata-se de um bairro exclusivamente residencial concebido com um traçado baseado na “era do Automóvel”. Este traçado apresentava inovações com relação ao tratamento das vias de tráfego, separadas das vias de pedestres, e à implantação das residências, sob o sistema de “Cul-de-Sac”. (DINIZ, 2007, p.).

São quatro as características principais que existem no projeto do Setor Sul que remetem aos princípios da cidade – jardim. A primeira é o acentuado caráter residencial do setor; a segunda a organização urbana por meio de unidades de vizinhança; a terceira a utilização do sistema “Cul-de-Sac” de implantação das residências nas quadras e a quarta o seu traçado básico em forma de asterisco.

O setor Sul foi o primeiro bairro projetado para Goiânia como sendo predominantemente residencial cujos princípios originais apresentam uma coerência com o projeto original da cidade.

Ao analisar a proposta apresentada por Armando Augusto de Godoy percebe-se que a concepção ressalta a preocupação com a saúde e bem estar físico e mental de seus moradores. Por isto as áreas verdes e as unidades de vizinhança são apontadas por ele como sendo elementos importantes para assegurar a qualidade ambiental do bairro, como, também, da cidade. Esse argumento é ratificado por Diniz (2007, p.33) quando relata:

Godoy idealizou as super quadras como sendo uma área de convívio comunitário. Estas seriam compostas pelas casas (não muradas) e as áreas verdes formando um espaço aberto onde as atividades de lazer e descanso seriam praticadas por seus habitantes [...] Os parques internos limitados pelas casas serviram para a locomoção dos pedestres e a comunicação destes com o resto da cidade, contribuíram para a boa aeração e iluminação das residências, promovendo a saúde e o bem estar de seus habitantes.

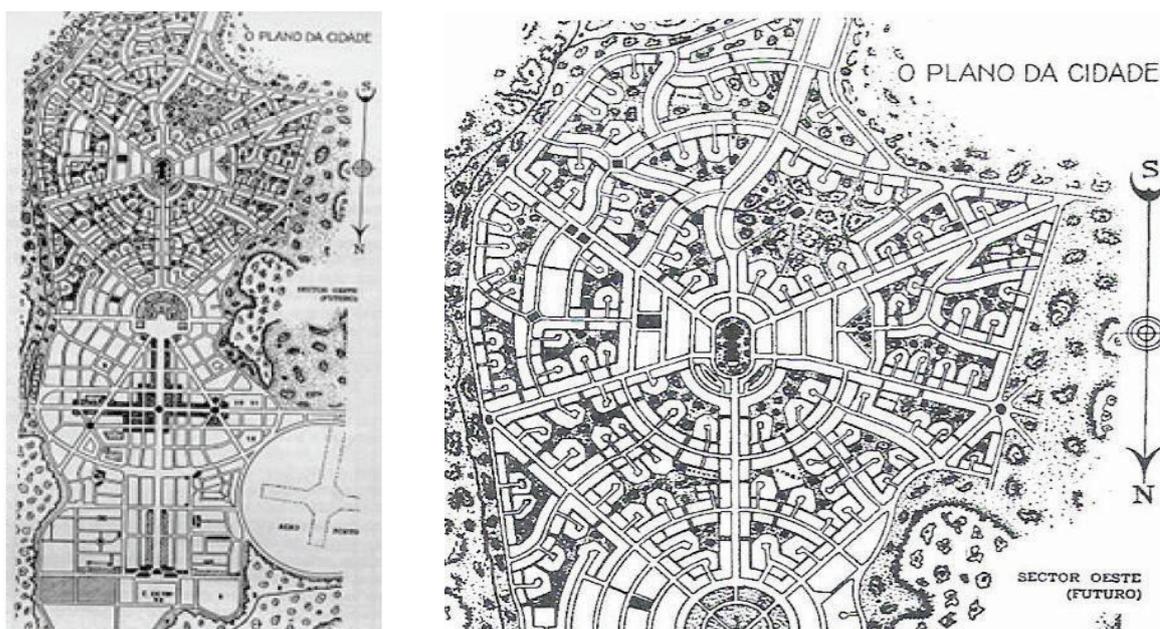


Figura 14 - Goiânia após as modificações da Construtora Coimbra Bueno (DINIZ, 2007, p. 205).

Como mencionado anteriormente, os lotes, apresentam dimensões irregulares e desenhos diversificados e variavam entre 346,00m² e 894,00m², possuindo, a maioria, área entre 400,00m² e 600,00m² ²³. A área do bairro, que na época correspondia a 3% da área total do município, estava dividida da seguinte forma:

Utilização	Área (m²)	% do total
Ruas.....	379.231	11,65
Lotes	1.822.730	56,00
Áreas Livres.....	564.298	17,33
Vielas, calçadas e praças.....	489.017	15,02
Total.....	3.255.276	15,02

Tabela 04 - Fonte: IPLAN, 1977

Através dos dados fornecidos pela tabela acima, observa-se que grandes áreas - 32,35% (somatória das áreas livres e vielas, calçadas e praças) foram caracterizadas dentro dos princípios howardianos de utilização dos espaços públicos e de unidade de vizinhança. Armando Augusto de Godoy propôs para as áreas internas dos parques equipamentos para fins sociais, educativos, culturais e de serviços públicos, como hospitais, parques infantis, jardins de infância, escolas, campos esportivos, enfim, vários equipamentos que contribuiriam para uma melhor qualidade de vida dos moradores. Mas o fato de o setor Sul possuir muitas vielas e áreas livres, esses espaços tornaram-se refugio de marginais. Com um clima de insegurança, a população começou a murar as casas e a não mais utilizar as “áreas verdes” para a circulação e o lazer das crianças, agravando ainda mais a situação de abandono e descuido das áreas verdes porque estas ficaram confinadas entre os muros.

No final da década de 60, foi elaborada a primeira reestruturação do setor Sul a partir do Plano Diretor de Goiânia, coordenado por Jorge Wilhelm. Essa reestruturação não alterou o desenho original e o modelo de ocupação vigente. A reestruturação restringiu-se ao uso das áreas livres ociosas, que foram abertas para doação de instituições de ensino ou filantrópicas.

²³ Devido à complexidade do projeto, o topógrafo responsável pela demarcação de parte dos lotes afirma ter sido este um trabalho complicado, pois no projeto o desenho era baseado no perímetro e não no cálculo de áreas, ou seja, um processo gráfico que mostrava falhas quando transportado para a escala real. (ÁLVARES, 1942, p. 21).

Outra medida importante tomada com relação às áreas livres data de 1967, foi “quando o Governo autorizou a alienação de vielas consideradas ‘inservíveis’ perante requerimento dos interessados, proprietários dos lotes limítrofes, e julgamento de uma comissão especializada” (MOTA, 2008, p.05).

Na situação atual, cerca de 70% das vias de acesso ao interior das quadras foram privatizadas²⁴. Entretanto, a privatização dessas vias parece ignorar que são elas que proporcionam acesso do público às áreas livres internas. Outra situação que merece ser destacada, atualmente, diz respeito à ameaça das áreas livres pela especulação imobiliária. O fato é enfatizado por Mota (2008, p. 05):

Se inicialmente essas áreas foram abertas à ocupação de caráter social ou educativo (quando se construiu numa das áreas, por exemplo, uma escola e um centro espírita e, noutra, uma escola particular) posteriormente algumas foram inteiramente privatizadas e ocupadas por edifícios para uso coletivos (dois clubes privados), pela ampliação dos lotes circundantes (um caso) ou por edifícios de manutenção institucionais (três casos). Como resultado, das 28 áreas verdes internas 4 foram fechadas e das 24 restantes, 3 foram parcialmente ocupadas por instituições de ensino.[...] **Ou seja, desde o início os órgãos públicos responsáveis pela urbanização não contribuíram para a concretização do projeto original do setor Sul como também ajudaram na sua deterioração.** (grifo nosso).

Com a deterioração das áreas verdes, a partir de 1973, iniciou-se o estudo para suas recuperações. Criou-se o Projeto CURA²⁵, cujo objetivo era: “melhorar a habitabilidade de determinadas áreas por meio de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos, de acordo com as possibilidades econômicas e aspirações da população alvo”. (IPLAN, 1977, p.23).

De maneira global, o objetivo do Projeto CURA (1975) para a região sudoeste de Goiânia era intervir no crescimento desordenado da cidade, iniciando a partir de 1970. O Setor Sul²⁶, por fazer a ligação entre o núcleo central e todos os setores ao sul da cidade e, ainda, ser ocupado por populações de média e alta renda e ter grande número de lotes não edificados e supervalorizados, recebeu um destaque especial dentre todas as áreas de nova Capital.

²⁴ Fonte: SEPLAM.

²⁵ Este programa era subordinado ao programa Complementação Urbana promovido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Carteira de Desenvolvimento Urbano – CDU.

²⁶ Na época a população do setor era de 14.100 habitantes, distribuídos em 2750 residências. Fonte: SEPLAM, 1977.

O projeto CURA propôs a reurbanização das áreas verdes do Setor Sul na tentativa de recuperá-las. Os técnicos do projeto encontraram as áreas livres abandonadas e com vários problemas.

Em documentos oficiais, memoriais e atas da época, as principais necessidades destacadas pelos moradores do bairro foram: urbanização das áreas livres; criação de atividades esportivas, culturais e sociais com destaque para as atividades realizadas ao ar livre; complementação dos serviços de infra-estrutura básica; instalação de linha de ônibus, de comércio e de serviços.

Apresentadas as primeiras necessidades, reporta-se àquelas que fazem parte da área de estudo, ou seja, as áreas verdes livres do bairro. Assim, na avaliação do projeto CURA as áreas livres estavam abandonadas, muitas com acessos interrompidos, dificultando a implantação de equipamentos públicos. Outro problema, talvez uns dos mais graves, relacionava-se ao fato das casas, na maioria, estarem implantadas de maneira errada dentro do lote, ou seja, as entradas de veículos estavam voltadas para as áreas verdes, de modo que foi necessário abrir pequenas ruas para o acesso às garagens residenciais.

Conscientes dos problemas levantados, os técnicos do projeto subdividiram o bairro em unidades de vizinhança para as quais foram estabelecidos que a urbanização das áreas livres seria transformá-las em áreas verdes com equipamentos de lazer tais como: *play-ground*, quadras poliesportivas, bancos, bebedouros, vegetação, pavimentação e iluminação.

Foi sugerida a parceria com o capital privado para a urbanização e manutenção das áreas verdes - a Prefeitura entraria com o projeto e as empresas privadas com a execução e manutenção das mesmas por um período mínimo de 23 anos. Entretanto, foi estabelecido pelo BNH que esses investimentos privados não poderiam ser enquadrados no projeto inicial de Complementação Urbana. Então, foi estabelecido que o projeto CURA seria voltado exclusivamente para a urbanização das áreas verdes de lazer, sendo estabelecido que a manutenção das áreas livres seria feita pelas "Associações de Quadra".

A avaliação realizada pelos técnicos envolvidos no projeto, juntamente com os núcleos das Associações de Quadra, detectou três motivos que contribuíram para a lenta realização do projeto que foram a falta de motivação, a ausência de

engajamento da população e a carência de verba por parte da Prefeitura. Essa constatação foi enfatizada por Ribeiro (2004, p.74) quando relata:

previsto para ser iniciado em 74 e concluído em 75, foi iniciado em 77 e concluído em 80 mas, mesmo após sua conclusão as áreas livres continuaram ociosas. A população do próprio bairro ou de áreas vizinhas não utilizava adequadamente os equipamentos e nem se preocupava com sua conservação e manutenção, o que gerou a degradação física e social dessas áreas num curto prazo.

Diante da especulação feita entorno do projeto CURA, o mesmo foi muito criticado pela população em geral e, principalmente, pelos moradores do setor, pois os investimentos empregados não cumpriram os principais objetivos planejados, ou seja, as transformações imediatas obtidas não mudaram a atitude da população.

Analisando o Setor Sul através do seu processo de concepção e concretização percebe-se que há uma quebra entre esses dois momentos:

Se no primeiro, Godoy criava o bairro residencial segundo o modelo dos bairros jardins, no segundo há uma sucessão de descaracterizações da proposta original que culmina na criação de um espaço onde o que seria motivo de qualidade diferencial – as áreas verdes públicas – gera, ao contrário, degradação espacial e social (MANSO, 1999, p.249).

Com o termino do projeto CURA, novos estudos foram propostos visando solucionar os mesmos problemas, mas nenhum surtiu efeito. Surgiram o projeto de tombamento do bairro, com a parceria da prefeitura e dos moradores para a recuperação e manutenção das áreas livres, o de reestruturação viária, entre outros.

Assim, em 1987 foi criada a Associação dos Moradores do Setor Sul, que continua reivindicando soluções para os mesmos problemas: construção de postos policiais, recuperação das áreas verdes, regularização das invasões da Rua 115 e a recuperação do projeto CURA. Contudo, a despeito dessa e de outras tentativas de reestruturação, o Setor Sul permanece ainda distante do ideal que orientou sua concepção, ainda hoje a maioria das áreas está depredada, em péssimo estado de conservação e não são utilizadas pela população.

Técnicos e estudiosos apontam que parte desse problema se justifica pelo fato da população do setor ser na maioria abastada e ter como conceito de espaço

de lazer clubes ou outras propriedades privadas, de modo que o espaço público nunca foi visto como próprio de seu usufruto e de suas reivindicações.

Outro problema apontado teria sido o descompasso entre a cultura de morar do goiano e a proposta do Bairro, dificultando a adoção dos espaços públicos e livres pelos moradores.

Atualmente, questiona-se como reestruturar as áreas públicas do setor Sul, visto que vários programas não surtiram efeito. Segundo técnicos da SEPALM²⁷ há duas tendências para a questão: a consolidação ou a privatização dos espaços públicos. Esta última apresenta duas variações: uma seria a criação de condomínios, em que os moradores assumiriam os gastos de recuperação e manutenção das áreas livres e teriam o domínio do uso das mesmas; a outra propõe o loteamento e a venda das áreas livres.

De maneira geral, os problemas na estrutura urbana de Goiânia apresentados até o momento são conseqüências de um crescimento desordenado e da falta de uma política normativa eficaz. Pensando nessa normatização, a intenção subsequente é de levantar um breve estudo sobre os Planos Diretores de Goiânia por saber que esses documentos são instrumentos reguladores do uso e ocupação do solo do município.

1.4. OS PLANOS DIRETORES DE GOIÂNIA

Goiânia teve ao longo de sua história cinco planos diretores que nortearam o seu desenvolvimento e crescimento, em conjunto com as leis de parcelamento e de uso do solo. Pode-se ratificar essa informação constatando que destes cinco planos, quatro são oficiais e um não oficializado. Salienta-se, ainda, que nas análises apresentadas dos Planos Diretores abaixo descritos serão enfatizadas as áreas que constituem interesse para o desenvolvimento do estudo proposto - áreas verdes e os parques. Ressalta-se que os dois primeiros planos para a capital de Goiás foram tratados nos itens reservados às contribuições de Attílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy.

²⁷ As tendências apresentadas foram repassadas de maneira informal, em conversa e reuniões entre profissionais habilitados da SEPLAM.

1.4.1 Terceiro Plano Diretor – Luís Saia (1959-1962): NÃO IMPLANDADO.

O terceiro plano surgiu no final dos anos 1950 e início dos 1960, elaborado entre 1959 e 1962 pelo arquiteto Luís Saia, a convite do então governador José Feliciano. Esse plano não foi implantado oficialmente em virtude de uma série de problemas políticos, sendo o principal motivo o Estado ser o gestor e ainda o controlador da cidade e estar, nessa altura, em oposição ao governo municipal. A respeito de tal fato, Ribeiro (2004, p.48) esclarece:

apesar desse projeto não constar da história oficial e de ter desaparecido dos arquivos e bibliotecas, não se esperou pela sua conclusão e aprovação para implantá-lo, [...] em 1985, uma acadêmica da Faculdade de Arquitetura de Goiânia, Adriana Mara Vaz de Oliveira, em seu trabalho de graduação, conseguiu esse intento com a ajuda da filha do urbanista, a também arquiteta Helena Saia. Foram localizados, no material deixado por Luís Saia, os rascunhos do plano em dois volumes e em textos do autor sobre planejamento urbano, datado de 1955, anterior ao plano de Goiânia. [...] Essa etapa foi complementada com entrevistas de membros da equipe de Saia e políticos da época.

Ainda segundo a mesma autora, a proposta de Saia baseou-se na retomada dos fundos de vale, recuperando as áreas verdes existentes e implantando novas, incluindo parques urbanos. Com isso, seria resolvido o problema dos fundos de vale e matas, além de disciplinados o uso e a ocupação do solo urbano.

Luís Saia constatou que, em razão da especulação desenfreada, a preservação da rede hídrica, das várzeas e dos fundos de vale de Goiânia, como forma de retomada da história inicial da cidade era impossível, pois os mesmos encontravam-se poluídos, invadidos e deteriorados, sendo exigidas, assim, soluções mais amplas, condizentes com o crescimento da cidade.

Diante do quadro de desordem em 11 de setembro de 1959, o então prefeito municipal de Goiânia, o jornalista Jaime Câmara, promulgou a Lei Municipal nº 1.566, suspendendo a aprovação de loteamentos particulares.

Com relação ao meio ambiente urbano, Luís Saia, apud, Ribeiro (2004 p, 81) descreve detalhes de algumas partes que seriam essenciais ao desenvolvimento da cidade e seu sistema de áreas verdes:

Os parques locais seriam os já propostos Parque dos Buritis e Parque Vereda, equipados com mobiliários urbanos de lazer e cultura. Os parques urbanos ou municipais eram o Parque Jaó e o Parque do Horto. O do Jaó seria o grande parque da cidade, pela sua situação resultante da implantação do reservatório do Jaó – uma represa que teve tratamento especial já no projeto original, com uma área e inundação muito grande. O outro parque urbano, o Horto, só assumiria essa função por abrigar em seu interior o zoológico e a casa do estudante. **Os parques regionais complementaríamos aquilo que se denomina sistema de parques.** Mesmo não tendo sido chamados assim por Saia, esses focos comporiam a malha de forma harmônica e proporcionaria o equilíbrio do meio ambiente urbano. A primeira área destinada aos parques regionais era uma mata primitiva localizada na estrada entre Goiânia e Anápolis, de propriedade de Altamiro de Moura Pacheco, e que, de fato, foi transformado pelo poder público, na década de 1980, em parque regional denominado parque dos Ipês. A segunda era uma área de 50 alqueires, situada entre a futura estrada de ferro proposta por Saia e a estrada de Trindade, onde seria instalado o novo parque agropecuário, uma vez que o urbanista considerava a área atual do parque inadequada. (grifo nosso).

A partir das considerações citadas, observa-se que o Plano Diretor de Luís Saia remete-se às diretrizes traçadas por de Atílio Corrêa Lima e ao de Armando Augusto de Godoy. Para melhor explicar a estrutura do Plano Diretor de Luís Saia (1962 – 1963)²⁸, ele descreve:

Desse modo, 60% das glebas foram destinadas à habitação; 20%, para vias públicas; 10%, para equipamentos de uso coletivo; e 10% para parques. Para as futuras implantações, o plano recomendava áreas de parques mais generosas. Destacava ainda que, para as reservas de fundo de vale, era conveniente estudar uma solução múltipla de parque, centros comerciais e instalações especiais, viabilizando, dessa forma, os parques urbanos, que, nessas condições, poderiam ter sua área percentual elevada de 20% a 30% ou ainda mais da área da gleba (SAIA, 1962/63, p. 87).

A revolução de 1964 mudaria todo o quadro político nacional e local. O Governador vigente, Mauro Borges Teixeira filho de Pedro Ludovico Teixeira, foi deposto. Com ele, boa parte do trabalho de planejamento da cidade também desapareceria principalmente o Plano de Luís Saia. Nesse quadro, o plano de Saia

²⁸ Luís Saia. Plano Diretor de Goiânia. Volume I e II. IPLAN: 1962/63.

ficou perdido e a retomada do planejamento em Goiânia só aconteceria em 1969, com o projeto de Jorge Wilhelm.

1.4.2 Terceiro Plano Diretor - Jorge Wilhelm (1967 - 1968)

O quarto plano, o terceiro oficial, foi desenvolvido entre 1967 e 1968 e entregue em 1969. Aprovado pelo governo em 1970, tornando-se Lei nº 4523, de 31 de dezembro de 1971, complementada pela Lei municipal nº 4526, da mesma data, que dispõe sobre os loteamentos e os remanejamentos urbanos²⁹.

Foi elaborado por Jorge Wilhelm e arquitetos Associados e assinado pela firma Serete Engenharia S/A, com assessoria técnica do arquiteto e urbanista Eurico de Godói³⁰.

A equipe técnica identificou que os maiores problemas da cidade eram relativos ao domínio dos aspectos especulativos, o crescimento vertiginoso, a carência de habitação, que levaram a cidade a uma expansão desordenada fugindo a qualquer controle administrativo. Enfatizando tais argumentações, Wilhelm resumiu este quadro em uma proposta de reordenamento para a cidade. Esta proposta está sintetizada em uma frase: “planejar Goiânia significa fundamentalmente utilizar conjuntos habitacionais como força indutora de adensamento e expansão urbana” (WILHEIM, 1969, p.31).

Direcionado a este princípio, o plano não faz restrições a regulamentações de novos parcelamentos pela iniciativa privada, mas praticamente os inviabilizava em razão de uma série de exigências de infra-estrutura que ficariam as expensas do loteador. Assim, começaram a surgir, nesse período até o final da década de 1980, loteamentos clandestinos e irregulares principalmente nas divisas da cidade, como é o caso de Aparecida de Goiânia.

Reportando-se ao foco de estudo, as diretrizes de crescimento para o norte da cidade e áreas verdes produtivas dos fundos de vale são assim destacadas:

²⁹ Fonte: SEPLAM / Diário Oficial, 1969.

³⁰ Wilhelm, Jorge. Plano Diretor de Goiânia. Goiânia: 1971.

as diretrizes para áreas verdes apresentam a seguinte peculiaridade: a utilização dos fundos de vale como viveiros-bosques, ambientando inclusive para acolher o equipamento cultural necessário (centro comunitário). Conseguir-se-á, assim, alcançar os seguintes objetivos: árvores para sombreamento, bosque para recreação e canalização dos córregos. A posição tentacular destes vales faz com que as áreas verdes penetrem satisfatoriamente nas zonas de habitação. Assim a relação de áreas verdes por habitante será melhorada (WILHEIM, 1969, p.7 e 8).

Como Goiânia é cortada por rios e córregos, o desafio de Wilhelm era o de buscar alternativas de convívio e integração das áreas verdes lineares e fundos de vale. A partir dos diagnósticos e com base na configuração físico-espacial, Wilhelm definiu algumas diretrizes ambientais para orientar o uso do solo

utilização dos fundos de vale da rede dos coletores da bacia do rio Meia-Ponte, que se situam na área urbana, para a criação de um sistema verde linear, com predominância Norte-Sul e funções recreativas e culturais.

(...) A largura mínima do verde linear seria cem metros sem incluir o córrego. Essa dimensão poderá ser situada simetricamente com relação ao córrego ou não, conforme o sistema viário e as conveniências de uso local e outras considerações.

(...) Esse verde linear poderá receber um tipo de ocupação mista, que reúna equipamentos educacionais, culturais, assistenciais, recreativos e produtivos, assim como hospitais e centro de saúde (WILHEIM, 1969, p.264 e 265).

E sintetizou sua proposta das áreas verdes lineares, dizendo que:

...Propõe também a criação no verde linear, de viveiros da Prefeitura Municipal.(...) totalizando setenta hectares (...) correspondendo (...) às necessidades de arborização da cidade a curto prazo. Estes plantios, com o tempo, aumentando o porte de árvores e o espaçamento, mediante a retirada alternada de árvores, poderão oferecer áreas otimamente climatizadas para piqueniques e repousos. (WILHEIM, 1969, p.268).

Wilhelm chama atenção para as áreas verdes dos bairros, que apesar de apresentarem um número considerável, a maioria não era utilizada, subutilizada, invadida ou mesmo doada, atendendo interesses particulares em detrimentos dos sociais.

Quanto aos parques municipais, eles seriam integrados aos verdes lineares, pois estariam contíguos aos fundos de vale, com dimensão maior do que a zona de preservação e assumiriam funções ambientais, de lazer e recreação com equipamentos específicos. A este respeito Wilhelm posiciona-se:

propõe-se a criação de parques municipais localizados em fundos de vale. Nos parques prevalecerá a paisagem natural, com arborização intensiva e amplos gramados. Isto não exclui a presença de um mínimo de construção e equipamentos necessários, como bancos, sanitários, estacionamentos, zoológicos, restaurantes, espetáculos, instalações para piqueniques etc.(...)a presença de córregos poderá facilitar a irrigação bem como a criação de lagos. (WILHEIM, 1969, p.270).

Ainda no item parque, há referência a um parque regional, o único que o urbanista definiu em linhas gerais:

Propõe-se a criação de um parque regional de aproximadamente 100 ha que tangência a BR-153 no lado leste, entre Água Branca e Jardim da Luz, em área ainda não loteada e irrigada pelo Córrego Gameleiro. Neste parque poderá ser instalada uma feira agropecuária. (WILHEIM, 1969, p.271).

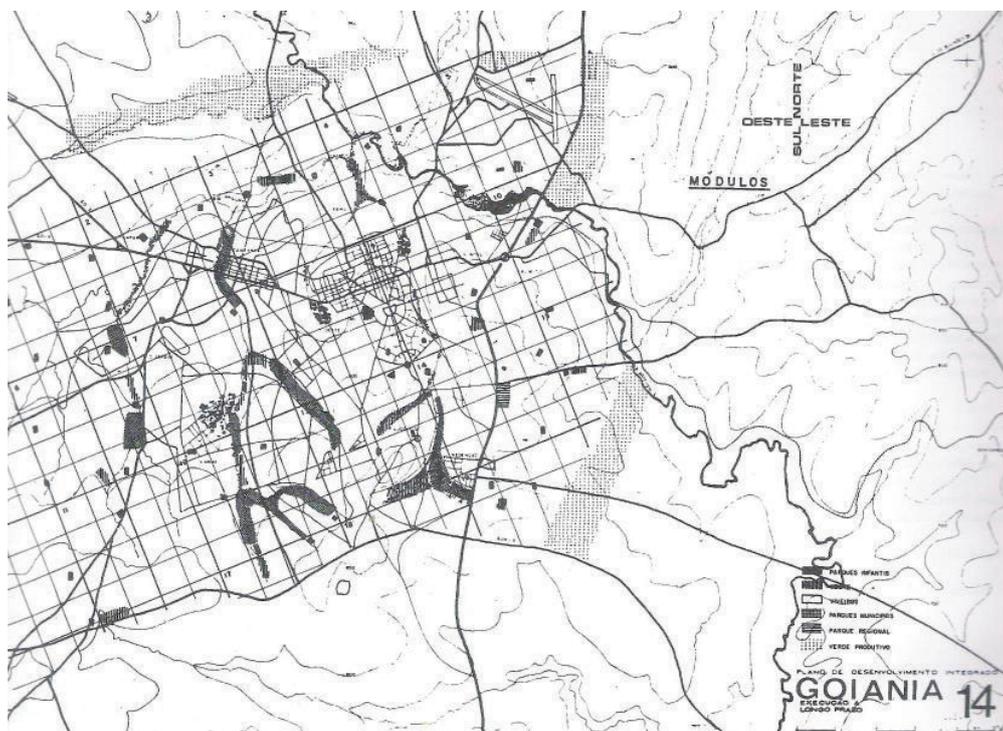


Figura 15 – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. Proposta de Jorge Wilheim para as áreas verdes em 1971 (RIBEIRO, 2004, p.94).

Em síntese, com relação à área ambiental, o plano de Wilheim não foi implantado na íntegra. Segundo levantamentos realizados por técnicos da SEPLAM apenas parte do córrego Botafogo foi canalizada, e ainda foi implantado o famoso projeto Cura nas áreas públicas do Setor Sul.

1.4.3 Quarto Plano Diretor – Engevix Engenharia (1989 - 1992)

O plano da Engevix Engenharia foi o quarto plano oficial elaborado no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, sob o comando da prefeitura de Goiânia, desenvolvido entre 1989-1992 foi oficializado em 1994.

Segundo Ribeiro (2004, p.101-102) no plano constatou-se que:

Goiânia se expandiu repetindo elementos importantes projetados pelo núcleo inicial de Atílio Corrêa Lima, destacando-se as amplas avenidas, um sistema viário generoso, as inúmeras praças e rotatórias, largos passeios, parques e trechos de matas com ampla arborização.

Na avaliação dos técnicos envolvidos na elaboração do plano da Engevix, constatou-se que o vale do Meia Ponte era o agente modelador de maior significado para o sítio da cidade. Em relação às matas originárias, observou-se apenas resquícios formando manchas que apareciam com maior frequência na região nordeste do município, em virtude do relevo acidentado, impróprio ao uso urbano ou mesmo rural.

Para as áreas conhecidas como veredas, que correspondiam muitas vezes às nascentes dos cursos d'água, foram propostos estudos de recuperação e a “institucionalização do seu uso como unidades de conservação e/ou preservação”.³¹

Ressalta-se que no estudo do plano, abriu-se espaço para a análise do sistema de parques do projeto original da cidade, devido o seu crescimento e expansão, entendendo que eles foram em parte preservados, apesar das grandes perdas que reduziram consideravelmente suas áreas. Constata Ribeiro (2004) que “os parques haviam sofrido uma redução percentual na ordem de 70%, descaracterizando inclusive o sistema inicial, que proporcionava uma unidade na malha urbana”. Assim, eles estavam reduzidos a pontos focais.

Partindo da realidade apresentada, propôs-se o subsidio das leis federais, estaduais, municipais, bem como os órgãos de competência específica, para

³¹ Lei Complementar n° 031, de 29/12/1997.

equacionarem a questão, dadas as dimensões da cidade e as do problema em si. Ribeiro (2004, p.94) enfatiza que

Goiânia, apesar de contar com vários instrumentos legais disponíveis, não conseguia, até então, manter uma atuação eficaz nesse setor. Conforme a análise, de todos os instrumentos legais existentes, os únicos que realmente haviam produzido efeito sobre a cidade tinham sido a Lei de Zoneamento e a Lei de Conjunto Habitacional de Natureza Social, que efetivamente resguardaram as reservas florestais, regulando o seu uso e determinando os índices máximos de ocupação e aproveitamento da área, bem como a preservação dos terrenos ao longo dos rios e córregos.

Segundo especificações do plano, as três áreas-programas que se relacionavam diretamente com a questão ambiental e o sistema de áreas verdes eram:

a área-programa Macambira-Oeste, composta por uma faixa de área a oeste do córrego Macambira, no sentido norte-sul; área-programa Norte-Ferroviário / João Leite, composta por áreas integrantes do Setor Norte Ferroviário e de adjacências do Ribeirão João Leite; área-programa Setor Sul, composta pelo setor Sul.(RIBEIRO, 2004, p.94).

Com relação às unidades de conservação e similares:

a proposta foi de proteção aos mananciais de abastecimento d'água e preservação dos ecossistemas, monumentos naturais e locais de beleza cênica especial de importância histórico-cultural, criando "Áreas de Proteção Ambiental – APAs", parques municipais, além do tombamento de unidades fisiográficas especiais, somando-se àquelas já instituídas legalmente. (RIBEIRO, 2004, p.95).

As novas unidades de conservação propostas no plano foram assim discriminadas:

APA do João Leite, APA do Meia Ponte, APA do Morro do Aranha, Parque Municipal Jardim Botânico do Cerrado e área sujeitas a tombamento (áreas cuja preservação se faria necessária em função de sua alta declividade e tendo em vista sua importância histórica, cultural e cênica - Morros do Além e da Serrinha). (RIBEIRO, 2004, p.95).

Conforme demonstram os documentos oficiais e, apesar da análise da Engevix Engenharia S.A ser detalhada no tocante ao espaço urbano de Goiânia,

foram retratadas com propriedade as áreas verdes do município, tanto as constantes do plano urbanístico original quanto às constituídas nos atos de aprovação dos novos parcelamentos encontravam-se degradadas, apresentando processos erosivos e de desmatamentos. Segundo, os técnicos vigentes das secretarias, o resultado foi que, apesar da existência política dos dispositivos jurídicos, o plano perdeu força institucional.

1.4.4 Quinto Plano Diretor – Prefeitura Municipal de Goiânia (2007)

O quinto e atual plano de Goiânia foi realizado pelos coordenadores técnicos da Prefeitura Municipal sob a consultoria do arquiteto e urbanista Luís Fernando C. Teixeira. Foi desenvolvido entre 2005 e 2006 e oficializado em 2007 pela Lei Complementar nº171, de 29 de maio de 2007³².

Este Plano Diretor diferencia-se dos demais pelo fato de ser elaborado pelos próprios técnicos da prefeitura. Assim, foram montadas equipes multidisciplinares que subdividiram o desenvolvimento dos trabalhos em seis linhas representados pelos eixo estratégico de Ordenamento Territorial, eixo estratégico de Sustentabilidade Sócio-ambiental, eixo estratégico da Mobilidade, Acessibilidade e Transporte, eixo estratégico de Desenvolvimento Econômico, eixo estratégico de Desenvolvimento Sociocultural e eixo estratégico de Gestão.

Para fins de planejamento, o modelo espacial adotado divide o território em Macrozonas, definidas como frações do território e demarcadas segundo critérios de ordem físico-ambiental e conforme a natureza de agenciamento espacial. Ficaram instituídas oito Macrozonas: Macrozona Construída, Macrozona Rural do Barreiro, Macrozona Rural do Lajeado, Macrozona Rural do João Leite, Macrozona Rural do Capivara, Macrozona Rural São Domingos, Macrozona Rural Alto Anicuns, Macrozona Rural do Alto Dourados.

As avaliações destacadas neste plano são referentes às questões do meio ambiente, pois a orientação dada converge para a existência e a sobrevivência da natureza na cidade. Nesse contexto, percebe-se que o crescimento de Goiânia levou

³² Diário Oficial do Município de Goiânia, nº 4.147 de 26 de junho de 2007.

a uma acentuada queda da qualidade de vida e a um crescimento dos problemas sociais e dos desequilíbrios ambientais, motivo pelo qual o PD enfatiza no Artigo 2º (2007, p.05) que:

Política Urbana do Município de Goiânia sustentar-se-à nos princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento das funções da cidade e da propriedade urbana, garantindo à população a requalificação do território do Município e uma cidade mais justa e sustentável.

Com base nos princípios expostos, a relação dos aspectos ambientais do Município são destacados no Art. 9º (2007, p.8) conforme:

A estratégia de sustentabilidade sócio-ambiental prioriza o desenvolvimento local de forma sustentável para todo o Município de Goiânia, privilegiando a qualidade do Patrimônio Ambiental que abrange os Patrimônios Cultural e Natural, visando a proteção, a recuperação e a manutenção dos aspectos paisagísticos, históricos, culturais, arqueológicos e científicos.

Compõem a estratégia de sustentabilidade sócio-ambiental: o Programa de Valorização do Patrimônio Natural; o Programa de Valorização do Patrimônio Cultural; o Programa de Implantação e Preservação de Áreas Verdes; o Programa de Gestão Ambiental; o Programa de Preservação e controle da Poluição; o Programa de Educação Ambiental.

Os programas de sustentabilidade sócio-ambiental foram implementados por meio dos seguintes subprogramas: subprograma de Gerenciamento e Proteção Ambiental, subprograma de Controle e Qualidade do Ar, subprograma de Controle da Poluição Sonora, subprograma de Controle da Poluição Visual, subprograma de Recursos Hídricos, subprograma de Áreas Verdes, subprograma de Saneamento, subprograma de Drenagem Urbana e subprograma de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos.

Apresenta-se, detalhadamente, o subprograma de Área Verde (Art. 14, VI), por esse fazer parte da linha de estudo aqui analisada, segundo esse mesmo artigo, aplicam-se as seguintes ações:

A. criar o sistema Municipal de Unidade de Conservação (SNUC), de acordo com previsão do PDIG 2000, incluindo um sistema Ambiental de Gerenciamento de Parques e demais unidades de Conservação (UC's);

- B. implementar, a exemplo dos comitês de bacia hidrográfica, o Conselho Gestor municipal de unidade de Conservação visando à gestão compartilhada dos parques, APA's e outras UC's;
- C. implementar o cadastro de Áreas Verdes do Município de Goiânia, incluindo as áreas verdes particulares;
- D. elaborar e por em prática o plano diretor de Arborização Urbana do Município de Goiânia;
- E. requalificar os parques existentes em Goiânia, localizando-os em um zoneamento ambiental e dotando-os de plano de manejo.
- F. implantar por meio de financiamento advindo de entidades multilaterais, a exemplo do Parque Macambira-Anicuns, novos parques lineares em drenagens que cortam a malha urbana do município;
- G. implantar, por meio de financiamento provenientes de entidades multilaterais, novos parques de uso múltiplo nas regiões periféricas da capital, como o Parque da Cascalheira do Jardim Curitiba, Região Noroeste e o Parque Municipal do Cerrado, situado entre o Parque Municipal e o Condomínio Alphaville;
- H. reinstaurar a Área de Proteção Ambiental do Anicuns – APA Anicuns – devendo ser elaborada e implantado seu plano de manejo.

A partir desta breve exposição, nesse momento é impossível apresentar maiores detalhes do plano haja vista que o mesmo encontra-se em fase de transmitância, estando as Leis Complementares em elaboração, mas diante do quadro apresentado enfatiza-se que a retomada do planejamento urbano no que diz respeito às áreas verdes aconteceu a partir da compreensão da cidade construída como uma paisagem real baseada nas condições naturais e culturais.

Na tentativa de buscar uma reflexão sobre os Planos Diretores da cidade e as políticas desenvolvidas pelas gestões que os elaboraram é possível referir-se às formulações de imagens para a cidade que são a seguir discutidas.

1.5 A IMAGEM DA CIDADE

Retomando a discussão sobre Goiânia, apresenta-se uma síntese geral do quadro de sua evolução urbana e dos principais fatos que contribuíram para a sua atual conformação, sob um prisma de observação da imagem criada a partir da política e/ou discursos expressos na produção de um determinado lugar. A intenção é ter um referencial histórico contextualizado a partir da imagem que os parques urbanos representam nas cidades.

Com este propósito, ressalta-se as importantes contribuições de Arrais com o trabalho "*Goiânia: os discursos no urbano e as imagens da cidade*" e as de

Oliveira em *“A praça em suas múltiplas dimensões espaciais: o desvendar das similaridades e diversidades de praças goianienses”*. As leituras de ambos foram retomadas e sintetizadas tendo em vista compreender as imagens de Goiânia.

Segundo Lynch (1999, p. 7-10), quando falamos em imagem da cidade referimos à “imagem pública”³³, que se constitui em “imagens mentais comuns a vastos contingentes de habitantes de uma cidade”. Ele esclarece que tais imagens são “áreas consensuais” provenientes da “interação de uma única realidade física, de uma cultura comum e de uma natureza fisiológica, normalmente percebida através de tipos formais de elementos imagísticos”.

No específico dos espaços públicos e áreas verdes de Goiânia, essas imagens foram também construídas a partir dos discursos urbanos que envolveram a cidade e seu espaço urbano depois do ano 1994: “Goiânia, uma cidade ecologicamente correta”; “Goiânia: a cidade das flores”; “Goiânia: você fazendo parte” e, finalmente, “Goiânia: o trabalho que você vê”. Esses discursos passavam pelo ambiental, pelo social, pela estética, pelo lugar e confundem-se com os discursos de cada gestão. A este respeito Arrais (1999) relata:

“Esses discursos procuraram, através de políticas específicas, cada qual criar uma imagem positiva da cidade dando especificidade a cada gestão. Tais discursos são marcados pelo ambiental e por uma idéia de cidade marcada pela personalidade inovadora dos gestores”. (ARRAIS, 1999, p.19, grifo nosso).

Os discursos apresentados serão analisados na percepção da paisagem dentro da cidade e na concepção de como cada um deles repercutiu sobre os parques.

As preocupações dos discursos ecológicos ganharam maior visibilidade em eventos, como a Conferência do Rio para o Meio Ambiente - ECO-92 que tornou um marco de inspiração para o slogan ambiental em gestões municipais e Goiânia a utilizou em duas gestões a de 1993-1996 e a de 1997-2000.

A principal meta observada nesses discursos era o da preservação do verde e este foco foi utilizado como uma estratégia política lançada pelo poder público

³³ Ferrara (1997, p. 195-196), prefere denominar a imagem da cidade como imagem urbana. Com referencial a imagem urbana cumpre a tarefa funcional de demarcar e assinalar o espaço sendo: estática, segura, apelativa e pública. Esta última para ela “só se revela nos espaços institucionais e o seu reconhecimento supõe a percepção coletiva, que consagra e faz circular valores, marcas, referencias e identidades urbanas”.

municipal para estabelecer uma imagem para cidade. As gestões seguintes a de 2001 - 2004 e a de 2005 - 2012 perderam o slogan ecológico, mas enfatizavam de forma indireta a qualidade que os mesmos representam, ou seja, reconheciam que os espaços urbanos, especificamente os parques, oferecem condições para promover o desenvolvimento da cidade. Nesse contexto, a questão ambiental assumiu relevância.

O poder municipal lançou mão de uma série de medidas de proteção aos mananciais, nascentes, vegetações ciliares, riquezas naturais, expressas nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para nortear suas ações em relação às áreas verdes da cidade. Algumas diretrizes foram estabelecidas:

criação de um programa de proteção perene com parques ecológicos no Vale do Botafogo; recuperação e preservação dos fundos de vales; criação de parques ecológicos públicos ou privados; proteção aos leitos dos córregos Macambira e Anicuns; resgate das áreas públicas do Setor Sul e dos jardins públicos; cinturão verde produtivo; proteção das bacias do Meia Ponte e João Leite, dentre outras (RIBEIRO, 2000, p 51).

Seguem abaixo as imagens e os discursos que foram apresentados de Goiânia desde 1993 até o atual momento, 2009, e os mesmos demonstram que foram construídos pelas forças institucionalizadas (Município e sua publicidade), sendo veiculadas pelas estratégias publicitárias e internalizadas pelos próprios cidadãos.

1.5.1 Goiânia: uma cidade ecologicamente correta (1993 - 1996)

As titulações dadas à cidade de Goiânia começam a partir da publicação do livro “Uma cidade ecologicamente correta”, de Osmar Pires Martins Júnior, Secretário do Meio Ambiente na Gestão Darci Accorci (PT) de 1993/1996. O referido livro foi publicado em 1996, no mesmo ano em que Goiânia foi agraciada com o título de “cidade ecologicamente correta”³⁴.

³⁴ O título de cidade ecologicamente correta foi outorgado a Goiânia pela Sociedade Brasileira para Valorização do Meio Ambiente e mais cento e quinze entidades ambientais do mundo inteiro, no 3º Encontro Mundial de Ecologia Urbana, realizado em Campinas, São Paulo, no mês de Janeiro de 1995.

Assim, a gestão Accorsi sustentou intervenções nos parques públicos e áreas verdes, associando-os a uma melhoria da qualidade de vida. Esse título foi resultado da análise do índice “número de áreas verdes por número de habitantes”.

Aproveitando a ocasião, o Poder Público Municipal apropriou-se do *marketing* do título que recebeu, que colocou Goiânia como uma das cidades brasileiras que mais investiu na qualidade de vida da sua população. Procurando, a partir desse discurso evocar uma imagem positiva da cidade, tanto dentro quanto fora do Estado.

Dessa forma, aliaram-se discursos, realizações e força publicitária. O *city-marketing* engendrou refrões como: “Quando uma cidade é boa para se viver, ela também o é para ser visitada”, elaborado por Martins Junior (1996, p.69). Essa imagem foi lançada pelo poder Público Municipal de Goiânia em forma de discurso, como estratégia política. Pode-se constatar a afirmação dessa imagem, seja em cartão postal: “Goiânia: Cidade Ecologicamente Correta” (Wagner & Associados, Cartão Postal, Brasil), em revista de circulação nacional: “Goiânia: cidade verde” (ZAPP, maio/junho, 1996, nº03), ou mesmo em jornais de circulação regional: “Goiânia uma cidade ecológica” (Diário da manhã, 18/09/1996).

Observa-se que todos esses anúncios confirmam a condição ecológica de Goiânia como uma característica que a diferencia de outras cidades brasileiras. No sentido de reforçar esse discurso, a organização da cidade, tanto pelo Poder Público Municipal quanto pelo privado, esteve voltada para sua efetivação, assim foram espalhados em determinados pontos da cidade flores, jardins, parques, panfletagem etc.

A respeito da contextualização apresentada, Arrais (1999, p. 21) argumenta que a imagem da cidade não diz respeito e nem reflete a realidade de Goiânia:

Essa reverberação da verdade possui uma intencionalidade própria, ideológica, construída a partir de traços específicos da cidade, por exemplo, o número de parques, a arborização de certas regiões e bairros da cidade, os canteiros ajardinados etc., tudo estrategicamente ligado ao verde. **Resulta daí que o discurso evoca uma imagem com fragmentos da cidade, de onde a síntese é construída da parte, deixando de lado outras regiões menos agradáveis da cidade. É como se tomasse uma parte pelo todo.** (Grifo nosso).

A partir da citação de Arrais pode-se concluir que a cidade reverbera as transformações sociais, dependendo das múltiplas relações, em outras palavras das

relações entre as pessoas, dos grupos e dos poderes institucionais. A cidade está na mediação daquilo que Lefebvre chamou de ordem próxima e ordem distante, ou seja,

Ordem próxima (relação dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regulada por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não por uma “cultura” e por conjuntos significantes. (LEFEBVRE, 2001, p. 46).

Assim, as intervenções urbanas ocorridas em Goiânia, nessa gestão, são muito bem representadas pelas duas últimas citações, Arrais e Lefebvre. Essas intervenções espacializam principalmente nas áreas centrais, ou em pontos estratégicos, incorporando ao verde a cor dos canteiros floridos. Oliveira (2005, p. 68) relata a esse respeito:

Melhor dizendo, foi nessa cidade aparentemente apaziguada e dócil que se reiniciou o resgate dos canteiros de flores cultivados pelas praças atilianas. Esse novo padrão, que uniu verde, arborização, flores e gramados, ainda se agrega ao padrão das praças hedo-narcisistas e se espalhou por certas regiões e bairros da cidade.

Quanto aos parques urbanos, não houve modificações relevantes a serem destacada, somente a revitalização de alguns parques centrais, que receberam um aprimoramento relativo aos canteiros e alguns ornamentos paisagísticos, mas, as estruturas físicas permaneceram inalteradas tal como foram os casos do Parque dos Buritis, do Botafogo, do Mutirama e parte do Lago das Rosas.

1.5.2 Goiânia: a cidade das flores (1997 - 2000)

Com a chegada das eleições municipais, ocorridas em setembro de 1996, assumiu, em janeiro de 1997, a direção do Poder Executivo Municipal o professor Nion Albernaz (PSDB) na gestão 1997/2000, tendo como Secretário do Meio Ambiente Paulo de Souza.

Já no segundo mês de gestão, o Prefeito mudou a simbologia da administração municipal, deixando de lado o slogan de “cidade ecologicamente correta”³⁵. O compromisso com a causa ecológica e com o desenvolvimento sustentável fez com que o Poder Público Municipal, ou melhor, o Governo da Cidade de Goiânia realizasse no dia 28 de fevereiro de 1997 uma conferência pública, cujo objetivo único foi o de assumir o compromisso com a “agenda 21”, nascida das discussões realizadas na Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

A partir deste momento, todo um trabalho de *marketing* foi elaborado procurando exaltar outras qualidades da cidade, que não aquelas referidas pela gestão municipal anterior.

Arrais (1999, p. 26) enfatiza esse momento ao descrever que a propaganda concentrou-se em dois eixos principais

Um que exaltava a qualidade de vida da “cidade das flores”. Outro que procurou, a partir do primeiro, atrair investimentos para uma Goiânia moderna, que de modo particular soube equacionar e solucionar, segundo o discurso oficial, os problemas ambientais próprios das grandes cidades.

Alguns exemplos podem atestar essa argumentação:

Goiânia, uma cidade em flor. Viver em Goiânia é uma experiência sem igual. Poucas são as cidades brasileiras que conseguem conjugar, de forma harmoniosa, os encantos das flores ornamentais com a agitação imposta por uma metrópole. (Governo da Cidade de Goiânia. In: Casa & Flora. Ano I, nº 10).

É significativo relatar os depoimentos de Walmir Santos Aguiar³⁶, ex-diretor da Diretoria de Parques e Jardins de Goiânia. Através das ações provenientes de sua gestão (1996-2000), o referido discurso consolidou essa simbologia para a cidade goianiense. Walmir Aguiar esclarece:

As flores para Goiânia viraram um símbolo, uma marca registrada. Quando se fala em Goiânia, hoje, fala-se “Goiânia a cidade das flores”.

³⁵ Segundo comentários de alguns políticos, essa mudança foi uma estratégia para apagar da memória dos cidadãos os possíveis avanços alcançados pela gestão anterior, no trato das questões ambientais (Fonte: Multinews, setembro, 1997).

³⁶ Sempre que se reportar a Walmir Aguiar, a data do seu depoimento em novembro de 2004, tendo sido recolhido por Oliveira e citado por Aguiar (OLIVEIRA, 2005, p 70-73).

E isso, aí, virou mesmo, virou moda e não tem como se reverter isso agora. [...]. **A cidade, o verão, da primavera eterna, como se fala.** Verão-primavera, o ano todo. Então, eu acho que **é uma marca registrada**, como se tem em algumas cidades: Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa; **Goiânia, a cidade das flores**, é uma marca, que não pode deixar. Então, qualquer governo que assumir, como o Íris que vai assumir agora, depois vem outros governos, tem que manter. **Não tem como querer apagar essa imagem que é da cidade. Isso já é uma marca registrada** (apud OLIVEIRA, 2005, p.70).

Esse depoimento revela a força da imagem constituída pela gestão no espaço urbano de Goiânia, quando estabeleceu como uma de suas metas principais a de florir a cidade. Oliveira (2005, p. 70) complementa esse raciocínio quando relata que “as áreas verdes e as praças passaram a ser valorizadas em seu sentido estético colocando em evidência uma das prioridades do governo, que era o visual da cidade, fazendo dos jardins floridos um padrão de qualidade”.

Walmir Aguiar ainda relata que a idéia foi alavancada mediante uma imposição do prefeito:

Bom, o prefeito me chamou em seu gabinete e falou que queria a cidade florida, colorida. Em nenhum momento se cogitou a questão do orçamento. No início, quando começamos, eu comecei a colocar alguns arbustos, e evitar um pouco as flores, pela dificuldade, pois não se tinha nada de flores, ele me chamou lá e disse: “eu quero flor, não quero nada disso, **eu quero flor, eu quero a cidade florida, uma cidade alegre, colorida**”. **Foi uma imposição, foi a colocação do prefeito e a filosofia na época era essa.** Nós partimos para isso. Se tivesse sido outra filosofia, a gente trocava de idéia e implantaria outro sistema. (apud OLIVEIRA, 2005, p.70).

Da citação percebe-se que os jardins floridos da gestão Accorsi são retomados e tomaram novo impulso com o prefeito Nion Albernaz. Segundo depoimento de Walmir Aguiar, os desenhos das áreas onde receberam o tratamento paisagístico ganharam sofisticação, devido a experiência adquirida das viagens à Europa, onde se buscou os modelos ideais para serem implantados em Goiânia. Walmir Aguiar revelou a Oliveira que o desenho dos jardins das praças goianienses teve sua inspiração oriunda dos jardins franceses dos séculos XVI e XVII. Tanto que afirmou:

Eu viajei muito, sou uma pessoa que gosto de viajar muito e, **nessas dez ou quinze viagens que eu fiz ao exterior**, embora na época eu fosse somente um arquiteto, não tivesse mexido com jardins, ou experiência em paisagismo. Mas, a gente via e, nas fotografias que eu tirava da arquitetura, sempre aparecia jardins. **Eu tive em Versalhes, realmente, tive em outros**

países na Europa, a Holanda tem muito jardins bonitos, na França [...], na Itália, então realmente eu me baseei um pouco, nos meus estudos, nesses jardins de lá. Porque eu acho muito bonito. (apud OLIVEIRA, 2005, p.70).

Assim, o depoimento de Walmir Aguiar, recolhido por Oliveira, cita vários exemplos de espaços que receberam cuidados especiais como é o caso da praça do relógio no Jardim Goiás, uma recriação de um outro visto em Genebra; também o jato de água instalado no Bosque dos Buritis tem a mesma origem; e os desenhos dos jardins do novo Paço Municipal são uma releitura dos jardins do Palácio de Versalhes.

Em depoimento ao Jornal O Popular, o ex-Prefeito Nion Albernaz fez uma síntese de suas duas administrações, confirmando o valor estético como qualidade administrativa:

a qualificação dos serviços prestados pela Prefeitura deve ser uma prioridade. Já no meu último mandato de prefeito de Goiânia tinha essa convicção, tanto é assim que começamos a dar prioridade ao serviço. Antes, **no meu primeiro mandato, demos prioridade ao asfalto urbano, no segundo mandato, à limpeza e ao visual da cidade.** (O POPULAR, 2004, p. 12, grifo nosso).

Tal fato é verdadeiro em se tratando de algumas poucas regiões da cidade, especialmente as centrais. Na medida em que se direciona os olhares para a periferia as flores desaparecem. Na visão de Arrais (1999, p. 26):

o problema está na relação entre a demanda por serviços prioritários, como: asfalto, água tratada, segurança, entre outros e no poder reivindicatório da população residente nas regiões periféricas e nas áreas centrais e nobres da cidade.

Outro ponto a ser destacado no depoimento de Walmir Aguiar foi o intuito de transformar a cidade para o turista. Isso se confirma na espacialização das ações realizadas na época, assim como na fala de Walmir Aguiar:

Veja bem, havia uma preocupação em deixar a cidade bonita. Por quê? Porque, quando o turista vem, quando o executivo vem, quando acontecem os congressos na cidade, todo **esse pessoal que vem de fora, eles andam mais no centro,** mais nas áreas centrais da cidade, **raramente acontece** de uma pessoa vir no congresso e sair, **ir para Vila Mutirão, ir lá para o Parque Atheneu.** Normalmente eles não vão. Então a gente passou a ter uma preocupação, uma filosofia de dar um tratamento no centro. Um

centro bem dilatado, não o centrinho só da cidade. Então, nós esticamos até aonde a gente pôde. Veja você, a avenida da saída de Guapó é uma avenida larga, muito grande, que a gente deu um tratamento nela. A saída ali, o Jardim Guanabara; nós fizemos lá na Vila Mutirão, em frente à Maternidade Nascido Cidadão, uma praça muito grande. [...] **Então, o objetivo na época era realmente dar assistência, dar uma manutenção maior no centro. À medida que a gente ia terminando a gente ia afastando para a periferia**, logicamente com a preocupação de atender aquela população mais carente, tal, mas até onde a gente podia, com os limites que a gente tinha [...]. (apud OLIVEIRA, 2005, p.73 - grifo nosso).

Recapitulando o que foi apresentado, essa idéia de cultivar flores durante todo o ano, agregado ao desenho formalizado pelas figuras geométricas nos jardins da cidade, foi aceita pela população goianiense e foi reforçado pela publicidade e administração vigente. Essa ação paisagística enraizou-se na cidade, ramificando-se em anos posteriores, adquirindo valor simbólico.

É interessante ressaltar que há uma “ligação entre o discurso ambiental e o estético, ambos levantaram a bandeira da qualidade de vida, portanto, a idéia de valorização do meio ambiente continua fazendo parte da agenda do Governo Municipal” (ARRAIS, 1999, p. 27).

1.5.3 Goiânia: você fazendo parte³⁷ (2001 - 2004)

Em 2001, assumiu a Prefeitura de Goiânia Pedro Wilson Guimarães (PT). Com o intuito de planejar democraticamente a cidade adotou praticas de gestão e planejamento participativo. Nessa gestão, o *slogan* ambiental deixa de ser *marketing*, porém os espaços públicos, em especial os parques urbanos, recebem cuidados especiais sejam eles de revitalização, ou mesmo a criação de novos.

Segundo a Revista Goiânia (2002, p. 15) os eixos principais da gestão de Pedro Wilson eram a inclusão social e universalização da cidadania (ações que viabilizassem o desenvolvimento social no sentido de criar condições de inclusão para todos); a construção de uma gestão pública democrática e popular (com a participação popular no governo local, ou seja, “governar com a população e para a

³⁷ No início de 2004, uma série de reportagens veiculada na mídia falada e televisionada mostrando o que a Prefeitura havia executado colocou em evidência um novo refrão, que se incorporou à gestão: Goiânia, viver aqui é bom demais da conta.

população”); e requalificação da cidade e desenvolvimento econômico urbano e rural. A matéria esclarece que:

numa perspectiva inclusiva, em seus aspectos urbanísticos, ambientais, infra-estruturais e econômicos, a fim de promover a melhoria de nível de vida de sua população. Esta requalificação demanda a retomada de um trabalho de elaboração e execução do projeto de urbanização, legalização de áreas de posse, recuperação ambiental e desenvolvimento de uma política habitacional. (2002, p. 44).

Ainda, o poder municipal de 2001 contava com alguns instrumentos para efetivação do seu discurso: o Orçamento Participativo, a Agenda 21, o Estatuto da Cidade.

No que se refere aos espaços públicos, a gestão 2001-2004 programou a construção de novos parques e a requalificação daqueles existentes na cidade, numa nova concepção: trabalhar os espaços para que a população realmente se apropriasse deles. No específico aos parques, o objetivo era transformá-los de tal maneira que seus “[...] espaços sejam [fossem] efetivamente locais de descanso, lazer, contemplação e convívio social, e não apenas áreas que deveriam sofrer intervenção considerando, sempre, a importância geográfica, histórica e social do local”. (REVISTA GOIÂNIA, 2002, p. 47).

Para isso, as atividades valorizadas e implementadas foram: estação de ginástica, *playgrounds*, pista de *cooper*, espaços para a melhor idade. Ainda nesses relatórios, foi possível conferir que a comunidade esteve envolvida no processo construtivo desses espaços.

Segundo depoimento de funcionários públicos municipais, as intervenções que foram realizadas contou com a participação da comunidade usuária de cada região. Procurou-se ouvir os anseios e desejos da população, buscou-se também fazer parcerias com a comunidade e associações no sentido de ajudar a manter tais espaços. Assim, houve uma receptividade da comunidade, propiciando o usufruto desses com maior frequência

Conforme as especificações abaixo, o processo de obras abrangeu tanto as áreas centrais, mais nobres, quanto às periféricas e foi através do Orçamento Participativo (OP) que existiu a deliberação das obras. O processo de escolha de obras ou intervenções urbanas de algum tipo, nas regiões e/ou bairros, era normalmente deliberado em plenárias e assembleias regionais do OP.

TABELA 05 – INTERVENÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS EXECUTADOS PELA COMURG / DPJ – GESTÃO 2001/2004

Áreas / Intervenções	Região central	Região Vale do Meia Ponte	Região Noroeste	Região Oeste	Região Sudoeste	Região Sul	Região Campinas	Região Mendanha	Região Leste	Região Norte	Região Sudeste	Total
Praças existentes - RT	12	01	-	01	02	-	03	02	01	-	-	23
Praças existentes – RP	10	03	01	-	02	02	06	02	-	-	01	27
Praças Construídas	03	-	03	02	06	05	-	06	02	02	-	29
Praças Existentes – IP	03	01	01	01	19	10	02	02	02	02	03	46
Triângulo viário – IP	01	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	03
Const. / Ref. Monumentos	06	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	07
Avenida – RV	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Avenidas IP	01	02	03	05	01	04	-	-	-	02	03	21
Rotulas – IP	-	01	01	05	02	01	01	01	01	-	-	13
Bosques e Parques	03	01	-	-	-	02	-	-	-	-	-	06
Jardins de Instituições	01	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-	03
Const. Trevos	-	01	-	-	-	01	-	-	01	-	-	03
Pistas de Cooper – IP	-	-	01	-	02	-	-	-	-	-	-	03
Total	40	10	11	14	35	26	15	13	07	06	07	185

Fonte: COMURG / DPJ / DEP. Relatório de Obras Físicas e Intervenções Paisagísticas. Goiânia, Gestão 2004.
 Legenda: RT: Reforma Total; RP: Reforma Parcial; IP: Intervenção Paisagística; RV: Revitalização.

Conforme o Relatório de Obras Físicas e Intervenções Paisagísticas³⁸, Tabela 01, foram executadas 185 intervenções em espaços públicos da cidade no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004. Destas 185 intervenções, 06 foram destinadas a construção e/ou revitalização de Bosque e Parques, correspondendo um percentual de 3,2% do total. Nota-se que a localização dos parques basicamente ficaram na região nobre da cidade (região central e sul) ficando apenas 01 (um) em região periférica. As distribuições dessas regiões ficam assim caracterizadas:

REGIÃO VALE DO MEIA PONTE (Vila Maria Dilce, Urias Magalhães, Jardim Balneário Meia Ponte) - Parque Gentil Meireles.
 REGIÃO CENTRAL (Central, Sul, Oeste, Aeroporto, Norte Ferroviário, Vila Nova, Bairro Feliz e Leste Universitário) – Parque Botafogo, Lago das Rosas e Bosque dos Buritis.
 REGIÃO SUL (Marista / Bueno, Pedro Ludovico, Nova Suíça, Parque Amazônia, Jardim América, Jardim Goiás, Redenção, Santo Antônio) – Parques Areião e Vaca Brava.

Até final de 2004 só existiam os parques Areião, Vaca Brava, Gentil Meireles, Lago das Rosas, Botafogo e Bosque dos Buritis.

³⁸ Elaborado pelo Departamento de Estudos e Projetos da Diretoria de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal, em dezembro de 2004.

Considerando os dados apresentados, observa-se que a gestão municipal de 2001-2004 deu ao espaço público de uso coletivo uma importância relevante, concentrada nas praças públicas (concentrou 67% das ações e tornou-se o centro das atuações da Diretoria responsável pela manutenção dos espaços livres e verdes da cidade) o restante, 33% das intervenções, corresponderam a intervenções em avenidas, pistas de cooper, jardins de instituições públicas, rótulas, trevos e no que tange aos bosques e parques foram representadas por apenas 3,2% do total de intervenções realizadas.

A análise final da gestão “você fazendo parte” (2001 - 2004) foi que os elementos arquitetônicos e paisagísticos implantados nos parques foram viabilizados, segundo especificações da gestão e pela participação da “vizinhança”, isto é, as reformas foram requisitadas e implementadas segundo requisição da comunidade, mas a retomada de uso desses lugares aconteceu somente em pontos estratégicos, aqueles constituídos de áreas centrais e mais nobre, como são os casos dos Parques Areião e Vaca Brava.

O *slogan* “você fazendo parte” fica refletido no depoimento de Paulo de Tarso, Diretor de Parques e Jardins do período de 2001 a 2003, o fundamental objetivo da gestão foi:

consolidar a praça como um espaço de uso público, não simplesmente como um adorno da cidade, não simplesmente como um local para se ter belos canteiros de flores, mas um local onde se tenha as flores e tenha pessoas. [...] em função do ser humano, nós desenvolvemos um trabalho de equipe que conseguiu fazer com que as praças tivessem condições de uso, com equipamentos que dessem à comunidade satisfação de estar naquele espaço público [...] muitos desses espaços públicos quem ocupou não foi o drogado, não foi o traficante, como o pessoal temia quando nós começamos [...], o que nós fizemos foi trazer a família de volta para a praça, foi fazer com que o vizinho voltasse a encontrar o vizinho e as crianças retomassem a praça pública como um espaço de lazer, de amizade, de convivência social [...]. Eu penso que, do ponto de vista sociológico, do ponto de vista de construção de uma cidade mais humanizada, eu não tenho a menor dúvida que o nosso projeto, com todo o respeito pelos outros, ele atinge um objetivo maior, porque ele atinge a essência do ser humano que é o convívio social (TARSO apud OLIVEIRA, 2005, p.69).

1.5.4 Goiânia: o trabalho que você vê (2005 – 2008 / 1º mandato e 2009 – 2012 / 2º mandato: reeleito)

Eleito com um discurso erguido sobre uma plataforma de obras, que se contrapunha às posições de Pedro Wilson Guimarães (PT), o Prefeito Íris Rezende Machado (PMDB) assumiu a prefeitura de Goiânia, apresentando um plano de metas ousados. No endereço virtual da prefeitura, Íris Rezende promete cumprir, até o término de sua gestão, mais de 45 metas, divididas em sete categorias (educação, habitação, meio ambiente, pavimentação, saúde, trânsito e transporte coletivo). Dentre elas, destacam-se metas relativas à pavimentação e ao transporte coletivo, as duas principais bandeiras de sua campanha.

No quesito meio ambiente e, especificamente, parques urbanos, embora não seja meta prioritária, a atual administração, por meio da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), entregou à comunidade as obras de implantação de 14 parques e bosques. O número total de parques implantados em Goiânia praticamente triplicou, em relação a 2005 (6 parques) a capital passou a contar agora com 20 unidades, sendo alardeada como uma referência nacional em termos de preservação ambiental.

Quase cinco meses após o início do segundo mandato de Iris Rezende previa-se para maio as primeiras inaugurações e atos de lançamento de obras específicas dessa gestão. Segundo o prefeito, as ações em habitação e meio ambiente seriam os focos dos primeiros anúncios de sua gestão.

Recentemente, um novo parque foi inaugurado, trata-se do Parque Cascavel, na Região Oeste. Entre as ações previstas para o meio ambiente está o que o Paço Municipal define como “reconstrução” de Parque Mutirama. A obra prevê a construção de um túnel sob o trecho da Avenida Araguaia que ladeia a área, para permitir a integração do parque com o Bosque Botafogo, às margens da Marginal Botafogo. Ainda não há data definida para o lançamento.

O trabalho realizado pela extinta Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA e atual Agência Municipal Meio Ambiente - Amma³⁹, ambas sob a regência

³⁹ A Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) foi criada pela Lei Municipal 8.537, de 20 de junho de 2007, substituindo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Trata-se de uma autarquia dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e jurídica.

da administração de Íris Rezende, foram e são efetivados nos sentido de preservar os recursos naturais da cidade. Segundo levantamento realizado nessa instituição, Goiânia é hoje a capital estadual brasileira que possui maior número de metros quadrados de áreas verdes por habitante no Brasil. Nos estudo técnico feito pela Amma, Goiânia possui 94 metros quadrados de áreas verdes por habitante, superando Curitiba, que possui 51 metros quadrados de área verde por habitante e era, até então, considerada a capital brasileira que ocupava o primeiro lugar no *ranking* desse tipo de comparativo.

Essa construção de títulos e, conseqüentemente de imagens, reforça a imagem de Goiânia como capital estadual com o maior número de árvores plantadas em vias públicas do País. Esse resultado também foi fruto de um estudo feito pela Amma. Conforme levantamento dos técnicos da Agência, Goiânia possui hoje cerca de 650 mil árvores plantadas em vias públicas, superando Curitiba (cerca de 300 mil árvores) e João Pessoa (cerca de 40 mil), que eram, até então, referências nacionais em termos de arborização. O estudo mostra que há 0,59 árvore por habitante em Goiânia, enquanto em Curitiba esse índice é de 0,17 e em João Pessoa de 0,06 árvore por habitante.

Ao finalizar estas observações, nota-se que na administração atual o *slogan*, embora não esteja diretamente voltado para o meio ambiente, apresenta uma preocupação quando o assunto é o meio ambiente e, principalmente, com o espaço público aqui identificado como parques urbanos. A imagem ambiental, embora não seja o marketing principal da administração atual, continua em âmbito nacional concorrendo com as demais cidades brasileiras em termos de títulos.

Vale salientar que tais títulos são sempre destacados em ocasiões de conveniência política, como por exemplo, recentemente aconteceu com a escolha das cidades sedes para a copa de 2014, a prefeitura divulgou uma campanha sugestiva com o slogan “Goiânia, Capital Verde”.

Sabe-se que há várias formas de se avaliar a imagem da cidade. A opção apresentada foi a de proporcionar uma rápida exposição em um curto período de tempo (1993 a 2009). Sabendo-se que Goiânia foi concebida no seu plano original com amplos espaços destinados aos parques, ao longo dos anos, a cidade foi perdendo tais características e os parques, pela sua relação direta com a questão

ambiental, tornaram-se objeto de atenção especial por parte do Poder Público Municipal.

1.6 GOIÂNIA E SUAS ÁREAS VERDES

As propostas de avenidas arborizadas, grandes praças, quadras públicas com áreas internas, *parkways* ao longo dos leitos, parques públicos nas áreas de mata exuberante além de um cinturão verde em todo o perímetro do entrono eram parte integrante de um plano único, que, em diversos momentos, foi incompreendido pela população e principalmente pelos políticos e governantes, que o fizeram perder um pouco de sua identidade.

Devido o crescimento desordenado em Goiânia entre as décadas de 50 a 80, as áreas verdes existentes foram muito pouco preservadas. Essa situação é mais grave na periferia em função dos loteamentos clandestinos, os quais não preservaram nem mesmo as reservas obrigatórias. As matas foram, muitas vezes, reduzidas a canteiros centrais de avenidas e praças.

Vale salientar que essas áreas estão completamente fragmentadas por todo o território, apresentando-se de forma pontual, não constituindo em si um sistema de áreas verdes ou unidades de conservação urbana, conforme o recomendado nos projetos iniciais da cidade.

Atualmente, segundo dados da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) de Goiânia, a cidade possui 192 unidades de conservação, sendo 20 efetivadas como parques urbanos (ver apêndice).

Diante da relação apresentada pela Amma, chama atenção o fato que, das 192 unidades de conservação citadas, muitas estão invadidas, algumas não estão oficialmente delimitadas e a grande maioria apresenta algum estágio de degradação. Segundo esses dados, a leitura que se faz de Goiânia é que há pouco controle e planejamento em suas transformações, seja na área ambiental, social ou econômica.

Após o levantamento e diante do trabalho apresentado, com relação às unidades de conservação acima referidas, presencia-se na cidade, a inconsistência legal de muitas delas, além da degradação ambiental, na maioria dos casos, decorrente de questões econômicas, físicas ou pela falta de uma política real de

sustentabilidade que possibilite suas implantações e, posteriormente, suas manutenções.

Na demonstração da imagem abaixo (Figura 16), apresenta-se uma silhueta ambiental do município, constituído pelas Áreas de Preservação Permanente – APP, pela APP do Morro do Medanha e pelas Unidades de Conservação.

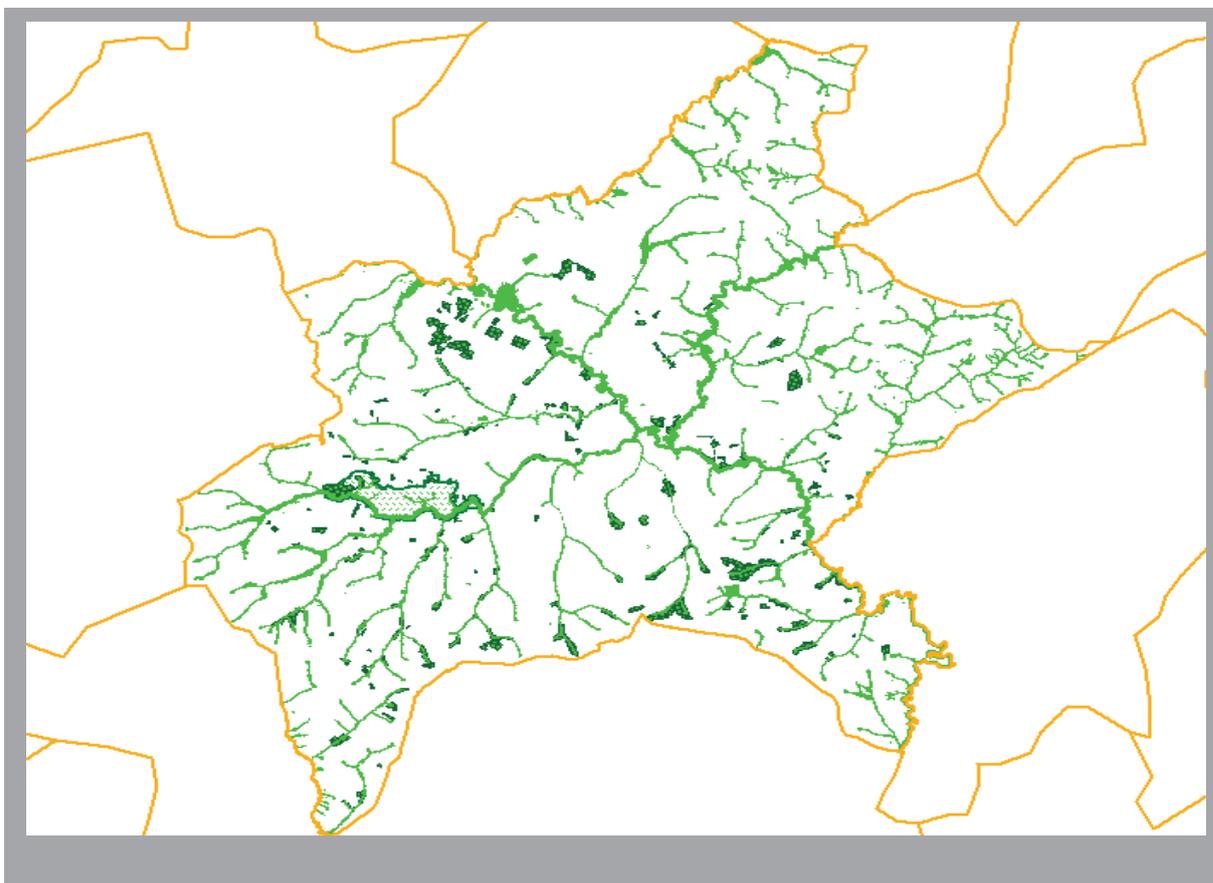


Figura 16 – Mapa das áreas verdes de Goiânia / SEPLAM -2009.

LEGENDA

-  Área de Preservação Permanente (APP)
-  APP do Morro de Medanha
-  Unidade de Conservação

Nos estudos apresentados, percebe-se que a preocupação com a escassez dos recursos naturais urbanos valorizou a proteção dos mesmos dando nova dimensão à questão ambiental, seja por parte de grupos políticos ou por parte da sociedade.

Consta-se que ao longo de toda a história de Goiânia, essa concepção ambiental referente aos parques urbanos transformou-se tanto no meio físico quanto no meio social, ou seja, o comportamento dos goianos diante de tais espaços está

sendo “lapidado” e, parte dessa conscientização é devida à participação e envolvimento de órgãos públicos.

Em Goiânia o órgão público diretamente envolvido com as questões ambientais é a Agência Ambiental de Meio Ambiente⁴⁰ (Amma), por ser uma instituição que trabalha em várias áreas afins, destaca-se para o propósito deste estudo os parques através de sua gerência.

Em janeiro de 2005, Goiânia possuía somente 6 parques totalmente implantados: Areião, Vaca Brava, Gentil Meireles, Lago das Rosas, Botafogo e Bosque dos Buritis. Hoje, a cidade conta também com os Bosques do Café, José Eduardo Nascimento, Boa Vista e Bougainville, e com os Parques Flamboyant, Sabiá, Beija-Flor, Taquaral, Liberdade, Fonte Nova e João Carlos Fernandes (Parque da Lagoa). Além disso, revitalizaram o Bosque dos Buritis e finalizam-se as obras de revitalização do Lago das Rosas e do Parque Areião.

Segundo dados da Amma, no total, são 500 mil metros quadrados de parques e bosques implantados em apenas três anos. Esses locais contaram com projetos de recuperação da flora típica do cerrado, devastada ao longo dos anos. Foram plantadas milhares de mudas de espécies nativas do cerrado, como ingá, jatobá, ipê, nó-de-porco, entre outras. Conseqüentemente, houve o retorno de animais silvestres que não tinham mais refúgio, como macacos e aves.

Hoje, a população de Goiânia conta com parques e bosques não apenas nas Regiões Central e Sul, mas também nas Regiões Noroeste, Norte, Oeste e Sudeste. Dessa forma, mais áreas verdes da cidade são preservadas, enquanto um maior número de habitantes desfruta dos benefícios promovidos pela implantação das unidades de conservação, com a prática de esportes, o maior contato com a natureza e um clima mais ameno – já que os parques e bosques, em função da grande concentração de vegetação, colaboram para a redução da temperatura no meio urbano.

Segundo dados oferecidos pela Amma, as fichas técnicas das obras de parques e bosques entregues pela Prefeitura de Goiânia nos últimos três anos são:

⁴⁰ A Agência Municipal do Meio Ambiente integra a estrutura administrativa indireta da prefeitura de Goiânia e é jurisdicionada à Secretaria de Governo. É o órgão que tem como finalidade formular, implementar e coordenar a execução de Política Municipal do Meio ambiente, voltada para o desenvolvimento sustentável, no âmbito Municipal.

Parque	Endereço	Inauguração	Área	Custo
Bosque José Eduardo Nascimento (Parque das Amendoeiras)	Entre as Ruas César Neto Borges Teixeira e Joana (Região Leste).	Janeiro / 2006	28.321,44 m ²	R\$ 49.882,89.
Parque Liberdade	Entre as Avenidas Venerando de Freitas, Liberdade e Belo Horizonte e Rua J-10 (Setor Jaó, Região Norte).	junho / 2006	10.115,08 m ²	R\$ 75.626,47.
Parque Taquaral	Entre a Av. Gabriel Henrique de Araújo, Alameda Parque Taquaral, Alameda Goiânia Viva e Rua GV-17 (Residencial Goiânia Viva, Região Oeste).	junho / 2006	109.655 m²	R\$ 854.556,60.
Bosque do Café	Entre as Avenidas do Café, Sucuri e Serra Dourada (Setor Santa Genoveva, Região Norte).	março / 2007,	19.683 m ²	R\$ 222.337,63.
Parque Municipal Sabiá	Entre a Alameda dos Rouxinóis e as Ruas Sabiá e Nossa Senhora do Carmo (Parque das Laranjeiras, Região Sudeste).	junho / 2007	23.448 m ²	R\$ 213 mil.
Parque Municipal Flamboyant	Entre as Ruas 15,12, 46, 55, 56 e a Avenida H (Jardim Goiás, Região Sudeste).	Setembro/2007	125.572,71 m²	R\$ 2,3 milhões.
Parque Beija-flor	Entre a Avenida Venerando de Freitas Borges e a Rua J-22. (Setor Jaó, Região Norte).	Dezembro/2007	35.041,42 m ²	R\$ 400 mil.
Bosque Boa Vista	Entre as Ruas BV-20 e BV-24 (Bairro Boa Vista, Região Noroeste).	março / 2008	17.340,23 m ²	R\$ 110 mil.
Bosque Bougainville.	Entre as Avenidas dos Flamboyants e Dom Fernando, e as Ruas Juriti, DF-14, DF-15, RM2, e RM4 (Setor Parque das Laranjeiras, Região Sudeste).	abril / 2008	37.413,56 m ²	R\$ 430 mil.
Parque Fonte Nova.	Entre as Ruas F-1, FN-4, FN-11 e FN-29 (Jardim Fonte Nova, Região Noroeste).	maio / 2008	76.420 m ²	R\$ 500 mil
Parque da Lagoa	Entre as Ruas das Missões, 13 de Maio e Olímpica e Avenida Tóquio (Parque Industrial João Braz, Região Oeste).	junho / 2008	37.251,48 m ²	
Parque Gentil Meireles	Entre as Ruas Goto e Avenida Cândido Portinari (Conjunto Gentil Meireles, Região Vale do Meio Ponte).	Dezembro/ 2004	39.889 m ² .	
Bosque dos Buritis	Entre as Ruas 1, 29, Avenida Assis Chateaubriant e Alameda dos Buritis (Setores Central e Oeste, Região Central).	Dezembro/2004 (revitalizado)	124.800 m ² .	R\$ 1,6 milhão
Parque Botafogo	Entre as Avenidas Araguaia, Contorno e Ruas CD-200-A, 200-B e 200-C (Setores Central e Leste Vila Nova, Região Central).	Dezembro/2004 (revitalizado)	172.033 m ² .	R\$ 143.563,08
Parque Sullivan - Vaca Brava.	Entre as Avenidas T-10, 1-13, T-5, T-66 e T-15 (Setor Bueno, Região Sul).	Dezembro/2006 (revitalizado)	79.890,63 m ² .	R\$ 254 mil
Lago das Rosas	Entre a Alameda das Rosas e a Avenida Anhanguera (Setores Central e Oeste, Região Central).	Em fase de revitalização	315.000 m ² .	R\$ 1,5 milhão da Amma e R\$ 200 mil reais do lphan.
Parque Areião	Entre a Alameda Coronel Eugênio Jardim, Avenidas Americano do Brasil e Edmundo P. Abreu, Areião, 5ª Radial e a Rua 90. (Setores Pedro Ludovico, Marista e Sul, Região Sul).	Dezembro/2004 (revitalização)	215.021 m ² .	R\$ 100 mil
Jardim Botânico	Entre a Alameda do Contorno e as Avenidas Botânico, Jardim Botânico e Antônio de Queiroz Barreto (Setor Pedro Ludovico, Região Sul)	parcialmente implantados até 2004 e em fase de revitalização	1.000.000 m ²	Valor estimado da obra: ainda não concluído
Parque Curitiba	Entre as Avenidas do Povo e Oriente e Ruas JC-14 e JC-15. (Jardim Curitiba III, Região Noroeste).	parcialmente implantados até 2004 e em fase de revitalização	357.916,96m ² .	Valor estimado da obra: ainda não concluído

Tabela 06 – Parque de Goiânia / Fonte: Amma / 2009

É importante salientar que a partir das implantações feitas relativas aos parques urbanos por melhor que sejam, não são capazes, por si só, de promover uma melhor qualidade de vida, mas constituem um passo decisivo nessa direção quando respaldados por ações governamentais que os dignificam.

É preciso, portanto, trabalhar a aparente dicotomia – desenvolvimento urbano e preservação ambiental – buscando um equilíbrio. Para que tal propósito se torne possível, o passo inicial é:

O reconhecimento de que a cidade é parte da natureza e deve inspirar novas políticas e reativar as antigas, levar à formação de novas instituições e alimentar novas pesquisas, as quais devem refletir-se na forma física da cidade. (SPIRN, 1995, p.300).

É importante salientar que o próprio ambiente urbano se constrói de maneira agressiva ao meio natural transformando-o em um ambiente construído, que muitas vezes não se interagem de maneira totalmente saudável com o meio ambiente.

Nesse contexto de urbanização, os parques possuem importantes usos e finalidades constituindo-se em espaços multifuncionais e, suas funções sociais passaram por inúmeras transformações.

CAPITULO II

PARQUE FLAMBOYANT E TAQUARAL

2.1. O PARQUE FLAMBOYANT

2.1.1. Histórico do Bairro

Oficialmente a origem do Jardim Goiás é datada de 22 de Março de 1950 e para entender a urbanização do bairro é preciso voltar aos anos 50. Nessa época, Lourival Louza decidiu lotear a Fazenda Botafogo com o objetivo de levar para aquela área o que havia de mais inovador em urbanismo. O empreendedor contratou o engenheiro e ex-prefeito de São Paulo Francisco Preste Maia para traçar o projeto urbanístico do futuro bairro. Embora o engenheiro não tenha concluído o projeto, a concepção do Jardim Goiás foi baseada em seus estudos iniciais.

Segundo documentos oficiais, no memorial descritivo/justificativo⁴¹ do Bairro, a autoria do projeto é assinada pelo engenheiro-arquiteto Roberto Magno Ribeiro que especifica em suas linhas gerais as orientações segundo o ante-projeto de Francisco Preste Maia:

Tendo em vista as possibilidades naturais do terreno e sua localização com relação ao Plano Geral da Cidade de Goiânia, foi o projeto, em suas linhas gerais, elaborado com base no ante-projeto pelo eminente engenheiro e urbanista Francisco Prestes Maia. As diretrizes seguidas no projeto definitivo obedecem, em todos os seus detalhes, às mais modernas normas de urbanismo, não tirando da topografia o melhor partido, como também apresentando um traçado racional para os arruamentos e espaços livres, proporcionando ainda a cada lote a melhor situação e o maior conforto dentro das especificações do Código de Obras da Cidade de Goiânia.

O bairro projetado é do tipo “cidade-jardim” que melhor preenche as condições de higiene e conforto, além de construir o tipo ideal de bairro residencial, conforme mostram as experiências levadas a efeito nas mais progressivas cidades do país e mesmo exterior.

Dentro do plano geral de urbanização foram previstas áreas para a localização adequada de estabelecimentos escolares, centro de saúde, parque infantil, igrejas, centro esportivo e recreativo, etc. Estas áreas, que na planta se mostram ajardinadas, ficarão reservadas e de posse do proprietário do “Jardim Goiás”, que fará delas oportuna doação ou concessão a entidades públicas ou particulares, para os fins indicados no

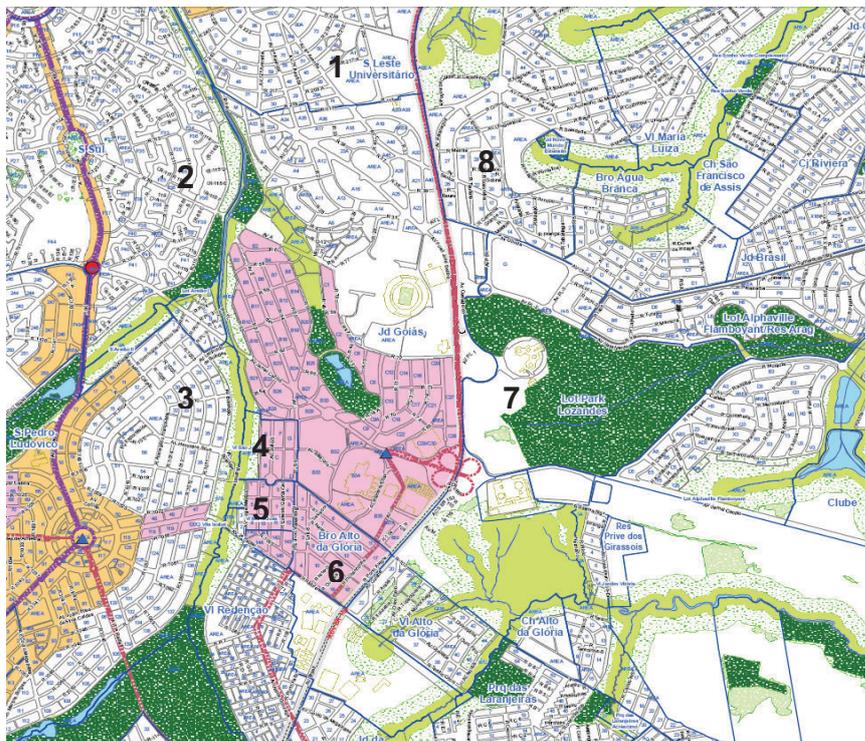
⁴¹ Memorial do projeto urbanístico do “Jardim Goiás” (Ribeiro, 1950). Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia – SEPLAM.

projeto, ou outro mais apropriado, desde que não sejam para fins industriais ou outro qualquer que venha prejudicar o caráter essencialmente residencial do bairro projetado.

Núcleos comerciais ou comerciais-residenciais poderão ser localizados em algumas destas áreas, notadamente nos Jardins 4, 9 e 16, assim como nos parques adjacentes à Praça B, sem prejuízo para os espaços livres, cuja área total atinge porcentagem bastante elevada. (RIBEIRO, apud, OLIVEIRA e PEIXOTO, p.12, 1950).

Nos documentos oficiais da SEPLAM, no período de 1950 a 1964, constatou-se um avanço acelerado do número de loteamentos promovidos pela iniciativa privada. Foram aprovados 183 loteamentos de maneira aleatória e sem nenhuma conexão entre si, gerando ocupações rarefeitas, sem qualquer preocupação com a estrutura urbana do plano original da cidade.

Atualmente, o perímetro do Jardim Goiás é constituído pelos seguintes bairros: Setor Universitário, Setor Sul, Setor Pedro Ludovico, Vila São João, Vila Maria José, Bairro Alto da Glória, Loteamento Park Lozandes e Jardim Novo Mundo. Segundo especificações do novo Plano Diretor, todos os bairros estão dentro da Macrozona Construída, sendo que os bairros Jardim Goiás (parte – sul), Bairro Alto da Glória, Vila São João, Vila Maria José são constituídos como Área de Adensamento em Desaceleração e os bairros Jardim Goiás (parte – norte), Setor Universitário, Setor Sul, Jardim Novo Mundo e Loteamento Park Lozandes são constituídos como Área de Adensamento Básico.



- LEGENDA
1. Setor Universitário.
 2. Setor Sul.
 3. Setor Pedro Ludovico
 4. Vila São João.
 5. Vila Maria José.
 6. Bairro Alto da Glória.
 7. Loteamento Park Lozandes
 8. Jardim Novo Mundo.
- Área de Adensamento em Desaceleração.
- Área de Adensamento Básico

Figura 17 - Modelo Espacial. Fonte: SEPLAM/2009

A ocupação física do Jardim Goiás foi alvo de discussões e denúncias, fato que foi comprovado em um dos jornais⁴² de veiculação no Estado no ano de 1994. Nas páginas do jornal, sob o título: “As estratégias do vazio – Grande espaço desocupados podem ter utilidade com a criação de um pólo de desenvolvimento”.

[...] a procura de espaços, mesmo à luz dessa lógica estratificadora, pode ocorrer de modo desordenado. Principalmente se grandes espaços contínuos e contíguos ao vetor de desenvolvimento da cidade tornam-se indisponíveis por muito tempo. Logicamente por uma questão de sobrevivência, as estruturas comerciais e residenciais, vão se instalando em outros locais. O resultado é a horizontalização dispendiosa da ocupação, com a formação de vazios quase em pleno centro da cidade. (O POPULAR, 1994, p.7b)

Em complementação a esta observação, os estudos de Achcar (2008, p.71) relatam que o Jardim Goiás:

se beneficiou ao longo do tempo da infra-estrutura implantada pelo poder público, se caracterizando como um espaço de terras reservado para a especulação. Parte do processo de crescimento não-planejado ocorrido na época faz parte do conjunto de áreas que ocasionaram vazios urbanos indesejáveis para a cidade, sob o ponto de vista da ordenação e uso do solo.

Enfatizando o mencionado, posteriormente em 2006, o bairro foi novamente alvo de destaque nas folhas de jornais⁴³ e o foco de análise dessa matéria foi a valorização imobiliária e a boa infra-estrutura que o setor oferece relativa à qualidade de vida dos seus moradores. Prova desse episódio é o título da matéria: “Jardim Goiás – Nascido para o sucesso”, as argumentações reforçam esta idéia:

[...] se questionados sobre a importância do desenvolvimento urbano, os fundadores são categóricos ao afirmar que a valorização dos terrenos é a principal vantagem de residir no setor há décadas. [...] se a região transfigurava a tranquilidade da cidade interiorana nas décadas de 50 e 60, hoje tornou-se um pólo de negócio e comércio [...] hoje, o Jardim Goiás é sinônimo de requinte e comodidade. (DIÁRIO DA MANHÃ, 2006, p.3a).

As mudanças urbanísticas ocorridas no setor e no entorno do parque demonstram que os efeitos dessas transformações somam-se e agravam-se com a implantação dos grandes equipamentos.

⁴² Jornal O Popular. Edição-Pita Júnior. In: O Popular - Bairros, 1994, p.7b.

⁴³ Diário da Manhã (29/10/2006) – Editor: Ranulfo Borges.

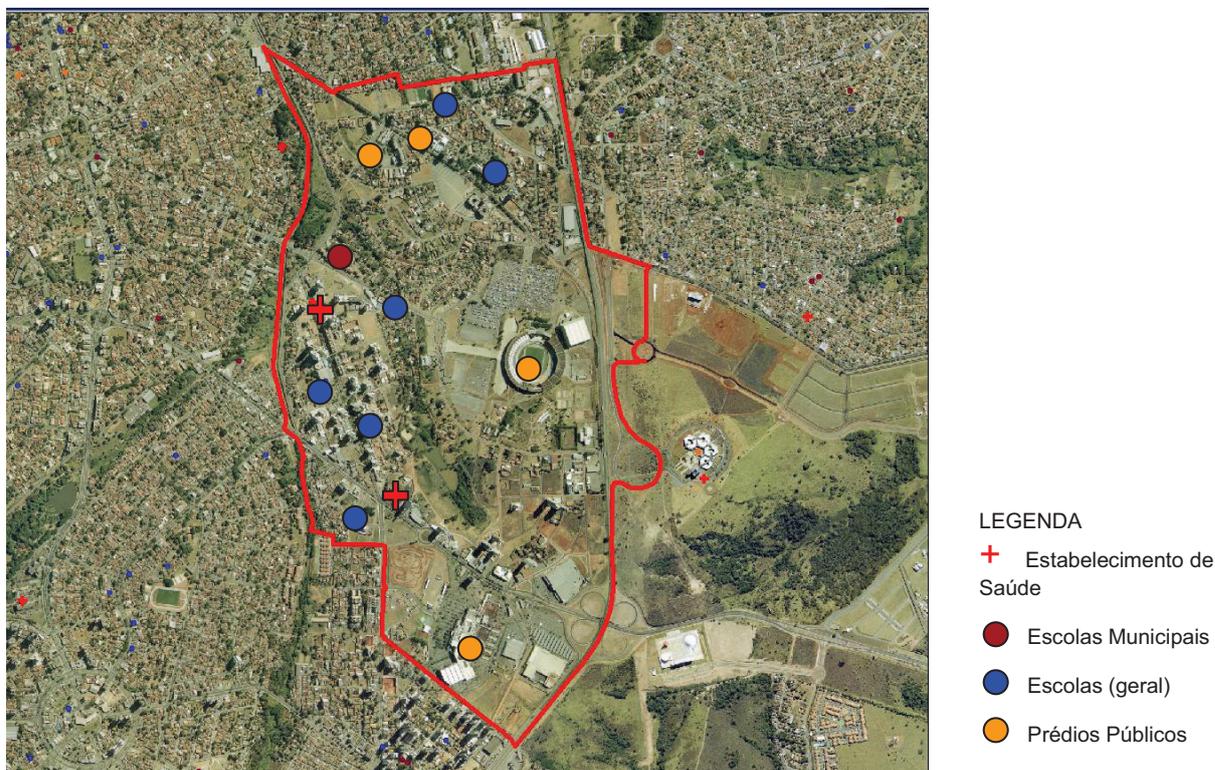
O levantamento da estrutura urbana, instalada na faixa, definida como sendo de aproximadamente 100m de raio relativo ao anel externo do Bairro Jardim Goiás, comprovou a natureza predominantemente residencial dos bairros localizados no seu perímetro. O Bairro Alto da Glória exclui-se dessa característica por possuir nas suas principais vias equipamentos comerciais de médio e grande porte.

No perímetro de 100 metros do Parque Flamboyant, em 2007, foram identificados 42 imóveis edificados, classificados conforme tabela 01. Ultrapassando o perímetro de 100 metros do entorno do Parque Flamboyant, observam-se grandes empreendimentos, dentre eles têm-se o Shopping Flamboyant, Supermercado Carrefour Sul, o Supermercado Wal-Mart, o estádio Serra Dourada a lanchonete McDonald's, Home Center Tend Tudo, Ciao Bella, Mezalluna entre outros.

Levantamento do entorno do Parque Flamboyant – perímetro de 100 metros	
Casas	32
Edifícios	10
Lotes	13
Comercio*	12
Total de imóveis edificados.....	42

Tabela 07 - Fonte SEPLAM / 2007

*Com relação ao comércio foram levantados: 5 stands de vendas, 1 bar, 4 concessionárias, 1 floricultura e 1 academia – totalizando 12 empreendimentos.



- LEGENDA
- + Estabelecimento de Saúde
 - Escolas Municipais
 - Escolas (geral)
 - Prédios Públicos

Figura 18 - Equipamentos Públicos. Fonte: SEPLAM/2009.

Segundo levantamento da SEPLAM (fig. 02), os equipamentos públicos relativos à saúde e escolas ficam especificados conforme:

Levantamento do Jardim Goiás / Equipamentos Públicos relativos a saúde e escola	
Estabelecimento de Saúde.....	02
Escolas Municipais.....	01
Escolas (geral).....	06

Tabela 08 - Fonte SEPLAM / 2009

O processo de valorização imobiliária, que pode ser facilmente observado nos bairros mais dinâmicos da cidade, especialmente no caso do Bairro Jardim Goiás, teve repercussão fundamental em sua consolidação como área de intensa especulação da terra urbana. A despeito de todo esse processo especulativo que contribui para a consolidação do bairro como espaço de elevado poder econômico/social foi o relevante desenvolvimento das estruturas que deram suporte ao poder econômico do lugar, isto é, a implantação de grandes equipamentos comerciais.

O surgimento destes empreendimentos requalificou o Bairro Jardim Goiás impondo-lhe uma configuração de espaço que propiciou investimento para o consumo, para o lazer e para o entretenimento. Esses empreendimentos não se restringem ao uso da população do bairro, mas abrange outras, tornando o Jardim Goiás um pólo comercial e de lazer na escala urbana.

A partir do final da década de 1970 e início de 1980, consolidam-se as mudanças mais substanciais na estrutura espacial do local, de bairro criado para ser residencial, gradativamente, foi transformando em espaço voltado para intensa articulação do mercado.

Com implantação do parque em 2004 e com a intervenção realizada em 2006, o perfil da paisagem urbana como, também, o demográfico do entorno alteraram-se substancialmente. A valorização imobiliária presentifica-se na construção de grande torres de edifícios construídos por construtoras nas imediações do Parque Flamboyant.

A região onde localizam o Estádio Serra Dourada, o *Shopping Flamboyant*, o *Carrefour*, o *Wal Mart*, o Paço Municipal, o Colégio Hugo de Carvalho Ramos, a sede administrativa da Saneago, o Ministério Público Estadual, a Universidade Católica de Goiás, e outros equipamentos e empreendimentos de destaque, são

considerados região pólo do bairro, enquanto a região norte caracteriza-se como preferencialmente residencial. Essa apropriação desigual do solo urbano permite dizer que o Jardim Goiás hoje constitui um espaço de uso diversificado.



Figura 19 - Fonte: Equipamentos e Empreendimentos de destaque. Fonte: SEPLAM/2009

LEGENDA

1. Estádio Serra Dourada
2. Shopping Flamboyant
3. Carrefour
4. Wal Mart
5. Paço Municipal
6. Colégio Hugo de Carvalho Ramos
7. Saneago
8. Ministério Público Estadual
9. Universidade Católica de Goiás

A intensa verticalização de prédios de alto padrão no entorno do parque se contrapõe às antigas invasões, localizadas ao longo do bairro e principalmente acima do parque. Atualmente a população de “posseiros” que vive em condições instáveis reivindicam a legalização de seus imóveis - a maioria dos lotes são de formato irregular apresentando gabarito diferente e apresentam construções consolidadas.

Vale salientar que esses espaços de “invasão” já estão integrados na malha urbana do bairro e são dotados de infra-estrutura completa, porém, ainda configuram uma área de segregação social. A convivência entre a “pobreza e a riqueza” fica evidente na ocupação do bairro como um todo, principalmente na região

caracterizada como “Vila Lobo” as margens do Ribeirão Botafogo, cujos moradores reivindicam a alteração da caracterização da área para Jardim Goiás.

Observa-se também que o bairro possui uma reserva significativa de lotes⁴⁴ vagos, totalizando 543 lotes, remanescentes do loteamento original, os quais são transformados em reserva de valor especulativo futuro.



Figura 20 - Lotes vagos. Fonte: SEPLAM/2009

A partir das dicotomias observadas, chama-se atenção para a verticalização do bairro, cujos edifícios destinam-se a atender à classe média-alta, principalmente no entorno do parque e nas proximidades das principais avenidas do bairro (Av. Deputado Jamel Cecílio e Av. E). Esta situação acentua-se quando se dirige para Região Sudoeste da cidade, cujo padrão social intensifica-se, porém as características verticais de habitação são alteradas por unidades residenciais em condomínios fechados.

⁴⁴ Os dados levantados foram fornecidos pela SEPLAM e Amma, além das observações descritas no novo Plano Diretor. Uma ajuda substancial nesse estágio foi a utilização do SIG-GO⁴⁴, o qual proporcionou visualizar o território como um todo e todas as suas várias maneiras de utilização na coleta de dados.

2.1.2. Histórico do Parque Flamboyant

O Parque Municipal Flamboyant localiza-se no Bairro Jardim Goiás, entre as Ruas 46, 15, 12, 55, 56, 73, 58 A e Avenida H, na cidade de Goiânia em área pertencente à antiga Fazenda Botafogo. Esta Unidade de Conservação foi criada na aprovação do parcelamento⁴⁵, mais tarde foi ratificada pelo remanejamento do Setor Jardim Goiás como “Parque F”⁴⁶, mais conhecida como área do Automóvel Clube de Goiás⁴⁷.

O antigo Automóvel Clube, localizado entre o Estádio Serra Dourada e o Flamboyant Shopping Center na saída sul de Goiânia, foi fundado em 10 de Junho de 1962 por intelectuais e políticos goianos. O clube ocupava uma área de 87.332,00 m² e sofreu, ao longo do tempo, com as ações de vândalos e especuladores imobiliários, devido sua localização estar numa região de expansão comercial. Entre 35% a 40% de sua área verde foi destruída e suas nascentes poluídas. Com todos esses problemas, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Goiânia solicitou o tombamento da área.

No dia 24 de Janeiro, o Prefeito Nion Albernaz assinou o decreto de N^o. 296, aprovando o tombamento desta área. Efetivado o tombamento, a Diretoria do Clube procurou a Prefeitura e a Câmara Municipal com o objetivo de solicitar apoio para a realização do reflorestamento, transformando-a em um Parque Ecológico.

No dia 19 de março de 2004, foi formalizada entre os requerentes doadores e o Município de Goiânia a doação de área de 87.332,00 m², situada no Setor Jardim Goiás, que agrega outras áreas nas imediações, dando origem ao “Parque Flamboyant”.

Quando da aprovação do projeto original do Bairro Jardim Goiás⁴⁸ foram destinadas duas áreas públicas localizadas ao longo do curso d’água identificadas como Córrego Sumidouro com área de 57.639,77m² e 64.458,81m². Com o

⁴⁵ Decreto N^o. 018 de 22 de setembro de 1950.

⁴⁶ Decreto N^o. 655, de 15 de outubro de 1981.

⁴⁷ Tombado por meio do Decreto N^o. 158, de 24 de janeiro de 2000.

⁴⁸ Decreto N.º08, de 22 de setembro de 1950.

remanejamento do Jardim Goiás essas duas áreas juntaram-se formando uma única, destinada ao Parque Flamboyant com área total de 141.872,08 m².

Na proposta de implantação do Parque e na construção de edifícios na quadra 31 veio à tona a nascente do Córrego Sumidouro que extrapolava a área destinada ao parque, motivo pelo qual foi redimensionada por meio de incentivo legal.

O instrumento que implementou tal incentivo foi a transferência do direito de construir especificado no Plano Diretor de 1992, definido nos termos da Lei Complementar 031, por meio dos artigos 30, 31, 32 e 33. Segundo especificações dessa Lei, o Poder Executivo autoriza o proprietário do imóvel, considerado de interesse histórico, cultural ou ambiental, a exercer em outro local ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir igual a 1,0 x (uma vez) a área do respectivo terreno.

Segundo os estudos de Guimarães (2008, p.75)

Os proprietários que “doarem” ao poder público seu imóvel ou parte dele, para os fins de implantação de equipamentos urbanos, comunitários e para a execução de programas habitacionais, terão os mesmos benefícios concedidos aos proprietários de imóveis de interesse histórico e cultural. Neste caso, o município negocia o índice de aproveitamento em troca de áreas de interesse público, áreas ou edificações que possuem interesse ambiental, interesses para a melhoria do sistema viário, dentre outros.

Um exemplo deste instrumento é a área envoltória do Parque Flamboyant. Para a concretização desse empreendimento foi realizada a negociação entre a Prefeitura de Goiânia e o Sr. Lourival Louza Júnior. O empreendedor doou à Prefeitura uma área de 87.332,00 m², além de outras quadras que se faziam necessárias para sua reestruturação, para melhor adequação do sistema viário e para a preservação das nascentes existentes.

Toda a negociação foi concretizada por meio do Termo de Compromisso junto ao Ministério Público, que definiu as regras quanto à mudança dos parâmetros urbanísticos no entorno do parque. Segundo os estudos de Guimarães (2008, p.76) a maioria dos imóveis é de propriedade do Sr. Lourival Louza Júnior e em decorrência ao acontecido

o direito de construir das áreas doadas foi transferido para as quadras lindeiras pertencentes ao futuro traçado do Parque Flamboyant. Essa ação desencadeou uma corrida imobiliária nunca antes presenciada pelo mercado imobiliário na cidade de Goiânia, provocando o surgimento de vários empreendimentos de habitações coletivas, viabilizadas pela transferência do direito de construir por meio da parceria pública e privada. (GUIMARÃES, 2008, p.76).

Diante do exposto, salienta-se que todas as justificativas legais para as negociações realizadas com o fim de viabilizar o Parque Flamboyant estão previstas na Lei de Zoneamento.

Após o apresentado, as imagens aéreas abaixo demonstram as transformações ocorridas no bairro como, também, no entorno do Parque Flamboyant. As imagens estão representadas em períodos distintos entre 1968 até 2009.



Figura 21 - Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1968. Fonte: Arquivo SEPLAM.
— Área do Parque Flamboyant.

Na imagem observa-se a consolidação viária do bairro, porém a ocupação ainda encontra-se desabitada. Nota-se que o bairro vizinho, o Setor Pedro Ludovico, a esquerda da imagem, já está consolidado e adensado.



Figura 22 - Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1975. Fonte: Arquivo SEPLAM.
_____ Área do Parque Flamboyant.

Nota-se edificações dispersas no bairro, assim como na área do parque. A grande modificação é relativa à construção do Estádio Serra Dourada, a direita da imagem.

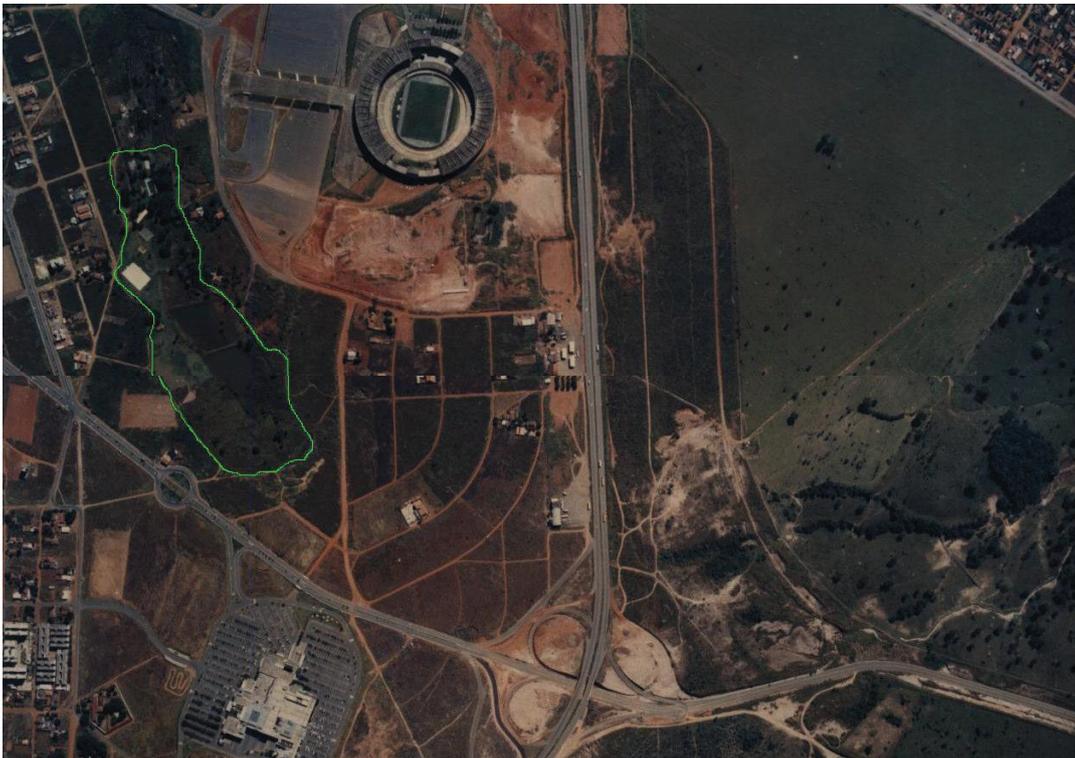


Figura 23 - Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1986. Fonte: Arquivo SEPLAM.
_____ Área do Parque Flamboyant.

Na imagem de 1986, observa-se a implantação de algumas construções nas proximidades do parque e na área demarcada foram construídos alguns equipamentos pertencentes ao Automóvel Clube de Goiás. Observa-se abaixo da área do parque a construção do Shopping Center Flamboyant.

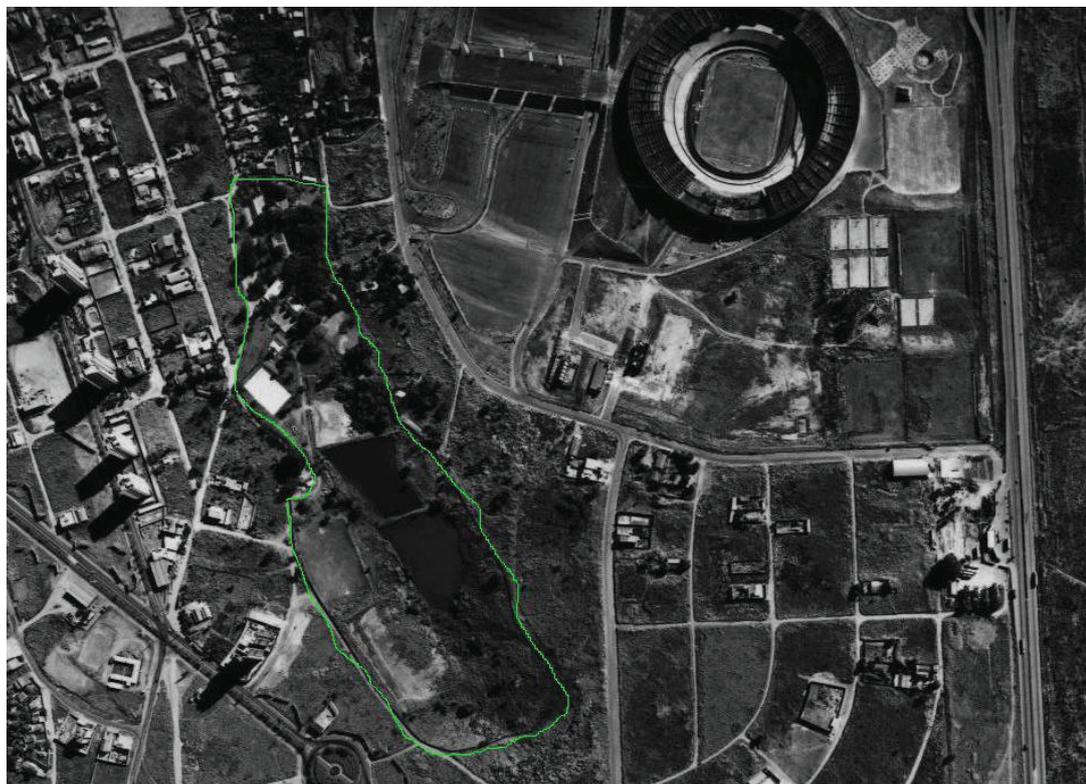


Figura 24 - Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1991. Fonte: Arquivo SEPLAM.
Área do Parque Flamboyant.

Verifica-se duas modificações importante na imagem de 1991, a construção de edifícios nas proximidades do parque e a invasão da Área de Preservação Permanente – APP, caracterizada como Vila Lobó, acima da área demarcada.



Figura 25 - Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 1996. Fonte: Arquivo SEPLAM.
— Área do Parque Flamboyant.

Nas imagens de 1996 e 2002, observa-se o adensamento natural do bairro, porém o entorno imediato do parque continua sem alterações relevantes.



Figura 26 - Imagem Aérea do Parque Flamboyant – 2002. Fonte: Arquivo SEPLAM.
— Área do Parque Flamboyant.



Figura 27 - Montagem aérea do Parque Flamboyant a uma distancia de 400 m de altura. Fonte: SEPLAM - 2009

2.1.3. O Projeto Paisagístico

Segundo os levantamentos dos técnicos⁴⁹ da Amma a vegetação do Parque Flamboyant, antes de ser antropizada, era formada por buritizais e veredas, vegetações comuns ao longo dos fundos de vales, ocorrendo somente onde o solo é permanentemente brejoso.

De acordo com o Mapa Geoambiental do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Aglomerado Urbano de Goiânia elaborado pelo IBGE em parceria com a Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás, a área de estudo faz parte do domínio das Seqüências Metassedimentares da Faixa de Dobramentos Uruaçuanos, região do Planalto Rebaixado de Goiânia, geossistema do Planalto de Goiânia – Nova Fátima (pluviosidade média 1450 -1550 mm a.a.) e subsistema do Complexo de Rampas do Anicuns - Botafogo.

A área de 125.572,71 m² e 1937,53 metros de perímetro até 2006 continha antigas e frágeis edificações sem valor arquitetônico provenientes do Automóvel Clube, tais como: duas quadras de futebol, uma piscina de adulto, uma piscina infantil, alguns mobiliários e equipamentos que foram retirados e em seu local foram distribuídos algumas espécies arbóreas com floração em composição com a vegetação existente para realçar a paisagem natural.

Atualmente, o Parque abriga a nascente do Córrego Sumidouro que é afluente da margem direita do Córrego Botafogo, tributário da margem direita do Córrego Anicuns, que deságua na margem direita do Rio Meia Ponte. A unidade possui diversas nascentes represadas em dois lagos, áreas de brejo e espécies vegetais nativas do cerrado: Buritis, Aroeiras, Angicos, Jatobás, Sangras d'água, São Gonçalo, Ingá e outros.

Todos os componentes da paisagem natural do Parque, sua morfologia, árvores, vegetação, brejo, lagos, mata ciliar, a nascente do Córrego Sumidouro receberam uma recomposição florística densa com espécies adequadas ao tipo de solo, levando-se em consideração a situação e as potencialidades da vegetação existente. Toda vegetação nativa, a vereda de Buritis e a mata ciliar foram

⁴⁹ Para a elaboração desse assunto, os dados foram obtidos pelos especialistas da Amma que tiveram diretamente envolvidos na elaboração do projeto paisagístico do parque.

preservadas. As áreas livres adjacentes aos espaços edificados foram contempladas com um projeto de recomposição florística esparsa.

As estruturas existentes no Parque Flamboyant estão assim distribuídas:

- Pista de caminhada (1.992,20 m)
- Pista de bicicleta (1.856,70 m)
- Caminhos internos (1.129,24m)
- 2 pórticos de acesso
- 4 pontes de madeira
- 5 estações de convivência (639,30m²)
- 2 estares contemplativos com pergolados e mirante (705,60m²)
- Sede Administrativa/Núcleo Ambiental (202,82m²)
- 1 belvedere (44,70m²)
- 2 lagos (653,53m²)
- 1 fonte luminosa
- Parque infantil (765,44m²)
- Espaço multifuncional
- Mobiliários urbanos (bancos, bebedouros, telefones públicos, coletores de lixo e estacionamento para bicicleta, parapeito de proteção)
- Estacionamento para carros (815,50m²)
- Estacionamento para ônibus (143,06m²)
- Jardim Japonês (6.400 m²)
- Painel do artista plástico Elifas compondo o muro de divisa da área
- Recomposição florística e paisagística
- Iluminação externa (pista de caminhada e bicicleta) e interna (área do parque)
- Escultura da artista plástica Maria Guilhermina

Ao analisar o projeto paisagístico do Parque (ver apêndice), podem-se identificar características em relação ao que Macedo e Sakata observaram nos parques contemporâneos:

o retorno a muitos dos antigos valores, principalmente estético, do Eclétismo, que irão fundir-se às novas formas de uso. Tudo pode ser experimentado, tudo é possível. A linha contemporânea de projeto paisagismo caracteriza-se, assim por uma postura experimental, de busca, não chegando a apresentar padrões rígidos como suas antecessoras (MACEDO, SAKATA, 2002, p.68)

Complementando essa visão, resalta-se o “retorno a alguns valores de ecletismo, com a valorização dos espaços de contemplação e uso de elementos decorativos, como pérgulas, mirantes, pontes, e pórticos” (MACEDO, SAKATA, 2002, p.68). Acrescentam-se as essas características os espaços destinados aos esportes:

[...] o culto ao corpo ganha importância e, com ele, a disponibilidade e a diversificação de equipamentos esportivos.[...]o uso da vegetação segue a ideologia de preservação dos ecossistemas ou acompanha a tematização do espaço, compondo cenários variados.[...] a água permanece como um importante elemento construtivo do espaço, na forma de lagos já existente, nascentes, espelhos d'água, fontes, jorros e bicas. (MACEDO, SAKATA, 2002, p.70)

A partir da descrição, as características destacadas estão presentes ao longo de todo o espaço físico do Parque Flamboyant somam-se a elas o desenho de canteiros florísticos aliados ao uso da vegetação nativa.

Apesar de toda a composição paisagística do Parque, no Zoneamento Ecológico Econômico - Mapa Geoambiental, evidencia-se que o Parque Flamboyant juntamente com a cabeceira do Córrego Sumidouro é apontado como uma área de “alerta” e “conflito” em função da dualidade entre a preservação ambiental, a ocupação e a expansão urbana. Os problemas identificados ou esperados são referentes a ocupação de planície fluvial inundável, margens sujeitas a deslizamento e/ou desmoronamento de solo; degradação e destruição da vegetação ribeirinha; poluição com lixo e entulho; desenvolvimento de voçorocas pela falta de sistema adequado de drenagem de águas pluviais; contaminação de lençol freático pela falta de sistema adequado de esgotamento sanitário; e, suscetibilidade à ocorrência de inversões térmicas com poluição atmosférica.

O alerta descrito pelos técnicos que elaboraram tal documento demonstra que para além das características paisagísticas do Parque Flamboyant, a área requer várias interferências para a sua efetiva e correta utilização. Esses dados informam uma realidade ainda próxima da encontrada, visto que as modificações das condições no entorno do Parque ainda não estão consolidadas, ou seja, a maior parte consta de edifícios residenciais ainda em fase de conclusão.

O cenário que hoje se desenha para o futuro do Parque Flamboyant não é diferente das situações impostas às outras Unidades de Conservação da cidade,

como o Lago das Rosas – Horto Florestal e Parque Sullivan Silvestre (Vaca Brava) e outros. Os problemas decorrentes desses parques continuam a perpetuar e a configurar o novo espaço do Parque Flamboyant.

2.1.4. O Parque visto por seus moradores

Essa etapa é referente à abordagem direta aos participantes da vizinhança do Parque Flamboyant, tornando-se necessário esclarecer as técnicas e procedimentos usados na realização dessa pesquisa. Neste sentido, propõem-se a conjugação dos resultados do estudo de caso com a pesquisa dos participantes. No primeiro, o estudo é de cunho descritivo, o pesquisador procurou não intervir na situação, mas buscou conhecê-la tal como ela se apresenta. Para isso, “a pesquisa apóia-se numa descrição bruta, isto é factual, literal, sistemática e, tanto quanto possível o mais próximo da realidade apresentada”, como recomenda Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 39-40).

O trabalho de observação foi registrado em diferentes dias e horários da semana, compreendendo a aplicação de questionário e registro de fotos. O questionário apresentou quinze perguntas fechadas, sendo aplicado um total de vinte questionários por estudo de caso.

A apresentação dos resultados obtidos segue a ordem das perguntas que o compõem e foram sistematizadas em gráficos (ver apêndice). A leitura e/ou descrição dos resultados foram configurados em porcentagem para uma melhor compreensão dos índices alcançados.

Salienta-se que os dados recolhidos foram obtidos dos questionários (ver apêndice) aplicados diretamente às pessoas que estavam no parque. A observação foi registrada em diferentes dias e horários da semana com a finalidade de selecionar grupos diferentes, isto é, grupos de jovens, adultos, aposentados, trabalhadores, enfim, faixa etária diversificada com disponibilidade de tempo/horários diferentes. Assim as respostas apresentadas foram expostas da maneira como os moradores a vivenciam, compreendem e percebem o parque.

As comparações realizadas entre as respostas são para observar o grau de coerência em relação à realidade pesquisada e as considerações expostas por alguns entrevistados ratificam os fatos.

A primeira pergunta subdivide-se em duas partes, nota-se que 50% dos moradores residem no Bairro ou no entorno. Com relação à segunda parte da pergunta, relativa ao tempo de moradia dos entrevistados, existe um equilíbrio entre os moradores que residem no Bairro e/ou entorno por um período compreendido entre 0 a 5 anos (40%) e acima de 10 anos (45%). É possível supor que as respostas referentes ao primeiro período sejam dadas pelos moradores do entorno do parque, devido ao fato de que seus edifícios são de construções recentes. A segunda opção apresentada, referente à resposta acerca do tempo de moradia acima de 10 anos, abrange os moradores do Bairro que vivem nas imediações do parque e não em seu perímetro imediato, o que se justifica por motivo oposto ao destacado acima, ou seja, as residências apresentam soluções arquitetônicas mais antigas.

No que tange a terceira resposta, de 6 a 10 anos, estima-se que os 15% dos entrevistados estejam na categoria entre os moradores relacionados tanto como antigos ou como novos residentes das proximidades do parque.

A segunda pergunta refere-se à renda familiar e, diante do perfil da população do bairro, principalmente a do entorno do parque, constata-se que o padrão social dos moradores é alto, fato confirmado nas respostas obtidas do questionário cuja maioria respondeu que a renda familiar é superior a 6 salários mínimos (55%).

Este perfil social é constatado através dos novos empreendimentos imobiliários instalados no entorno ou na proximidade do parque, cujo padrão arquitetônico requer de seus habitantes um poder aquisitivo mais alto.



Figura 28 – Panorâmica do Entorno do Parque Flamboyant / Fotos realizadas pela autora – 2009.



Figura 29 – Panorâmica do Entorno do Parque Flamboyant / Fotos realizadas pela autora – 2009.

Com relação aos 35% referentes à renda compreendida entre 4 a 6 salários mínimos, esses correspondem aos moradores do Bairro cuja categoria social define-se como classe média. Pela estimativa, os moradores que estão incluídos nesta faixa salarial residem no Bairro por um período mais longo e suas moradias estão ou não nas proximidades do parque.

Com referência aos 10% da população relacionados à renda entre 1 a 3 salários mínimos, este índice refere-se à população de poder aquisitivo mais baixo do Bairro, possivelmente os moradores residentes na Vila Lobó.



Legenda / Estimativa de renda familiar

- Renda familiar acima de 6 salários mínimos
- Renda familiar entre 4 a 6 salários mínimos
- Renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos
- Limite do Bairro

Figura 30 - Jardim Goiás / Mapa macha de renda familiar – 2009.

As respostas obtidas para terceira pergunta, relacionadas às anteriores, confirmam a situação vivenciada pelos entrevistados, como também, as características arquitetônicas visualizadas no entorno do parque. Assim a terceira pergunta revela que 60% dos moradores entrevistados residem em edifícios.

Diante da comparação das respostas, pode-se afirmar que os moradores especificados com tempo de residência entre 0 a 5 anos possuem uma renda familiar acima de 6 salários mínimos e são os residentes dos prédios. Esta relação se deve ao fato que esses são construções mais requintadas e, conseqüentemente, os condomínios destinam-se a renda familiar maior.

Os 25% da amostra especificados como residentes em casas complementam o raciocínio acima citado, pode-se afirmar que esses moradores estão relacionados na faixa de tempo de residência de acima de 10 anos e a renda familiar corresponde ao intervalo compreendido entre 4 a 6 salários mínimos.

Os 15% relacionados no gráfico são referentes aos moradores cujos imóveis dividem as funções comerciais com as residenciais. Estima-se que esse grupo é relativo aos moradores que localizam nas principais ruas do Bairro, cuja localidade apresenta essa configuração arquitetônica. Esta situação pode ser confirmada pela inexistência de imóveis com perfil comercial e residencial no perímetro imediato do

parque. Esta característica se estende pelo Bairro, principalmente na região próximo ao Setor Universitário e nas proximidades da Vila Lobó.

Com relação à propriedade dos imóveis dos entrevistados, a grande maioria (60%) reside em edificações próprias. Este fato relaciona-se aos altos índices (55%) obtidos das respostas relativas à renda familiar, que indicam como renda predominante da população do Bairro os valores compreendidos entre 4 a 6 salários mínimos.

Chama atenção a segunda resposta mais escolhida, o item caracterizado como “outras” superou o item “alugada”. Este item relaciona-se à finalidade de especificar outros arranjos relativos às formas de morar e são referentes aos moradores que habitam em imóveis cedidos por seus familiares e/ou parentes.

Essa particularidade de ceder moradias aos familiares é observada principalmente na região norte do Bairro, caracterizada como predominantemente residencial, cujos lotes apresentam mais de uma unidade habitacional.

Com relação aos 15% da resposta “alugada”, a argumentação superior é semelhante, alterando somente o aspecto de que não cede o imóvel, mas o aluga. Está característica é observada ao longo de todo o Bairro e o fato foi comprovado nos levantamentos feitos, quando foram observadas algumas placas indicativas à locação imobiliária.

Nas visitas realizadas ao parque, feitas em dias e horários diferentes, notou-se que os usuários que freqüentam o lugar o utilizam principalmente para o lazer, índice comprovado pelos entrevistados e que totaliza 65%. Esta confirmação é observada principalmente nos horários matutinos, onde as crianças, moradoras do entorno, freqüentam o local para banho de sol.

A utilização do espaço para a prática de esporte, representada pelo percentual de 25% das respostas, revela que este é basicamente destinado à prática de *cooper* no final da tarde, ficando as áreas destinadas aos equipamentos de ginásticas vazias. Este fato pode ser explicado pela qualidade de vida intelectual, social e econômica dos moradores vizinhos ao parque que possuem condições financeiras para freqüentar boas academias, ficando esses espaços quase sempre subutilizados.

Com relação à utilização do espaço para o comércio, cujo índice é de 10% das respostas, notou-se que esta atividade é utilizada pelos donos dos quiosques

espalhados pelo parque, cujos estabelecimentos ficam abertos todos os dias da semana em horário comercial. Esporadicamente, nos finais de semana, destacam-se os ambulantes que revendem picolés, pipocas, balões e outros.

Com relação ao item “outros fins”, o índice foi nulo, fato que confirma o uso característico do parque como lazer.

Com relação aos horários mais freqüentados pelos usuários destacam-se os períodos compreendidos entre 15 as 18 h com 55% das respostas, e os das 19 às 22 h com 30%. A situação explica-se pelo término do horário de trabalho e pelo uso do parque para a prática da caminhada no final da tarde estendida até o período noturno.

Embora a prática de esporte não seja destacada, pelos motivos já expostos, a caminhada é uma utilização freqüente realizada pelos usuários adultos ficando os passeios destinados a tal prática e dependendo do horário, há uma espécie de congestionamento dos mesmos.

Os horários matutinos, correspondentes ao período entre as 6 as 10 h, representado por um índice de 15% das respostas, esclarecem a freqüência do parque pelas crianças e suas respectivas mães ou babás. Nesta faixa de horários, o *playground* e o espaço especificado no projeto paisagístico como estar contemplativo com pergolados, ficam repletos de crianças e seus acompanhantes.



Figura 31 – Panorâmica do Parque Flamboyant / Fotos realizadas pela autora – 2009.

A assiduidade no uso do espaço físico do parque demonstra que os usuários que o freqüentam de 2 a 3 vezes por semana, representam um percentual de 50%. Com relação aos 35% respondidos pelos usuários que freqüentam o parque todos os dias, esses são moradores, especificamente as crianças e seus acompanhantes.

Estima-se que os 15% dos freqüentadores do parque que o utilizam apenas nos finais de semana, em horários vespertinos como atividade de lazer, são visitantes ou não residentes do Bairro.

Vale a pena salientar que, nos finais de semana, o número de pessoas aumenta consideravelmente, segundo relato de alguns entrevistados, neste dias o parque fica utilizado basicamente por visitantes. Este fato é comprovado nas observações realizadas no local, oportunidade em que se verificou que o número de pessoas é bem superior do que em dias normais, e acrescenta-se ao fato que parte delas traz lanches para proporcionar verdadeiros piqueniques.



Figura 32 - Panorâmica do Parque Flamboyant / Foto realizada pela autora – 2009.

É notório aos entrevistados que após a criação do parque, este influenciou diretamente no crescimento populacional do Bairro. O que ficou demonstrado pelos registros fotográficos tirados em períodos distintos e que assinalam o aumento significativo na construção de altas torres, principalmente no seu entorno. As construções realizadas no entorno do parque demonstram padrões arquitetônicos especiais, sendo preferencialmente habitações coletivas que requerem dos seus condôminos condições econômicas favoráveis.



Figura 33 - Panorâmica do entorno do Parque Flamboyant / Foto realizada pela autora – 2009.

A pergunta número 9 destina-se a observar a percepção das influências do parque no Bairro. Assim, 55% dos entrevistados responderam que o parque beneficiou a melhoria nas condições ambientais, climática e na qualidade de vida dos moradores, como também, de seus usuários. Perguntado de que forma isto aconteceu, alguns entrevistados responderam:

[...] a ventilação é muito boa nos apartamentos.
[...] o clima é mais arejado, existe sempre uma “brisinha” correndo.
[...] as pessoas se relacionam melhor chegam até marcar horário para encontrar no parque.
[...] o parque é uma extensão do nosso lar.

Diante de alto percentual e dos comentários expostos, estima-se que as pessoas entrevistadas moram no entorno do parque, pois a influência relativa ao item, “melhoria ambientais / climática / qualidade de vida”, abrangeria uma área mais restrita do Bairro, ou seja, abrangeria as áreas próximas ao parque.

Os 45% dos entrevistados responderam que o parque beneficiou a valorização de seus imóveis. Alguns entrevistados arriscaram a fazer relações de imóveis com a área igual ou semelhante em metro quadrado dentro do próprio Bairro ou em bairros diferentes e concluíram que o valor imobiliário daquela região era mais alto.

[...] eu sei que paguei mais caro, mas quando eu for vender terei mais retorno.
[...] quando eu fui comprar o apartamento eu procurei em vários setores, mas eu achei melhor comprar aqui perto do parque pela valorização que posso ter no futuro.

Após o exposto, observa-se que as pessoas no ato da compra dão preferência às condições de conforto e bem estar, mas conciliam este sentimento com a valorização que o imóvel proporcionará no futuro.

É interessante ressaltar com relação à pergunta de número 10, relativa aos prejuízos possivelmente causados pela construção do parque, que no censo da entrevista, foi necessário acrescentar mais uma opção de resposta. Assim, a alternativa escolhida da grande maioria, 70% dos entrevistados, foi que o parque não trouxe nenhum tipo de malefício.

Não menos insignificante é o fato de que 30% dos entrevistados sentiram-se inseguros com a existência de um parque tão grande e movimentado nas proximidades de suas residências. Vale salientar algumas respostas:

[...] não sabemos quem são essas pessoas, de onde vieram e se estão aqui somente para passear.

[...] se hoje o parque apresenta certa segurança, daqui alguns anos não sabemos como vai estar.

[...] o parque pode ser seguro de dia, mas a noite é muito inseguro chegar em casa.

Com relação à resposta “doença” e “marginalização, droga e vandalismo”, os índices demonstram que os entrevistados não apresentaram preocupação ou comentário a respeito, haja vista que as percentagens são de 0%.

Nas vistorias realizadas no parque foi observado que o policiamento é constante. Este fato é confirmado por 90% dos entrevistados. Salienta-se que a inspeção não tem dias ou horários determinados e nem pontos estratégicos para a sua permanência, mas segundo informações dos entrevistados, existe sempre uma viatura rondando o parque.

Observou-se que nos finais de semana, o policiamento é intensificado e o tempo de ronda é realizado por um período maior. Esta estimativa é confirmada por 10% dos entrevistados.

Foi observado que nos finais de semana as principais reclamações são relativas aos grupos de jovens que perturbam a ordem local. Em uma conversa informal realizada com um policial⁵⁰, o índice de ocorrência relativa à desordem é de ordem apenas apelativa, ou seja, existe somente um conversa mais rígida com o infrator.

A questão relacionada à configuração paisagística do parque demonstra que a grande maioria, 90% dos entrevistados, acha que o projeto paisagístico é de ótima qualidade, apresentando boa estrutura física para os seus usuários.

Diante das argumentações expostas pelos entrevistados, o parque apresenta boa disponibilidade de equipamento como brinquedos, bancos, quiosques e, com relação às áreas verdes, as mesmas são espaçosas, limpas e

⁵⁰ Comentário fornecido pelo Tenente Rodrigues no Parque Flamboyant, em julho de 2009.

assombreadas, proporcionando bons momentos de lazer às crianças e, aos adultos, oportunidades de contemplação e relaxamento.



Figura 34 - Panorâmica do Parque Flamboyant / Foto realizada pela autora – 2009.

Observou-se nas visitas realizadas ao parque que existem equipes de limpeza e manutenção. Diante dos fatos, conclui-se que há uma preocupação relativa à degradação e limpeza de toda a área do parque, ficando esta sob responsabilidade dos servidores especializados em Parque e Jardins da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG.

Com relação às degradações ambientais mais severas, existe segundo informações de funcionários da Agência Municipal de Meio Ambiente - Amma, um Plano de Manejo para o Parque Flamboyant, onde técnicos especializados fazem periodicamente o monitoramento da área.

Feitos estes esclarecimentos, a pergunta de número 13 destina-se a verificar como os usuários do parque avaliam sua manutenção. A degradação mencionada na pergunta corresponde aquela diagnosticada pelos técnicos da Amma com degradação visual ou vandalismo, ou seja, não alteram o bioma do parque somente a parte paisagística é afetada como canteiros e equipamentos.

Assim, 60% dos entrevistados responderam que a degradação do parque acontece em períodos não determinados, ou seja, independente dos horários e dias da semana, existe sempre algum tipo de degradação, mas o fato intensifica-se nos finais de semana, quando o número de visitantes aumenta consideravelmente.

Neste período, há um índice maior na invasão dos canteiros e na depredação dos equipamentos públicos.

As pequenas degradações ou maus hábitos estão também presentes nos dias normais da semana, os usuários são aqueles que freqüentam periodicamente o parque e o tipo mais comum de degradação são relativos ao lixo diário (papéis de balinhas e picolés, sacos de pipocas etc) que atirados no chão.

Segundo os agentes de limpeza e manutenção, durante os dias normais da semana, há pouca degradação nos equipamentos, pois as equipes estão presentes para fazer a limpeza e manutenção dos mesmos.

Com relação à percentual aos 5%, cuja resposta acerca da afirmação da degradação como sendo freqüente, subentende-se que para os entrevistados, independente dos dias da semana e a quantidade de pessoas, existe sempre algum tipo de degradação, seja ela ambiental de qualquer gênero ou apenas o vandalismo dos equipamentos.



Figura 35 - Panorâmica do Parque Flamboyant / Foto realizada pela autora – 2009.

Quanto à questão da valorização ou desvalorização dos imóveis depois da construção do parque, 100% dos entrevistados responderam que o parque influenciou na valorização de seus imóveis. Este acontecimento é confirmado em algumas conversas feitas no ato das entrevistas:

[...] atualmente morar em frente a um parque, tão bonito quanto este, é evidente que qualquer pessoa quer, então paga-se o preço para ter uma qualidade, uma vista bonita, um ar que circula pelos apartamentos, enfim muitas qualidades que influenciam diretamente no preço do imóvel, seja para comprar ou para vender⁵¹.

[...] quando eu fui comprar o apartamento é lógico que eu paguei indiretamente pela localização e pela vista⁵².

⁵¹ Informação cedida por um corretor de imóvel, localizado no *stand* de um edifício nas proximidades do parque, em julho de 2009.

⁵² Esclarecimento do Sr. João Leal, comprador de um imóvel em frente ao parque, em julho de 2009.

Segundo entrevista à Secretaria Municipal de Finanças, nenhum equipamento urbano, no caso específico o parque, é criado para valorizar uma área ou algum imóvel, mas na realidade, segundo os corretores de imóveis, este fato é um condicionante favorável para elevar o padrão econômico e social tanto do imóvel quanto do proprietário.

Este processo de valorização imobiliária, que pode ser facilmente observado nos bairros mais dinâmicos da cidade, especialmente no caso do Jardim Goiás, teve repercussão fundamental na instituição da área como área de intensa especulação da terra urbana. A despeito de todo esse processo especulativo, que consolidou o Bairro como espaço de elevado poder econômico e social outras forças corroboraram para o seu desenvolvimento tais como a presença de grandes equipamentos de abastecimento. Entretanto, a perspicácia e visão empreendedora dos proprietários do Jardim Goiás transformaram o Parque Flamboyant em um referencial apelativo para a valorização dos empreendimentos ali localizados. Para sustentar tal afirmação basta olhar para o aumento considerável do número de prédios construídos no entorno do parque.

A última questão relaciona-se ao valor do IPTU dos terrenos do Bairro. Foi formulada para confirmar a percepção dos moradores quanto à valorização de seus imóveis. Com relação aos 70% dos entrevistados que responderam que, depois da conclusão do parque, o IPTU de seus imóveis apresentou um aumento significativo e o percentual obtido confirma a hipótese levantada na pergunta. Outros fatos e/ou benfeitorias realizados no Bairro não foram consideradas, ficando o parque como único motivo plausível para explicar o aumento no valor do imposto.

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento desse capítulo é demonstrar através das respostas do questionário como os moradores vivenciam, compreendem e percebem o parque não apresentando nenhum tipo de argumentação pessoal e/ou profissional a respeito das respostas.

As conclusões acerca da descrição possível para aplicação dos questionários serão tecidas mais adiante.

2.2. O PARQUE TAQUARAL

2.2.1. Histórico Do Bairro

O Bairro Residencial Goiânia Viva originou-se como resposta ao crescimento de Goiânia nas décadas de 1970 e 1980, ocasionado por um surpreendente êxodo rural, conseqüente da paulatina mecanização do campo.

Muitas áreas de risco e ocupações de fundo de vale foram às soluções encontradas por um contingente de pessoas que migraram para a capital em busca de melhores condições de vida e trabalho. Nesta época, não havia construção de habitações populares em Goiânia.

Na tentativa de minimizar a situação de moradias precárias e insalubres, o Governo Municipal encaminhou ao Ministério do Bem-Estar Social – (MBES) o Projeto de Produção de Moradia⁵³ no loteamento Parque Sibéria com capacidade para a construção de 2.500 unidades habitacionais direcionadas ao assentamento das famílias que se encontravam em área de risco, sem teto, bem como as famílias em situação emergenciais e as selecionadas pelos movimentos organizados.

Segundo o levantamento dos técnicos da Prefeitura, nesta época, Goiânia contava com 110 áreas de posse e, dentre essas, 15 áreas de risco. Entre as áreas de posse, foram priorizadas as que apresentavam maior índice de desabamentos e de pobreza e eram representadas pelas áreas do Morro do Aranha, a da Transbrasiliana, da Vila Coronel Cosme, da Vila Paraíso, do D. Fernando III e da Vila Xavier.

Segundo a carta consulta enviada ao MBES, o número de pessoa beneficiadas somava 12.250, compreendendo 2.500 famílias. O custo total do projeto foi de CR\$ 876.435.290,00.

A aprovação da área ficou oficialmente declarada pelo Decreto nº 1.583, de 29 de julho de 1993, art. 1º que descrevia:

⁵³ Todos os projetos foram desenvolvidos com a participação da comunidade e sob a orientação da comissão de formação, conselho Municipal de Habitação, obedecendo às normas e especificações pertinentes a cada assunto, bem como as existências das concessionárias locais de serviços públicos.

Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras denominadas “Parque Residencial Sibéria”, destinada à implantação de projetos de interesse social, localizada na região sudoeste, nesta Capital, medindo 826.372,00 m².

Segundo a Procuradoria Geral do Município – Núcleo de Desapropriação, Aprovação e Alienação, o termo de acordo de Desapropriação foi lavrado a efeito pela Prefeitura Municipal de Goiânia de acordo com os termos do decreto acima citado, neste o imóvel de propriedade de Lourival Louza foi atingido pelo ato de desapropriação nos termos concordados com os valores de indenização CR\$ 34.186.740.000,00.

O número de habitação prevista no projeto era de 2.392 unidades distribuídas em 1.410 lotes residenciais, com usos para habitação singular e habitação geminada, resultando em uma densidade de 118 hab/ha. Foram projetadas 4 tipos de casas: singular, geminada e seriada com 24,00 m² e a geminada sobreposta com 30,00 m² de área. Todas foram projetadas com a possibilidade de futuras ampliações.

Jurisdicionalmente, o loteamento Parque Sibéria passou a ser denominado Residencial Goiânia Viva, aprovado pelo Decreto nº 2005 de 25 de julho de 1995, pela Lei Municipal nº 6.063, de 19 de dezembro de 1983 e Lei federal nº 6.766, de dezembro de 1979, decreta: “Art. 1º - fica aprovado o loteamento com área total de 826.372,00 m², destinado a urbanização específica de interesse social designado Residencial Goiânia Viva”.

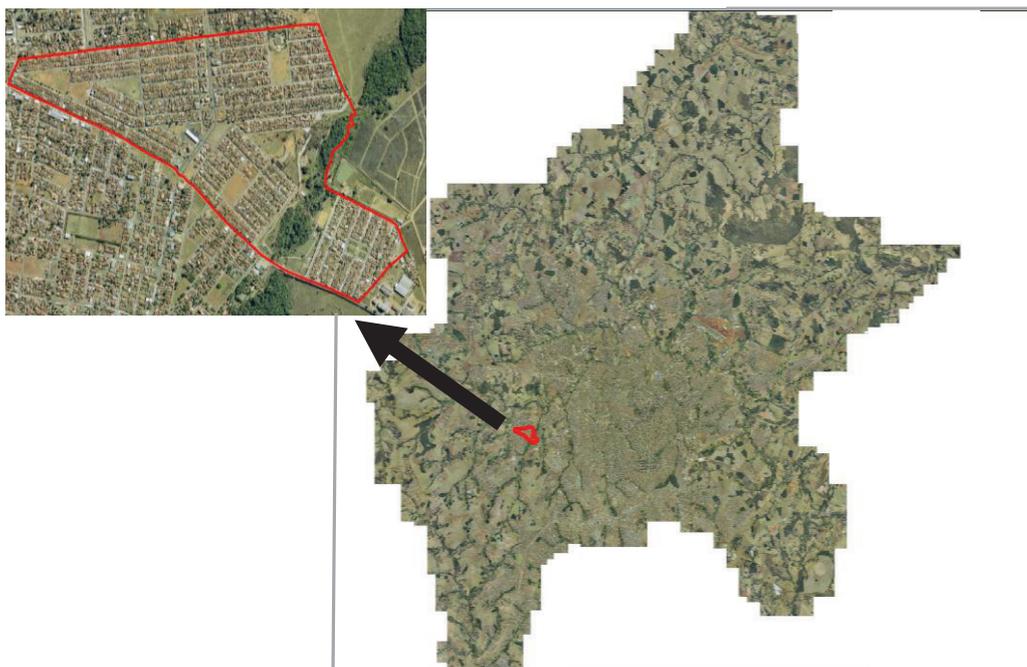


Figura 36 – Mapa Goiânia / Residencial Goiânia Viva. Fonte: SEPLAM / 2009.

As transformações urbanas ocorridas ao longo dos anos foram restritas e pontuais, sendo relativas aos equipamentos públicos como escolas, creches e posto de saúde. Essas observações podem ser constatadas na seqüência de fotos aéreas relativas ao processo de transformação urbana do Residencial Goiânia Viva.



Figura 37 - Imagem aérea do Parque Taquaral – 1996. Fonte: SEPLAM / 2009.
Área do Parque Taquaral.

Na imagem aérea datada de 1996, observa-se que o bairro ainda não tinha sido parcelado, constituindo assim, um grande vazio urbano, pois os bairros vizinhos (Parque Industrial João Braz, Loteamento Solange Parque I, Araguaia Parque e Loteamento Lorena Parque) estavam consolidados, apresentando consideráveis adensamentos, principalmente o Parque Industrial João Braz.

Aliado ao adensamento dos bairros vizinhos, a área onde seria implantado o Residencial Goiânia Viva sofreu com as invasões, vandalismo e depredações, principalmente nas proximidades do Córrego Taquaral.

Passados quatro anos após a última imagem aérea, não se observa grandes alterações no perfil do bairro, apenas alguns equipamentos públicos foram instalados, como o terminal de ônibus urbano, duas escolas municipais, o estabelecimento de saúde – CAIS e o Parque Taquaral havia sido implantado.



Figura 40 - Imagem aérea do Parque Taquaral – 2008. Fonte: SEPLAM / 2009.
— Área do Parque Taquaral.

Em 2008 poucas alterações podem ser notadas, apenas algumas praças foram implantadas e receberam tratamento paisagístico. Os bairros vizinhos seguem a mesma configuração dos anos anteriores com exceção do Residencial Dom Rafael que começou ser adensado.

Atualmente o entorno do Residencial Goiânia Viva é constituído pelos seguintes bairros: Parque Industrial João Braz, Residencial Dom Rafael, Residencial Nunes de Moraes (1ª, 2ª, 3ª etapa), Araguaia Park, Loteamento Solange Parque, Chácara Solange Parque, Loteamento Solange Parque (extensão) e duas glebas particulares. Todos os bairros estão dentro da Macrozona Construída, constituída como Área de Adensamento em Aceleração, ou seja, estimula-se o adensamento em toda a região.

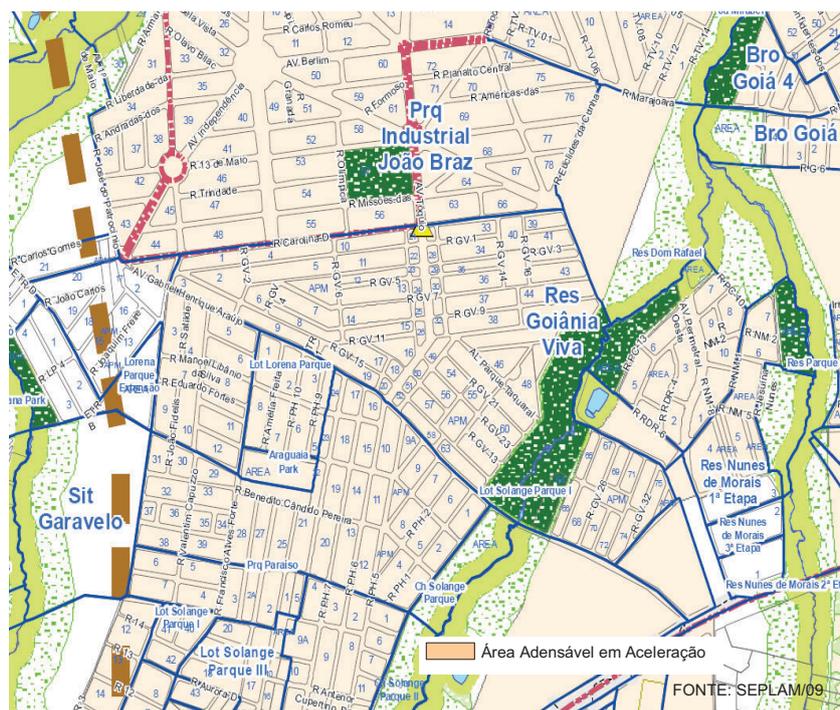


Figura 41 - Recorte do mapa digital do Plano Diretor - 2007. Fonte: SEPLAM / 2009.

O levantamento da estrutura urbana instalada na faixa de entorno do Parque Taquaral, definida como sendo de aproximadamente 100m do anel externo, comprovou a natureza predominantemente residencial do bairro, assim como as dos bairros vizinhos.

Com relação ao comércio, os equipamentos são para o atendimento da população residente, caracterizando todos como comércio vicinal. Em todo o bairro não consta nenhum estabelecimento de grande porte que possa atender à demanda de uma região.

Para melhor expor a argumentação, o levantamento realizado no perímetro de 100 metros do Parque Taquaral observou-se:

Levantamento do entorno do Parque Taquaral – perímetro de 100 metros	
Bares	07
Salões de beleza.....	06
Serralheria	01
Oficina mecânica.....	05
Pamonharia.....	01
Stand imobiliária.....	01
Panificadora.....	01
Mercearias	05
Total.....	24

Tabela 09: Pesquisa realizada pela autora / 2009

Os equipamentos públicos de destaque, segundo levantamento da SEPLAM, estão assim caracterizados e locados:



Figura 42 – Equipamento Público / Residencial Goiânia Viva. Fonte: SEPLAM/2009.
 Área do Parque Taquaral.

LEGENDA

- + Estabelecimento de Saúde
- Escola Municipal
- Escola Geral
- Prédio Público

Levantamento do Residencial Goiânia Viva / Equipamentos públicos relativos à saúde e escola

Estabelecimento de saúde	01
Escolas Municipais	03
Escolas (geral)	00

Tabela 10: Fonte SEPLAM / 2009

Com relação ao perímetro do parque, em um raio de 100m, os equipamentos públicos destacados são 1 escola, 1 posto de saúde, 1 creche e 4 igrejas.

O processo de valorização imobiliária, que pode ser constatado na grande maioria de outros bairros com parques no seu interior, no caso específico do Residencial Goiânia Viva, o equipamento não interferiu na valorização dos imóveis tanto do Bairro como do entorno do parque, haja vista que a parte mais desvalorizada do Bairro é exatamente os imóveis que nele se localizam, ou seja, no perímetro de 100 metros do parque é onde se localiza a população mais carente.

Os imóveis mais valorizados do Bairro localizam-se na parte alta do mesmo, principalmente os lotes lindeiros às principais avenidas (Avenida Gabriel Henrique Araújo, Avenida Tóquio e Rua Dona Carolina), pontos estratégicos para o estabelecimento comercial.

Vale salientar que atualmente as residências tanto do Bairro quanto do entorno do parque sofreram alterações significativas e várias casas perderam suas características originais, apresentando mais de uma moradia em um único lote.



Figura 43 – Lotes vagos / Residencial Goiânia Viva. Fonte: SEPLAM/2009.
— Área do Parque Taquaral.

A imagem aérea demonstra que o número de lote vago dentro de todo o Bairro é restrito a um único lote que é destinado ao estacionamento de um estabelecimento comercial.

Com relação ao perfil urbano e arquitetônico, observa-se que o Bairro apresenta características predominantemente residenciais, sofrendo pequenas alterações nas principais avenidas que receberam comércio local. Com relação ao perfil arquitetônico, esse é constituído por edificações unifamiliares de padrão médio-baixa não apresentando nenhum prédio em destaque.

2.2.2 Histórico do Parque

Segundo documentos da SEPLAM, a região oeste, onde está localizado o Parque Taquaral Daracina dos Santos Soares, na década de 30, era caracterizada como área rural. Nesta mesma época, toda a área onde hoje existe o Residencial Goiânia Viva era uma fazenda de propriedade do senhor Tonico Toqueira, que em anos posteriores, a vendeu para o senhor Lourival Lousa.

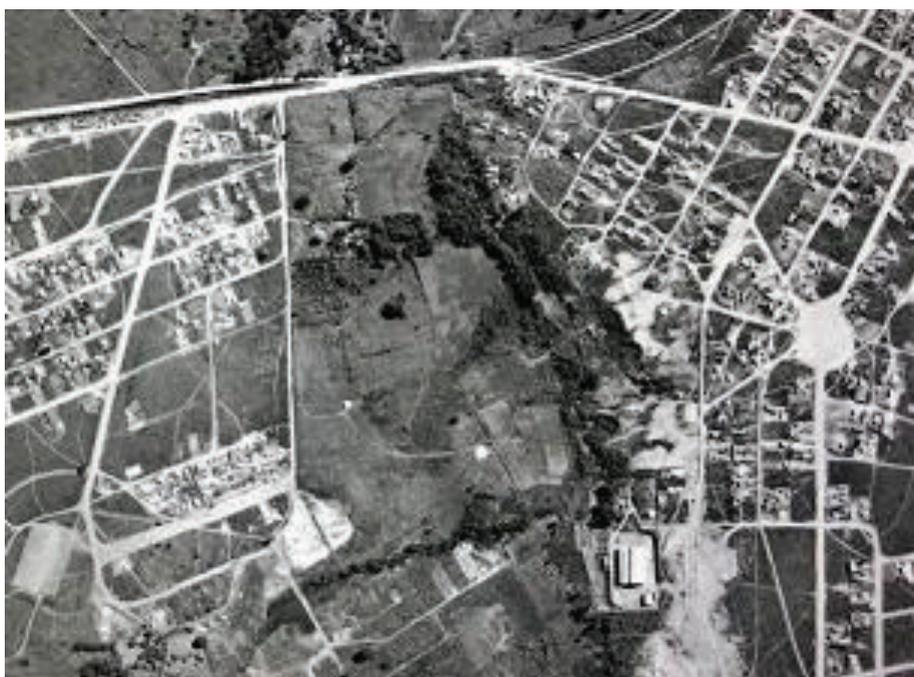


Figura 44 – Imagem Aérea do Parque Taquaral – 1971. Fonte: SEPLAM / 2009.

O córrego Taquaral era chamado de Rio Bonito, posteriormente recebeu o nome pelo qual é conhecido na atualidade. O Parque foi criado em 25 de julho de 1995⁵⁴, com o objetivo de preservar o córrego Taquaral e sua mata ciliar, fragmentada em função dos novos parcelamentos e por ocupações clandestinas.

⁵⁴ Decreto oficial nº. 1468, Lei Municipal nº. 6063, de Dezembro de 1983.

O córrego Taquaral passa por vários bairros de Goiânia (Setor Jardim Madri, no Setor Jardim das Caravelas, no Residencial Santa Fé, no Residencial Forteville, no Residencial Rio Verde e Alphaville, no Parque Santa Rita, no Jardim Eli Forte, no Setor Solange Park, no Residencial Goiânia Viva, no Residencial Porto Seguro e no Setor Vereda dos Buritis) e encontra-se com o Ribeirão Anicuns, afluente do Rio Meia Ponte.

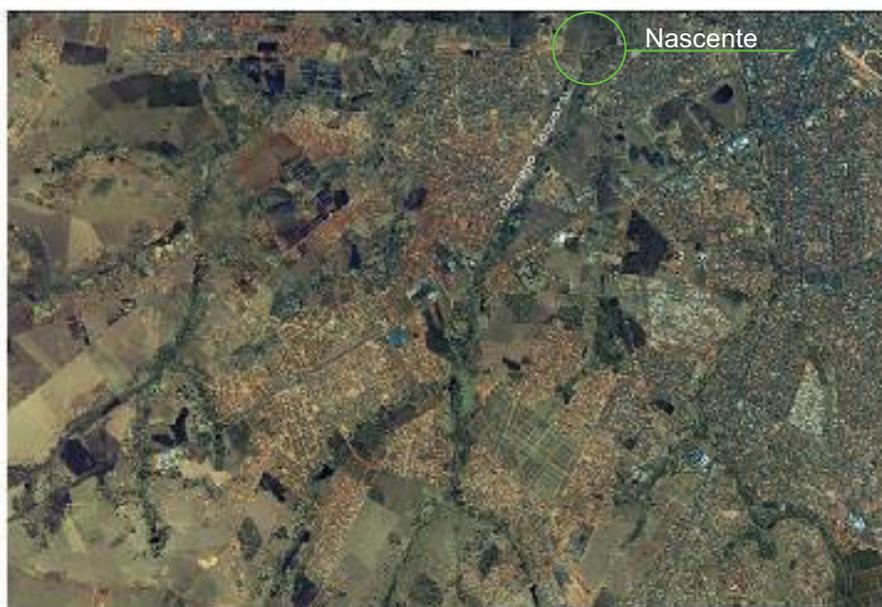


Figura 45 – Nascente do Córrego Taquaral. Fonte: Arquivo SEMMA.

Com os surgimentos dos bairros limítrofes ao Residencial Goiânia Viva, o parque passou por uma fase de abandono por parte dos moradores, como também, por parte governo municipal. Com a falta de infra-estrutura nestes bairros, o parque sofreu graves problemas ambientais, tais como sua utilização como depósitos de lixos residenciais e entulhos de materiais de construção. Aliado ao abandono, o espaço começou a ser utilizado como ponto de apoio para os usuários de drogas e outros crimes. O fato agravou-se após a morte da senhora Doracina, uma das moradoras pioneira do Residencial Goiânia Viva e eficiente “agente ambiental”, cooperava de forma autônoma com a manutenção e fiscalização do parque. Em homenagem aos serviços prestados por essa moradora, o parque foi denominado “Parque Taquaral Daracina dos Santos Soares”.



Figura 46 – Imagem Aérea do Parque Taquaral – 1988. Fonte: Arquivo SEPALM.

Com a legalização da área do Parque, foram aplicadas várias benfeitorias no local entre as quais, em 2003, destacam-se os primeiros plantios com árvores nativas da região, recuperando em parte a vegetação original. Em 2005, foram realizados trabalhos de revitalização e em março de 2006 foi implantado o novo projeto paisagístico do parque.

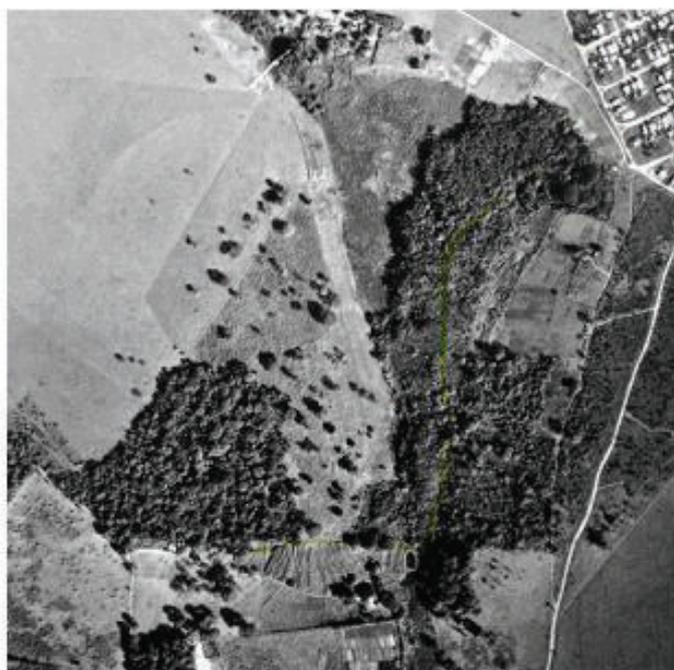


Figura 47 – Imagem Aérea do Parque Taquaral – 1991. Fonte: Arquivo SEPALM.

2.2.3 O Projeto Paisagístico

A área do parque é cortada em toda a sua extensão pelo Córrego Taquaral e segundo os técnicos da Amma, apresenta uma floresta de galeria bastante alterada, descaracterizada e estreita. Esta característica foi acentuada pelo fato da região ser muito urbanizada, o que alterou profundamente a flora primitiva.

Segundo os documentos da Amma, a vegetação do parque é constituída por Floresta Estacional Semidecidual e Floresta de Galeria com 47.176 m², correspondendo a 43 % da área total do parque, que é de 113.940,22 m².

A estrutura do Parque foi planejada em função de proteger o córrego Taquaral e sua nascente. Além de preservar a mata ciliar, e em função das condições ambientais, os técnicos da Amma estudaram um zoneamento de toda a área com o objetivo de elaborar um programa de manejo do parque.



Figura 48 - Mapa / Zoneamento Ambiental. Fonte: SEMMA – Goiânia – 2006 – Departamento de Desenvolvimento Ambiental

Seguindo as especificações deste programa, o Parque foi dividido em quatro zonas ambientais cujas delimitações seguem as modalidades descritas:

1. Zona de Preservação Integral: Essa zona consiste de áreas naturais, onde a intervenção humana tenha sido pequena ou mínima. Pode conter ecossistemas únicos, com espécies da flora, fauna, ou até fenômenos

naturais de grande valor científico que podem tolerar ocasionalmente o uso limitado do público.

2. Zona de uso intensivo do Parque Taquaral: É constituída pelas áreas naturais ou alterada pela atividade humana. Contém paisagens únicas, recursos que possam servir às atividades recreativas, relativamente concentradas, com facilidades de trânsito e de assistência ao público. O ambiente é mantido o mais natural possível. Deve conter o centro de visitantes, museus, bem como outras facilidades e serviços.

3. Zona de Uso Restrito: Compreende as áreas necessárias à administração, manutenção, serviços, trilhas interpretativas de educação ambiental, com acesso ao público controlado.

4. Zona de Recuperação: É uma zona que contém áreas que sofreram considerável alteração humana. É considerada uma zona provisória, pois, uma vez restaurada será incorporada em uma das categorias permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas.

Segundo especificações do projeto paisagístico, todos os componentes da paisagem natural do Parque, sua morfologia, árvores, vegetação, brejo, lagos, mata ciliar, a nascente do Córrego Taquaral receberam uma recomposição florística densa com espécies adequadas ao tipo de solo, levando-se em consideração a situação e as potencialidades da vegetação existente. Toda vegetação nativa, a vereda de Buritis e a mata ciliar foram preservadas. As áreas livres adjacentes aos espaços edificados foram contempladas com um projeto de recomposição florística esparsa.

As estruturas existentes no Parque Flamboyant estão assim distribuídas:

- Pista de caminhada (passarela externa)
- Pista de caminhada (caminhos internos)
- 2 pórticos de acesso
- 1 ponte de madeira
- 2 estações de convivência /ginástica
- 2 estares contemplativos com pergolados (parte interna)
- Sede Administrativa / Núcleo Ambiental
- 1 Parque infantil (*playground*)
- 1 Campo de futebol
- Mobiliários urbanos (bancos, bebedouros, telefones públicos, coletores de lixo etc)
- Iluminação externa (pista de caminhada) e interna (área do parque).



Figura 49 - Panorâmica do Parque Taquaral – Fotos realizadas pela autora / 2009

Ao analisar o projeto paisagístico do Parque Taquaral (ver apêndice), pode-se identificar características específicas dos parques contemporâneos, não apresentando padrões rígidos, ou seja, o paisagismo e os equipamentos se unem com a paisagem natural constituindo um espaço único. Tais características ficam explícitas nas argumentações de Macedo, Sakata (2002, p.70) quando retrata que “o uso da vegetação segue a ideologia de preservação dos ecossistemas ou acompanha a tematização do espaço, compondo cenários variados”.

Complementando essa visão, ressalta o uso de elementos decorativos, como pérgulas, pontes, e pórticos, principalmente na entrada principal destes equipamentos públicos, acrescentam-se as essas características os espaços destinados aos esportes.

Segundo informações dos moradores, a área destinada aos equipamentos de ginásticas, *planground* e o campo de futebol são os locais mais freqüentados pelos usuários, principalmente os jovens. A pista de *cooper* também é muito utilizada, principalmente pelas pessoas mais idosas mas em horários específicos.

O Parque Taquaral, além de um complexo de lazer, é também um espaço de resgate do ambiente natural, embora a população não tenha consciência da real necessidade de sua atuação para a região. As benfeitorias empregadas são desprezadas e criticadas por seus usuários, sendo alvo de comparações entre outros parques de Goiânia, principalmente os parques centrais.



Figura 50 - Montagem aérea do Parque Taquaral a uma distancia de 400 m de altura. Fonte: SEPLAM – 2009.

2.2.4 O Parque visto por seus moradores

O mesmo questionário aplicado aos usuários do Parque Flamboyant foi utilizado para a análise do Parque Taquaral. A metodologia aplicada procedeu da mesma forma. Salienta-se que a demonstração dos índices e gráficos estão expostos nos anexos.

Além dos questionários, as visitas complementam o trabalho de observação empírica e sugeriram algumas ressalvas correlacionadas com as perguntas e a realidade estudada.

Em relação a primeira parte da pergunta, em que os entrevistados responderam se eram residentes do Bairro ou do entorno, houve um equilíbrio entre os participantes, visto que as respostas se dividiram entre os 50 % das alternativas.

A segunda parte da pergunta subdividida em três alternativas visa identificar o tempo de residência dos moradores do entorno ou do Bairro, 45% responderam viver no local há mais de 10 anos. Com uma percentagem quase equivalente apresentaram os entrevistados que se enquadram no tempo de moradia situado entre 0 a 5 anos, representado por 40% e os da faixa entre 6 a 10 anos constituíram 15%.

As estimativas elaboradas a respeito da pergunta são baseadas no processo histórico e dos relatos feitos pelos moradores no ato das entrevistas. Assim, diante dessa pergunta as respostas obtidas apresentaram um consenso com a realidade.

Como o Bairro Residencial Goiânia Viva foi aprovado em 1995, estando hoje com 14 anos de fundação, estima-se que diante das respostas obtidas da grande maioria, 45% dos entrevistados são moradores da origem do bairro.

A segunda maior média, os 40 % das respostas de 0 a 5 anos, são relativas aos residentes da expansão das habitações dos moradores originais que, após a aquisição de suas propriedades, ampliaram suas moradias para abrigarem seus descendentes ou ampliarem suas rendas, por meio de aluguel. Esse quadro também condiz com os moradores que se enquadram na faixa dos 15% correspondente ao tempo de residência entre 6 a 10 anos. Este fato pode ser validado pela observação das fotos aéreas do loteamento nas quais se nota a ocupação dos terrenos por mais de uma habitação.

Diante da realidade apresentada, o bairro foi constituído por famílias que localizavam em área de risco, bem como as famílias que se encontravam em situação emergenciais.

O perfil social dos moradores é condizente com a renda financeira do provedor ou da junção de toda a família. O fato é confirmado nas respostas obtidas dos participantes, a grande maioria, 65% dos entrevistados, possui uma renda entre 1 a 3 salários mínimos. Essas famílias são as mais carentes do Bairro e estão assentadas na parte mais baixa do loteamento, ou seja, próxima ao Córrego, para melhor enfatizar, próximo ao Parque.

Em seqüência, os correspondentes a faixa de renda compreendida entre 4 a 6 salários mínimos, 30% dos entrevistados, são referentes às famílias de classe média, essas distribuem-se por toda a área do loteamento.

Os referentes aos que ganham acima de 6 salários mínimos, representados pelos 5% dos entrevistados, podem ser destacados como as famílias residentes nas proximidades das principais avenidas (Avenida Gabriel Henrique Araujo, Avenida Tóquio e Rua Dona Carolina), pois são nestes trechos que se localizam as residenciais com padrão arquitetônico mais aprimorado. Nota-se que nos trechos mencionados apresentam edificações com duplo uso, ou seja, consolidam o uso de habitações unifamiliar com o uso de habitação comercial, estando as mesmas separadas entre pisos.

Como o Bairro foi projetado com características de conjunto habitacional, apresenta perfil homogêneo segundo a tipologia horizontal das habitações. Este fato é confirmado pelas respostas relacionadas à tipologia das habitações, 90% dos entrevistados responderam que moram em casas e o restante, 10% dos participantes, vivem em residência com comércio. Não foi obtida nenhuma resposta com a alternativa “prédio”.

Como todas as respostas obtidas fazem uma conjunção com a finalidade do projeto, com relação à propriedade dos imóveis confirma-se que 65% dos entrevistados residem em imóveis próprios. Com um índice considerável, os 25% correspondentes a alternativa “outras” são referentes às pessoas que receberam de seus parentes o imóvel para morar.

Este fato ficou explícito nas argumentações realizadas no ato da entrevistas quando os participantes explicavam de maneira natural como residem:

... meu pai construiu um barracão no fundo do lote e me deu para morar.
... eu moro em um quartinho no fundo do lote.
... a casa foi presente de meus pais.

Os imóveis alugados, correspondente aos 10% dos entrevistados, estima-se que são referentes as propriedades dos titulares originais e/ou os residentes dos imóveis que foram ampliados, constituindo assim mais de uma moradia por lote.

Quanto ao uso do parque, o esporte foi o que mais se destacou com a representação de 45 % dos entrevistados. Esta resposta é confirmada através das visitas feitas ao parque, onde foi observado que a área destinada aos equipamentos de ginásticas e o campo de futebol são os pontos mais freqüentados principalmente pelos jovens do sexo masculino. Os horários de maior movimento correspondem ao final da tarde estendendo-se para o período noturno.



Figura 51 - Panorâmica do Parque Taquaral / Fotos realizadas pela autora / 2009

A grande movimentação no local deve-se ao fato de que as academias são distantes e são dispendiosas e, como a grande maioria dos jovens não possui renda própria, tornaram-se “os *points*” do parque.

Outra área que se enquadra na categoria de esporte é a destinada ao *cooper* ou caminhada. Esta modalidade é muito utilizada pelas pessoas mais idosas principalmente no final da tarde e início da noite, correspondendo ao intervalo das 16:00 às 20:00 horas.

O lazer, com 40% dos entrevistados, é o segundo item mais votado entre as outras opções de como o usuário utiliza o espaço físico do parque. Estima-se que os freqüentadores desta alternativa são as pessoas que levam as crianças para se divertirem na área destinada aos brinquedos.

Em decorrência da localização do *playground* estar em frente a uma ampla passarela e o fato de possuir um remanso em sua frente, o torna muito utilizado pelas pessoas que aguardam crianças. Salienta-se que este ambiente não recebeu nenhum tratamento paisagístico, apenas foram colocado alguns bancos.



Figura 52 - Panorâmica do Parque Taquaral / Fotos realizadas pela autora / 2009

Observa-se que os estares contemplativos do parque são poucos freqüentados e estão localizados na parte interna, ou seja, na parte fechada do parque e, embora possuam pérgulas, não receberam o tratamento paisagístico correto para a sua boa utilização e estão constantemente vazios.



Figura 53 - Panorâmica do Parque Taquaral / Fotos realizadas pela autora / 2009

Uma área que chama atenção em todo o complexo do parque é uma praçinha localizada na parte externa próxima às residências e, por ser utilizada como lazer contemplativo, tornou-se um lugar de encontro.



Figura 54 - Panorâmica do Parque Taquaral / a praçinha – Fotos realizadas pela autora / 2009

Observa-se também que algumas residências no entorno do parque alteraram os seus projetos integrando apêndices comerciais na parte frontal do lote. Segundo 15% dos entrevistados esse tipo de uso faz parte de seu cotidiano. Vale salientar que esses comércios tornaram-se pontos estratégicos em todo o perímetro do parque, pois no circuito, tanto interno como externo do parque, não há quiosques para o atendimento de seus usuários.



Figura 55 - Panorâmica do Parque Taquaral / Fotos realizadas pela autora / 2009

Nas visitas realizadas em dias e horários alternados ao parque, observou-se que, apesar do complexo ambiental ali instalado, o espaço é pouco freqüentado, principalmente a parte que está cercada por alambrado e que corresponde a parte interna do parque. Por sua vez, na área externa, observa-se uma maior movimentação.

Com relação aos horários mais freqüentados pelos usuários, estes estão diretamente relacionados com as atividades desempenhadas. Assim, 55% dos

entrevistados responderam que freqüentam o parque nos intervalos entre 6:00 e 10:00 horas da manhã. Como este horário é conveniente para a prática de esportes, a pista de *cooper* e a área destinada aos equipamentos de ginásticas são muito utilizados. Outro fato que chama atenção com relação a este intervalo de tempo é sua conveniência para o uso das crianças acompanhadas por seus responsáveis.

O horário entre 19:00 e 22:00 horas, correspondente aos 35 % dos entrevistados, são também justificados em função das atividades desenvolvidas. Neste intervalo, observou-se que o campo de futebol, equipamentos de ginásticas e pista de *cooper* são as áreas de maior movimento. Já os horários entre 15:00 e 18:00 horas, representados por apenas 10% das respostas, são de pouca movimentação. Os visitantes que utilizam o parque neste horário são os transeuntes ou os estudantes que terminam o horário escolar e ficam nas adjacências.

A assiduidade com que os entrevistados costumam freqüentar o parque explicita-se nos 45% que responderam “todos os dias”. Este percentual demonstra que o parque é bem utilizado pelos moradores do bairro ou pelos bairros circunvizinhos, estando essa freqüência diretamente relacionada à forma como o usuário utiliza esse espaço.

Diante dos percentuais apresentados, o parque é freqüentado todos os dias pelas pessoas que o utilizam para as práticas esportivas (caminhada e/ou *cooper*, ginástica e futebol) e pelo uso de lazer, representada pelas crianças e seus responsáveis, todos os usos possuem horários específicos. Seguindo esta linha de raciocínio, os usuários que costumam freqüentar o parque entre 2 a 3 vezes por semana, 35% dos entrevistados, enquadram-se na estimativa das pessoas que utilizam o parque para o esporte.

A freqüência nos finais de semana, representada por 20 % das respostas, estima-se que são referentes às pessoas que utilizam o espaço físico do parque para o lazer.

Quanto à influência do parque no crescimento populacional do bairro, 85% dos entrevistados, consideram que esse não alterou seu crescimento ou desenvolvimento. Este motivo explica-se pelo fato que o bairro já era consolidado quando o parque foi implantado. O parque, criado em função da preservação da nascente e da mata ciliar do Córrego Taquaral ainda continua sendo apenas uma reserva ambiental, não influenciando no desenvolvimento do Bairro.

Estima-se que os 15% dos entrevistados que responderam a afirmação positiva à pergunta, é relativo aos participantes que possuem algum estabelecimento comercial nas proximidades do parque, influenciando assim, algum tipo de benefício particular, pois o movimento dos transeuntes é constante.

Com relação ao desenvolvimento do bairro, as principais avenidas são as referências para o incremento comercial e populacional e não o parque, pois o perfil arquitetônico das edificações de seu entorno continuam inalteradas, sendo observadas algumas modificações de melhorias relativas a acréscimo ou reforma no padrão das casas.

Perguntadas sobre os benefícios propiciados pelo parque no bairro, para 70% dos entrevistados, esse proporcionou melhorias ambientais, climáticas e qualidade de vida. Conforme depoimento, antes da Unidade de Conservação ser transformada em um parque, o local era muito degradado e perigoso, conseqüentemente o bairro e os moradores do entorno sofriam as seqüelas deste abandono.

Anteriormente, apesar do grande espaço verde, o mesmo não representava qualidade de vida para os moradores, pois a insegurança era o que mais afligia as pessoas. Após a implantação do parque, as melhorias foram significativas e as condições ambientais tornaram-se relevantes para os moradores. Esta situação confere com os comentários:

[...] antigamente esse lugar era sujo, abandonado e dava medo viver aqui, agora tudo ficou melhor...

[...] o parque trouxe muitas qualidades para nós, parece que tudo ficou mais claro até o verde ficou mais bonito...

[...] hoje nos respiramos ar puro, antes o ar cheirava mal, porque jogava muito animal morto nesse lugar, aqui era um verdadeiro lixo...

Com relação aos 30% dos entrevistados que escolheram a alternativa de que o parque beneficiou a vizinhança, eles relataram que essa condição só foi conquistada após as melhorias das condições físicas do local e em conseqüência a vizinhança também foi beneficiada, principalmente para os moradores que residem no entorno do parque.

Em relação às conseqüências negativas vinculadas à implantação do parque, 65% dos entrevistados responderam que o parque trouxe como malefício a

marginalização, a droga e o vandalismo. Certifica-se que o problema não é em função da criação do parque, mas sim da falta de uma estrutura ou de política voltada para as questões sociais inerentes a classe social que ali reside.

Vale salientar que o parque foi inaugurado anos após a criação do bairro e ainda sofre as agressões geradas pelo mal uso do passado e que este tipo de violência já existia no local.

Diante dos fatos é impossível apresentar algumas ponderações sem expor as considerações citadas, assim perante o que foi observado nas visitas “*in loco*” e nos depoimentos dos entrevistados, os malefícios de maiores transtornos são os relativos à marginalização, ao uso da droga e ao vandalismo e, para minimizá-los, o parque foi cercado em toda sua extensão.

Segundo declaração, o local tornou-se ponto de encontro de diversas “tribos” e conseqüentemente a droga, principal preocupação dos moradores, impera na região. Como o policiamento é basicamente ausente, principalmente no período noturno, a população fica diretamente exposta às agressões geradas por esses usuários.

Quanto à insegurança, a segunda maior preocupação com relação ao espaço físico do parque, 35% dos entrevistados respondeu que falta policiamento e monitoramento em toda a área.

Segundo informações dos técnicos da Amma, quando o parque foi inaugurado, a segurança ficou sob a responsabilidade da Guarda Municipal que possuía convênio com equipes da Polícia Militar (o Batalhão Ambiental e o Pelotão Ciclístico), atualmente o monitoramento da área fica a cargo da Polícia Militar. Segundo 55% dos entrevistados, o policiamento no parque não tem horário e pontos fixos, apenas realizam-se rondas esporádicas em períodos não determinados. A segurança noturna é basicamente inexistente, somente em situações de brigas ou qualquer eventualidades o policiamento é acionado.

Conforme 30% dos entrevistados, nos finais de semana, geralmente nas proximidades do campo de futebol, aparece alguma viatura que fica por período não determinado e logo vai embora.

Os entrevistados classificam o projeto paisagístico do parque como bom ou regular. Após questionar o porquê da resposta, as pessoas improvisavam comparações com outros parques, principalmente os centrais e apontavam

reclamações relativas à localização, à conduta dos usuários e de todos os problemas já mencionados.

A assimilação com relação ao projeto paisagístico do parque cuja estrutura seria o foco principal de análise foi pouco questionada, ou mesmo ignorada.

Um detalhe que os entrevistados persistiam em comentar é o fato de o parque ser fechado, o que inibe as pessoas a usufruir de seu espaço físico. Segundo os entrevistados as pessoas utilizavam mais a área externa do que a interna.



Figura 56 - Panorâmica do Parque Taquaral / Fotos realizadas pela autora / 2009

Com relação à degradação do parque, as respostas obtidas indicam que as condições melhoraram devido ao monitoramento realizado pelos técnicos da Amma e pelos agentes de limpeza. Apesar do cercamento em toda a extensão do parque ser um constrangimento para as pessoas, auxiliou na manutenção da área, mas ainda observam-se vários descasos.



Figura 57 - Panorâmica do Parque Taquaral / Fotos realizadas pela autora / 2009

Além disso, 70% dos entrevistados responderam que é freqüente aos usuários depararem com algum tipo de degradação na área do parque, seja na sua parte interna ou externa. Para 20% dos entrevistados, a degradação acontece em

períodos e locais determinados, nos finais de semana, nas proximidades do campo de futebol e nas estações de ginásticas. O tipo de deterioração mais freqüente é relativo ao lixo que é jogado de forma incorreta ao longo da área do parque. Os 10% restantes responderam que é ausente qualquer tipo de degradação ambiental no parque.

Quanto à valorização dos imóveis na percepção dos moradores, para 65% dos entrevistados, o parque desvalorizou seus imóveis. Essa desvalorização é conseqüência dos problemas que aconteceram ao longo dos anos e em decorrência dos fatos passados e presentes. Observa-se que a área do parque ainda sofre com o preconceito e as seqüelas desses acontecimentos.

Este fato é enfatizado em função de que, no entorno do Parque Taquaral, localiza-se a população mais carente e os acontecimentos violentos também estigmatizaram o lugar, assim todo o perímetro padece com a desvalorização dos imóveis.

Os 35% que responderam que o parque valorizou seus imóveis, apresentaram como argumentação os benefícios citados na pergunta 9, tais como a associação com atividades comerciais.

De maneira geral, 60% dos entrevistados responderam que depois que o parque foi inaugurado o IPTU de seus imóveis subiu. A relação entre parque e imposto foi alvo de algumas explicações contraditórias e incoerentes, mas vale expô-las em função de esclarecer a resposta.

[...] o imposto tá subindo em função da roubaria dos poderosos e não em função do parque.

[...] o parque não trouxe nenhuma melhoria para nós, então porque ele influenciaria no aumento do imposto.

[...] o imposto tá subindo porque tem que subir como água, energia, comida.

Para 40% dos entrevistados, o IPTU subiu em função da inauguração do parque e essa benfeitoria teve que ser repassada aos contribuintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais a respeito desse trabalho foram tecidas a partir dos levantamentos e estudos realizados, enfatizando o trabalho de observação como fundamental para responder as dualidades e os paradoxos relativos às áreas - foco de estudo - o Parque Flamboyant e o Parque Taquaral.

O trabalho constou de pesquisa documental⁵⁵ direta a órgãos públicos (SEPLAM, AMMA, AGENCIA AMBIENTAL, ONGs, etc) cujo material foi necessário para conhecer e analisar os fatos que envolvem os objetos de estudo, proporcionando condições de visualizar o processo de suas formações, ocupações até as formas atuais. Uma ajuda substancial foi a utilização do SIG-GO⁵⁶, que proporcionou visualizar o município de Goiânia como um todo.

As dualidades e os paradoxos mencionados ao longo do desenvolvimento do trabalho foram respondidas e as observações inicialmente feitas relativas às áreas dos parques Flamboyant e Taquaral foram confirmadas. Em outras palavras, a presença dos parques urbanos em áreas distintas da cidade é diferentemente vivenciada pelas populações do seu entorno.

Para apoiar esta afirmação, retoma-se brevemente, os resultados obtidos com os questionários aplicados.

Acerca do Parque Flamboyant, a população do entorno caracteriza-se por uma renda superior a seis salários mínimos, habita predominantemente em habitações coletivas, a maioria são proprietários.

Quanto ao uso do parque, o lazer sobressai ao esporte e os horários de maior frequência encontram-se entre as 15:00 e 18:00 h. A frequência semanal dos entrevistados no parque é entre duas a três vezes por semana.

As condições ambientais do entorno melhoraram, proporcionando melhor qualidade de vida e condições climáticas, conseqüência do “excelente” projeto

⁵⁵ Pesquisa documental: os documentos são considerados fontes estáveis e riquíssimas de informação, pois permitem repetidas consultas segundo diferentes pontos de vista e sua análise não exige a presença ou a interação com dos sujeitos implicados. Representam fragmentos da realidade social e refletem a conjuntura política e social em que foram produzidos. Por isso mesmo, podem revelar opiniões, crenças, formas de atuar, de viver e pensar e merecem ser pesquisados, de acordo com sua pertinência em relação ao tema em estudo (...)(MENDONÇA ROCHA e NUNES, 2008,p. 37).

⁵⁶ Sistema de Informação Geográfica de Goiânia: SIG-GO - Programa disponibilizado pela Prefeitura Municipal / SEPLAM-2009

paisagístico. A degradação acontece, mas esta relaciona-se aos maus uso dos equipamentos e falta de consciência ambiental. O policiamento é presente, porém em períodos não determinados

As questões relacionadas à percepção do espaço, para maioria, o parque influenciou no crescimento do bairro, sendo apreciado positivamente e estimulando a valorização dos imóveis, que corresponderam a um aumento no valor do IPTU.

No Parque Taquaral, a população do entorno caracteriza-se por uma renda entre quatro a seis salários mínimos, habita predominantemente em residências unifamiliares, sendo a maioria de proprietários.

Quanto ao uso do parque, o percentual de lazer equipara-se ao esporte e os horários de maior frequência encontram-se entre as 6:00 e 10:00 h. A frequência semanal dos entrevistados no parque é diária .

As condições ambientais do entorno apresentaram melhoramentos na qualidade de vida e condições climáticas, mas não influenciaram a valorização dos imóveis. A classificação do projeto paisagístico dividiu-se entre bom e regular, pois a relação com a degradação, marginalização, drogas e vandalismos é uma preocupação constante. O policiamento acontece em períodos não determinados, imperceptível à população.

As questões relacionadas à percepção do espaço, para maioria, esse não influenciou no crescimento do bairro, sendo apreciado como fator de desvalorização dos imóveis, embora acontecesse aumento no valor do IPTU.

A partir dos levantamentos, as especificidades relativas aos dois parques expressaram as dualidades do processo que os originaram e foi possível presenciar que são tomados por ritmos e usos diferenciados, correspondendo também diferentes formas de percepções por parte das populações que deles usufruem. Essas podem ser caracterizadas como:

Espaço de conscientização: estudos demonstram que as cidades, de maneira geral, sofreram ao longo dos anos um processo de transformação e degradação ambiental relacionado principalmente ao desenvolvimento industrial, à produtividade de bens materiais e conseqüentemente a um crescimento econômico e demográfico. Esse processo desenvolveu-se de maneira acelerada, desordenada, desrespeitando os elementos naturais e a dinâmica do meio ambiente.

Neste contexto é importante salientar que o ambiente urbano constrói-se de maneira agressiva em relação ao meio natural, na maioria das vezes o espaço-construído não interage com o espaço-natural de forma complementar e saudável.

No caso dos parques em estudo, o conceito de conscientização ambiental apresenta-se diferente. No Parque Flamboyant o conceito é aplicado como recuperação de um eco-sistema ambiental, onde a natureza é valorizada e conservada. No Parque Taquaral, apesar da beleza natural, a consciência ambiental não é valorizada e, às vezes, o parque é objeto de depredação.

Espaço de conservação: o princípio da conservação ambiental, estendido à cidade, deve ser entendido como espaço integrante da natureza, assim como a natureza também deve ser respeitada e conservada, não sendo tratada segundo um conceito equivocado do que é paisagismo.

O conceito é ligado ao conjunto de medidas de caráter operacional (intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes) que visam conter as deteriorações em áreas mais vulneráveis pelos agentes deletérios, as intervenções realizadas nos Parques Flamboyant e Taquaral correspondem à finalidade conceituada, ressalta que os projetos técnico-paisagísticos foram executados por uma instituição especializada, a Amma. Embora a conservação esteja diretamente ligada à conscientização dos usuários, este conceito é realizado de maneira contraditória nos parques estudados. No Parque Flamboyant a conservação de todo espaço físico é fiscalizada e monitorada e a própria comunidade interage com o meio, pois existe uma preocupação em manter o parque limpo e preservado. No Parque Taquaral este conceito não tem muito valor, haja vista que em muitos lugares do parque existem áreas degradadas e até os equipamentos sofrem ações de depredações e maus usos.

Espaço de socialização: os parques urbanos passaram por inúmeras transformações relacionadas principalmente aos reais objetivos que deveriam cumprir e assumir no contexto urbano, também adquiriram diferentes funções sociais, servindo como espaço de socialização.

Com relação às finalidades sociais assumidas pelos parques goianos, a grande maioria concilia a atividade de lazer e recreação com a conservação e preservação da natureza. O processo de integração intensifica-se nos parques centrais, é o caso do Parque Flamboyant, por ser esta área voltada para o

entretenimento de uma população diversificada, constituída por moradores do entorno, bairros circunvizinhos e turistas. O papel social a ele atribuído é de grande relevância para a comunidade como também para a cidade. Os parques periféricos, no caso o Parque Taquaral, a contribuição social restringe somente à população local, ou seja, o papel de socialização do parque fica restrito à vizinhança.

Espaço de cultura: dependendo do contexto sócio cultural e histórico em que os parques se inserem, seus significados resultam das relações que os diversos grupos culturais estabelecem com o espaço. Para Harvey (2005, p. 23) os equipamentos que compõem o meio ambiente no território intra-urbano, tais como: os parques, os bosques, os jardins, os hortos florestais e demais espaços abertos de lazer comunitário, ou ainda, empreendimentos públicos, refletem, as intenções, idéias e representações sociais. Seguindo essa linha de pensamento, os parques devem buscar o equilíbrio da ciência com a arte, em comum acordo com a cultura. Esse triângulo baseia-se em não fragmentar a natureza da cidade, mas sim entendê-la como um todo. Dessa forma as relações do homem com a natureza e do homem com o seu meio resultam da condição sócio-cultural em que se encontram.

No Parque Flamboyant, os freqüentadores possuem uma condição sócio-cultural-econômica mais alta, conseqüentemente, a utilização e a visão com relação ao parque são diferenciadas e a interação com o meio reflete os princípios culturais da população do entorno. Em condição oposta, por ser o meio sócio-cultural-econômico mais desfavorável, os freqüentadores do Parque Taquaral não interagem com o meio da mesma maneira, são mais omissos, são indiferentes à representação que o espaço proporciona à comunidade como um todo.

Espaço de conflito: a vida urbana é complexa e alicerçada sobre diversos conflitos dos grupos sociais que a compõem, tais como a desigualdade, e afetam a qualidade de vida de seus habitantes. Esses problemas expressam-se no espaço urbano e em seus espaços verdes. Os conflitos e problemas urbanos comportam dimensões éticas, sociais, filosóficas, físicas, culturais e econômicas, compreendê-los em sua totalidade é uma tarefa árdua, assim, o enfoque deste tópico é compreender a dimensão físico-psicológica que agrega conflitos na constituição de um parque urbano nas proximidades de seu entorno.

A localização de um parque espelha os problemas urbanos mencionados. No Parque Flamboyant, os conflitos referem-se à dimensão social, ou seja, são

observados preconceitos em relação aos visitantes de final de semana. No Parque Taquaral, esta condição aumenta consideravelmente, pois os conflitos abrangem as condições sócio-cultural-econômicas dos freqüentadores, destacando os conflitos relativos à marginalização, drogas e vandalismo.

Espaço de estímulo de valores de propriedade: a valorização imobiliária ocorre em inúmeras áreas destinadas à implantação de parques, pois o espaço urbano é uma “teia de usos” que depende dos arranjos e interesses dos atores envolvidos.

Grande parte da população de alta renda, foco de interesse do mercado imobiliário, continua instalando-se na parte central da cidade, agregando valores ambientais às expectativas de morar bem e com segurança. Os parques, neste sentido, são as áreas de maior interesse dessa classe e a verticalização assume destaque no seu entorno, contribuindo de forma significativa para a segregação, para a exclusão e fomentando as desigualdades socioespaciais.

Essa realidade evidencia-se quando se observa a vizinhança do Parque Flamboyant, constata-se que o parque influenciou diretamente na valorização do solo urbano e conseqüentemente na valorização imobiliária. A situação contrária deu-se no Parque Taquaral, que não despertou interesse por nenhuma incorporadora imobiliária e a sua vizinhança continua inalterada.

Espaço de segregação: o acesso aos parques é negado à parcela significativa da população, especialmente aquelas que moram em locais distantes das áreas centrais. Este fato pode ser constatado pela dificuldade de acesso à cidade, cada vez mais seletivo, e confirma o pensamento de Santos (1996, p.112), quando conclui que a metrópole como um todo só pode ser utilizada por aqueles que possuem meios para o deslocamento autônomo, enquanto parte da população só usufrui de uma pequena parcela da cidade.

Esta reflexão mostra que a segregação não se restringe ao local da residência, mas das muitas ofertas que a cidade oferece, entre as quais o lazer. Em ambos os parques, esse fenômeno pode ser observado, no caso do Parque Flamboyant o uso é “elitizado” durante a semana, os usuários de finais de semana são discriminados. No Parque Taquaral o uso é restrito aos moradores do entorno e bairros circunvizinhos, ou seja, em nenhum momento encontram-se visitantes de áreas centrais.

Espaço de aclimação: segundo Jacobs (2003, p.99), a primeira condição para compreender como as cidades e seus parques influenciam-se mutuamente é acabar com a confusão entre os usos reais e os fantasiosos. Para a autora, a crença de que os parques são os pulmões da cidade é parcialmente verdadeira, pois são as correntes de ar que impedem o sufocamento da cidade. Esta leitura, portanto, está vinculada às tipologias arquitetônicas que podem constituir barreiras às correntes de vento.

Direcionado por este pensamento, o “verde” não desempenha papel de aclimação, mas as correntes de ar propiciadas pelas áreas abertas são que a garantem, possibilitando um micro clima diferenciado na suas proximidades.

Esta característica é observada principalmente no Parque Flamboyant, por ser este localizado em área central e estar rodeado por torres de edifícios. No Parque Taquaral esta situação não acontece na mesma proporção, haja vista que o parque está localizado na periferia, cujas construções não apresentam nenhum obstáculo que impeça a circulação do ar.

Espaço de marketing (City marketing): no espaço urbano, a natureza é tida como valor, uma mercadoria, comprada e vendida, e o lazer é comercializado, industrializado e organizado institucionalmente.

A necessidade de distribuição mais igualitária de áreas verdes na cidade é destacada por vários autores, pois sua localização, na maioria das vezes, está associada à especulação imobiliária. Assim, o espaço destinado ao lazer, quer sejam parques ou praças públicas, quando bem equipados, tornam, em geral, as áreas de seu entorno mais valorizadas.

Conseqüentemente, são procuradas pela expectativa de uma vida mais saudável devido aos benefícios que oferecem. Ao mesmo tempo, observa-se que o acesso às áreas verdes da cidade aparece de forma diferenciada, favorecendo a uma minoria privilegiada, enquanto outras camadas sociais, principalmente as mais carentes, têm difícil acesso aos parques e jardins públicos. Assim sendo, nos bairros de alto padrão social, o “verde” nos espaços públicos desempenha função mais ornamental e de valorização do solo, ao passo que nos bairros de periferia é voltado ao lazer e à recreação.

No Parque Flamboyant o espaço é utilizado como “*marketing* comercial” para a venda de imóveis. No Parque Taquaral este *marketing* não foi utilizado pelo fato do parque ter sido implantado após a inauguração do conjunto residencial.

Espaço de lazer / esporte: quando o espaço assume a condição de equipamento público, possibilitando a prática de lazer (atividades que proporcionam bem-estar) e esporte, é referência para o desenvolvimento de tais atividades, principalmente para a classe trabalhadora em seu tempo livre. Nesse sentido, “o desenvolvimento do lazer depende das condições objetivas, ou seja, das condições sócio-econômicas de cada indivíduo ou classe social” (OLEIAS, s/d).

O momento das brincadeiras das crianças no *playground*, do esporte, dos jogos coletivos, do correr, do andar com os animais de estimação, ou seja, o momento em que os usuários se apropriam festivamente do parque respalda o que Lefebvre (2001) diz: “é o momento de apreender o lúdico em sua acepção mais ampla e seu sentido mais profundo”.

O parque Flamboyant sintetiza em um só espaço todos estes momentos. É freqüente a presença do usuário, independente dos dias da semana, desempenhar qualquer uma das atividades citadas. No Parque Taquaral observa-se a presença de tais atividades, mas isso acontece em menor escala, ou seja, o parque apresenta boa estrutura para o desenvolvimento das atividades ligadas ao lazer / esporte, porém é vazio.

Espaço imagem: a principal imagem emerge das falas dos usuários, ligada à condição da imagem urbana que povoa o cotidiano dos usuários e veiculada também pelo *marketing* que favorece a região. Esta visão salienta dois aspectos: primeiro, a de símbolo construído para a cidade, que se tornou instrumento ideológico de gestão, com grande poder de manipulação política; segundo, de imaginário do cidadão, cujo papel Ferrara (1997, p. 194) esclarece:

atribuir significados a significados, por meio de um processo associativo onde um significado dá origem a outro e a outro e, sucessivamente, “passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhe deu origem.

Diante do exposto, a imagem mais relevante em relação ao Parque Flamboyant é relativa à exposição de “parque modelo”, tudo é belo e maravilhoso, verdadeiro cartão postal para a cidade. Sua imagem é em escala municipal, toda a

cidade o reconhece enquanto uma “monumentalidade paisagística”. No Parque Taquaral, a imagem é em escala local, embora o espaço apresente valores paisagísticos é pouco reconhecido e até mesmo desvalorizado, tanto por seus moradores quanto por seus visitantes.

Diante do exposto, cujos questionamentos emergiram do universo dos Parques Flamboyant e Taquaral, cabe acrescentar que as especificidades de cada lugar, assim como outras tantas dimensões de uso e apropriação, foram percebidas por seus moradores e pela autora deste estudo.

A temática da requalificação dos espaços urbanos em áreas centrais e periféricas das cidades, com a demanda crescente de espaços de recreação e lazer e a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento puseram em destaque o papel do Parque Urbano que assume posição central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos.

Como menciona Jacobs (2003, p.97),

os parques são locais efêmeros. Costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade. **Podem construir elementos maravilhosos dos bairros e também um trunfo econômico para a vizinhança, mas infelizmente poucos são assim.** Com o tempo, podem tornar-se mais apreciados e valorizados, mas infelizmente poucos duram tanto. (grifo nosso).

Da citação conclui-se que todo parque urbano é um caso particular e desafia as generalizações, é o caso dos parques estudados. O sucesso do Parque Flamboyant opõe-se à impopularidade do Parque Taquaral, que a par o desperdício de oportunidades perdidas de usos e benfeitoria ambientais, atua de forma, muitas vezes, negativa no entorno. Além do mais, nos parques de pouco uso, os seus equipamentos são alvo de vandalismo.

Os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança os percebem. As virtudes inerentes ao entorno dos parques bem sucedidos, como o Parque Flamboyant, promovem as vizinhanças automaticamente, mas quando o parque representa malefício, como o Parque Taquaral, toda a região sofre, principalmente a de seu entorno.

Essa disposição física afeta concretamente o parque de alguma maneira? Sim. No caso do Parque Flamboyant, o grande número de edifícios no entorno propicia ao parque uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em

horários diferentes, portanto o parque tem uma sucessão de usos e usuários. O Parque Taquaral em cujo entorno predomina o uso residencial, o contingente de rotatividade de gente, em geral, restringe-se aos moradores locais e seus hábitos.

Ao identificar os impactos físico-espaciais e socioeconômicos das vizinhanças dos parques estudados, percebe-se que os empreendimentos imobiliários daí decorrentes e as políticas públicas a eles associados contribuem na valorização do solo urbano.

O Parque Flamboyant foi construído às expensas da empresa Jardim Goiás Empreendimentos, que por sua vez, é a proprietária de grande parte dos terrenos do entorno do parque. Na negociação, foi estabelecida a alteração do gabarito desses terrenos, possibilitando a construção de edifícios com mais de 20 andares. Enfatiza-se que esses são de arquitetura luxuosa, valorizando ainda mais os empreendimentos e conseqüentemente o parque. O Parque Taquaral não recebeu este “privilégio”, nenhuma parceria público-privada interessou-se pelo parque. Pergunta-se: A localização seria o principal motivo para explicar a indiferença com relação ao espaço ou a condição social dos moradores do bairro é que prevaleceu? A resposta pode ser entrevista nas reflexões de Janes Jacobs:

os parques urbanos não são abstrações ou repositórios automáticos de virtudes ou avanços. Eles nada significam se forem divorciados de seus usos reais, concretos e, portanto, nada significam se divorciados das influências concretas – boas ou más – dos bairros e dos usos que o afetam. (JACOBS,2003, p.212).

A pergunta formulada não pode ser respondida dissociando localização e condição social dos moradores, afinal o solo urbano é uma espacialização das relações sociais que o suportam. Para responder as dualidades apresentadas em relação aos parques seria sensato buscar apoio no Estatuto da Cidade, a legislação urbanística – enquanto instrumento de política urbana – “deve sempre buscar a cidadania através da garantia da função social da cidade e do bem-estar de seus habitantes”, o que implica oportunidades iguais.

Observa-se a presença, cada vez maior, de grandes projetos urbanos voltados para a promoção da recuperação urbanística e ambiental de áreas importantes na cidade. Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de gente e de usos nos parques urbanos, tanto centrais como periféricos, mais a população conseguirá sustentá-los com sucesso que poderão oferecer em troca o prazer e a alegria, em vez de sensação de perigo e vazio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSY, Miriam Laila et al. *Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas*. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

ACHAR, Edy Lamar. W da Silva. *Urbanização Corporativa em Goiânia – Empreendimentos Louza*. Goiânia, 2008. Dissertação de Mestrado / Universidade Católica de Goiás.

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. *Atílio Corrêa Lima: um urbanista brasileiro*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Mackenzie, 1996.

ALVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na Epopéia de Goiânia – Uma obra de engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Of. Gráfica do “Jornal do Brasil, 1942.”.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Studio Nobel, 1993.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *Goiânia: os discursos no urbano e as imagens da cidade*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás / Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA, 1999. Dissertação de mestrado em Geografia - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

BARCELOS, Vicente. *Os parques como espaços livres de lazer: o caso de Brasília*. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BORZACCHIELLO, José da S. *O sentido da cidade no final do século XX*. In. SPÓSITO. M. E. B. (Org). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

BRESCIANI, Stela M. *Imagens de São Paulo: estética e cidadania*. In. FERREIRA, Celso Antonio et al. *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1994.

BUENO. A.C. *O plano e as obras de Goiânia*. Revista Municipal de Engenharia, vol.V, julho/1938.

BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. *A arquitetura do espaço público*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CAIXETA, Eline M.M. Pereira. *Setor Sul: Processo e Formação do Espaço Urbano*. Goiânia. 1986. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Católica de Goiás.

CAVALCANTI, Lana de S. *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1º., 1992, Vitória. Anais. 1992.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. 2001. *Goiânia, uma metrópole em travessia*. São Paulo: USP, 2001.

CHAUL, Nasser Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Tese de Doutorado. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopia e realidades - uma Antologia*. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo, Ed. Perspectiva S.A. 1979.

COMURG. DPJ. Relatório de ações e intervenções ambientais e urbano-paisagísticas. Goiânia, dez/2004.

CORDEIRO, Narcisa A.; QUEIROZ, Maria N. *Goiânia: embasamento do plano urbanístico original*. Goiânia: Editora Cartografia, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

CORSINI, José Maria Ordeig. *Deseño urano y pesamiento contemporâneo*. Barcelona: Instituto Monsa de Ediciones S.A, 2004.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

_____, *Paisagens, realidade e imaginário*. Caderno Paisagens. [S.1.]: UNESP, 1996.

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 -1935) – Ideal estético e realidade política*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: ED. do autor, 1998.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: Souza, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatthy. (Orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

GLUSBERG, Jorge. *Ressurreição do lugar público*. AU – Arquitetura & Urbanismo. São Paulo, ano 11, abr/mai. 1996.

Godoy, A. A. de. *A Urbs e seus problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1943.

GOIÂNIA – Coletânea especial editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1942.

GOUVÊA, Luiz Alberto. *Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental, em localidades de clima tropical de planalto*. São Paulo: Nobel, 2002.

GRAEFF, Edgar A. 1983 - *Goiânia: 50 anos*. Brasília, MEC-SESU. Goiânia: CEGRAF, 1985.

GUIMARÃES, Jonas h. Lobo. *Empreendedorismo e Planejamento Urbano: a Faculdade Universo em Goiânia*. Goiânia, 2008. Dissertação de Mestrado / Universidade Católica de Goiás.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HOWARD, E. *Cidades-Jardins do Amanhã*. São Paulo: Hucitec-CEGRAF, 1996.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Goiânia*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

IPLAN - GOIÂNIA. *Plano de desenvolvimento Integrado de Goiânia*. Vol. I e II, 1991.

IPLAN. *Estudo de Viabilidade Econômico - Financeira - área piloto Setor Sul*. Goiânia, 1974.

IPLAN.). *Anexo. Projeto Cura. Setor Sul - Goiânia*. Prefeito de Goiânia, 1977.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: PINI, 1993.

LAMAS, José M. R. Garcia. *Morfologia urbana e desenho das cidades*. Lisboa: Fundação Caloste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. O Direito à Cidade. 3. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Atílio C. *Goiânia: a nova capital de Goiás*. Arquitetura e Urbanismo, mar/abr, 1937.

_____. Atílio C. *Goiânia: a nova capital de Goiás*. Arquitetura e Urbanismo, mai/jun, 1937.

LOBODA, Carlos Roberto. *Estudo das áreas verdes urbanas na cidade de Guarapuava – PR*. Maringá, 2003. Dissertação de Mestrado / Universidade Estadual de Maringá.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução de Jéferson Luís C. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

LUCIANO, Ayesha. *Reforma de Paris*. Disponível em: www.espacoimaginarium.blogspot.com. Acesso em: 02/10/2008.

MACEDO, Silvio Soares e SAKATA, Francine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Gráfica Pancrom, 1999.

_____. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO DO BRASIL, II., 1986, Brasília. Anais Desenho Urbano do II SEDUR. Departamento e Urbanismo / Decanato de Extensão / UnB. São Paulo: PINI; Brasília: CNPq; rio de Janeiro: FINEP, 1986.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. *A Arquitetura Paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Estampa, 2001.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. *O parque no desenho urbano*. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO DO BRASIL, II., 1986, Brasília. Anais Desenho de Extensão / UnB. São Paulo: PINI; Brasília; CNPq; Rio de Janeiro: FINIP, 1986.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Produção do espaço urbano de Goiânia: planos e projetos – 1933/1938*. Campinas- SP - Pontifca Universidade Católica de Campinas – SP, 1999. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

_____. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB, 1996.

MELLO, Maria Metran de. *Goiânia: cidades de pedras e de palavras*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. *Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação*. Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2008.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. Rio de Janeiro: Revista dos tribunais, 1938.

MOTA, Juliana Costa. *O Setor Sul em Goiânia: o espaço público abandonado*. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br>. Acesso em: 02/10/2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo: Martins fontes. 1998.

_____. Paisagem natural e paisagem urbana. In: CHOAY, Françoise. (Orgs.). *O urbanismo: utopias e realidades – uma Antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

OLEIAS, Valmir José. Net. Conceitos de lazer. Disponível em: <http://www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.html>. Acesso em: 25/08/2009.

OLIVEIRA, Mara V. de e PEIXOTO, Elane P. *Estudos de Bairro: entre a arquitetura e a História*.

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. *A praça em suas múltiplas dimensões espaciais: o desvendar das similaridades e diversidades de praças goianienses*. Universidade Federal De Goiás – UFG / Instituto De Estudos Sócioambientais – IESA. Goiânia, 2005. Dissertação de mestrado em Geografia.

OLIVEIRA, Maria das Mercedes Brandão de. *Setor Sul: Concepção e Influência*. Goiânia: 1985. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Católica de Goiás.

PAULA, Flávia Maria de Assis. e Cavalcanti, Lana de Sousa (org). *A cidade e seus lugares*. Goiânia: Ed. Vieira, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento: Plano diretor de Goiânia (Lei Complementar nº. 171 de 29 de maio de 2007).

_____. Programa Habitar Brasil – Projeto Goiânia Viva / Habitação Popular. Goiânia, Ago/1993.

PIRES, Osmar. *Arborização e saneamento ambiental como fatores de qualidade de vida urbana*. Goiânia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, VI., Apostila de mini curso sobre gestão de áreas verdes urbanas. Goiânia: PM, 2002.

REVISTA GOIÂNIA. Goiânia: Prefeitura Municipal, 2002.

REVISTA MULTINEWS. Goiânia. Set. 1997.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

RIBEIRO, Roberto Magno. *Memorial Descritivo e Justificativo do Projeto de Urbanização do Jardim Goiás*. Junho de 1950. (Mimeo).

SAIA, Luís. *Plano Diretor de Goiânia*. Volume I e II. Goiânia: IPLAM, 1962/63.

SALGADO, Ivone. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br.2008>. Acessado em 01/10/08.

SANTOS, Anthony Allison Brandão et al. *Legislação Ambiental*. Sistema de Cursos CREA/DF 04. Brasília 03 a 07 de maio de 2004.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. Tradução Marisa Barba e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SCHENK, Luciana B. M. *Arquitetura da paisagem: entre o Pitoresco, Olmsted e o Moderno*. São Carlos, 2008. Tese de Doutorado / Universidade de São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole – arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade*. São Paulo: Contexto, 2007.

SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Carlos Roberto Monteiro de Andrade (Org. e Apres.). Tradução de Ribeiro Ferreira Henrique da. 4 edição alemã de 1909. Editora Ática.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPIRN, Anne Whiston. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

TERRA, Carlos Gonçalves. *Os Jardins no Brasil do Século XIX: Glaziou Revisitado*. Rio de Janeiro. UFRJ. 1993. (Dissertação de Mestrado em História da Arte).

WILHEIM, Jorge. *O substantivo e o adjeto*. São Paulo, Perspectiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

_____, Jorge. *Plano Diretor de Goiânia*. Goiânia: IPLAN, 1988.

APÊNDICE

RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE GOIÂNIA

Nº. Unidade de Conservação	Localização
REGIÃO LESTE	
1. Bosque da Índia Diacuí	Al. Rio Vermelho, Rua Acará, Rua Perimetral 5 e Rua Caiapós, Setor Aruanã.
2. Bosque Dep. José Eduardo de S.Nascimento	Entre Ruas Borges Teixeira, Joana, Cesar Neto - Parque das Amendoeiras.
3. Parque Santo Hilário	Entre Rua Antonio Padua Oliveira, Rua Gabriel Neto Amarante e José Hermano - Santo Hilário.
4. Bosque Sítios de Recreio M. Bernardo Sayão / Residencial Aldeia do Vale	Entre Rodovia BR – 153 , Av. das Sibipirunas, Al. das Mangubas e Av. Floresta – Bairro Sítios de Recreio Mansões Bernardo Sayão.
5. Reserva Ecológica – Conjunto Residencial Prata	Entre Al. América, Ruas SR-22, Sr. 35 e SR-11 Cond. Recanto das Minas Gerais.
6 Parque Municipal Grande Retiro	Rua GR-17 com Rua GR-20. Divisa com limite da Rede Elétrica. Setor Grande Retiro.
7. Parque Municipal Setor Belo Horizonte	Rua SR-2 com Rua BH-6, fundo do Córrego Ladeira - Setor ResidencialBelo Horizonte.
8. Parque Setor Jardim das Aroeiras (Buracão)	Av. das Aroeiras, Rua 3, Rua JDA- 11, JDA-04 e JDA-13. Setor Jardim das Aroeiras.
9. Parque Setor Residencial Olinda	Rua MA-04,MA-05, MA-06, MA-07, MA-08 e Fundo com a Avenida Rio das Garças. Residencial Olinda e Residencial Aruana I (APM-6 + ZPAI).
10. Parque Municipal das Amendoeiras - I	Rua Rezende Machado; Alexandre A. Costa; Eloisa Nelli e Rua Querosz Barreto. Parque das Amendoeiras.
11. Parque Municipal das Amendoeiras - II	Alameda Eva Vieira, Rua Gomes Frota, Rua Eloisa Nelly - entre as quadras 31 e 33, Parque das Amendoeiras.
12. Parque Municipal Recanto das Minas Gerais	Entre Av. América, Av. Itapuã, SR- 28 e SR-07 - Recanto das Minas Gerais.
13. Parque do Residencial Aruanã	Av. Marginal Leste, Rua Manoel Faleiro Ponte Rua Zulney Ferreira.
14 Parque Municipal Residencial Havaí	Rua H - 11, Residencial Havaí.
15. Residencial Vale do Araguaia	Parque Municipal IA: Rua João Borges da Mata e Rua CoronelManuel Antonio Vieira; P.M IB: Avenida Acary Passos e Rua Sebastiana Vieira Rosa; Parque Municipal II: Rua José Benedito de Moraes e Rua Joaquim Monteiro da Costa limite com a Quadra 02.
16. Aruanã Park	Rua ARP-6, Fundo com a Paraibúna Participações e Administrações Ltda, Rua ARP-4 e Avenida Marginal Leste - SetorAruanã Park.
17. Parque Jd. Novo Mundo Extensão	Rua JMN-1 e Rua JMN-2.
18. Residencial Sonho Verde	Rua Serra Vermelha com a Rua Serra das Mangabeiras (não implementada totalmente), Residencial Sonho Verde.
36. Parque Cléa Borges	Rua Santa Rita de Cássia, Rua CB- 02 (Divisa com Parque Santa Maria). ZPA-I do Córrego Gameleira - Residencial Cléa Borges.
Resumo da Região Leste	Quantidades de Áreas
REGIÃO SUL	
19. Parque Areião	Entre a Alameda Coronel Eugênio Jardim, Avenidas Americano do Brasil e Edmundo P. de Abreu, Rua 90, Av. Areião, Av. 5ª Radial – Setores Marista, Sul e Pedro Ludovico.
20. Parque Sulivan Silvestre (Vaca Brava)	Entre as Avs. T-3, T-5, T-10, T-15 e Rua T-66 entre os Setores Bueno e Jardim América.
21. Parque Amazônia	Av. T-15 com C-181, Alameda Imbé, Av. Feira de Santana, Av. Piratininga com Antônio Fidelis - Parque Amazônia (ZPA - I - CórregoSerrinha).
22. Parque Flamboyant	Entre as Ruas 46, 15, Av. H, 12, 55, 56, 58-A e 73. Setor Jardim Goiás.

23 Morro do Serrinha	Entre as Ruas 1.106, 1.112 e Av. Serrinha - Bairro Serrinha.
24 Parque Linear Botafogo	Margens Córrego Botafogo, Expropriedade do Ministério da Agricultura e 'Invasão da Rua 115', Jardim Goiás e Setor Sul.
25 Jardim Botânico	Av. Jardim Botânico e Av. Antônio de Queiroz, Rua Teresina, Av. Bela Vista, Av. Contorno, Rua 8, Av. 3ª Radial - Setores Pedro Ludovico, Vila Redenção, Bairro Santo Antônio e Jardim das Esmeraldas.
26. Setor Areião II	Margens do Córrego Areião, Rua 115, Avenida Areião, Marginal Botafogo, trecho entre a Avenida 88 e a Avenida Jamel Cecílio – Pedro Ludovico, Setor Sul, Setor Areião, Jardim Goiás.
Resumo da Região Sul	Quantidade de Áreas
REGIÃO SUDESTE	
27. Parque Carmo Bernardes	Entre as Av. Parque Atheneu, Ruas 105, 29 e 205 e Melo de Moraes – Parque Atheneu e Jardim Mariliza.
28. Parque Municipal Parque das Laranjeiras (Parque Sabiá)	Alameda dos Rouxinóis, Rua Sabiá e Rua Nossa Senhora do Carmo. Nascente do córrego Vitória. Parque das Laranjeiras.
29. Parque Municipal Residencial Vale das Brisas	Av. Córrego Leite - Residencial Vale das Brisas.
30. Bosque Bougainville (Parque das Laranjeiras) – “A”	Entre a Al. das Laranjeiras, Al. Bougainville e Rua B-4 - Parque das Laranjeiras.
31. Bosque Bouganville (Parque das Laranjeiras) -“B”	Entre Ruas DF-14, DF-15, Rua Juriti, Av. dos Flamboyants, Rua M- 2, Rua M-4 e Avenida Dom Fernando. Parque das Laranjeiras com Chacara do Governador.
32. Parque Municipal do Cerrado (Park Lozandes)	Entre Av. do Cerrado, Av. PL-1, Av. Dep. Jamel Cecílio, Rodovia GO-20 e Av. Alphaville Flamboyant e Paço Municipal - Parque Lozandes.
33. Parque Municipal Portal do Sol I	Av. Autódromo Ayrton Senna com Alameda Córrego Buriti – Setor Portal do Sol I.
34. Parque Municipal Portal do Sol II	Rua SB-31, SB-33 e Rua SB-28. Setor Portal do Sol II
35. Parque Residencial Ville de France	Rua Coleny Cotrim France com Rua Vicente Ferreira Cunha - St. Ville de France; APM-1 + ZPA-I.
37. Parque Municipal Alphaville Flamboyant	Av. Alphaville Flamboyant, Av. Vale Verde. Loteamento Alphaville Flamboyant dentre outros fragmentos.
38. Parque Municipal Paris	Rua B-32, B-33 e B4 - Jardins Paris.
39. Parque Jardins Milão	Alameda dos Jasmins, Alameda das Begônias.
40. Parque Municipal Atenas	Av. A-2, Rua A-10. Jardins Atenas.
41. Residencial Recanto dos Buritis	Rua do Meia Ponte, Rua RB-10 e dos Buritis - Residencial Recanto dos Buritis.
42. Goiânia Golf Club	Parque Municipal: Alameda Orlando Rizzo, Rua 3C.
43. Parque Municipal Arco Verde	Rua Antônio M. de Moura e Rua Raphael Magalhães e Alameda São Marcos.
44 Jardins Valência	Parte I - APM's 4,5 - Rua dos Resedás, Rua das Arecas, Rua das Paineiras e Rua dos Angicos; Parte II - APM's 7,8,9 - Rua dos Pinheiros; Parte III - APM's 11,12,13 - Rua das Macaúbas, Rua das Quaresmeiras, Rua dos Jatobás e Rua dos Ipês.
45. Jardins Verona	APM-45 - Rua Veneto, Alameda dos Camarás, Alameda dos Bálsamos e Alameda das Petúnias
Resumo da região Sudeste	Quantidade de Áreas
REGIÃO OESTE	
46. Bairro Goiá II	Rua Carlos Dias , fundo córrego Macambira. Lado esquerdo Chacarã Santa Rita . Lado direito Antigo Leito da R.F.F. S/A – Bairro Goiá II.
47. Bairro Goiá IV	Rua BG-1, Rua Padre Monte, Q-53. Bairro Goiá IV.
48. Parque Municipal Carolina Park -	Setor Carolina Park Rua CP-21, CP-24, CP-25 e Avenida Carolina Cândida Cabral, Setor Carolina Park.
49. Parque Municipal Carolina Cândida Cabral	Rua CP-12 e CP-10 - Setor Carolina Park.
50. Parque Taquaral	Margens do Córrego Taquaral, entre a Av. Gabriel Henrique de Araújo, Al. Parque Taquaral, Al. Goiânia Viva e Rua GV-17 – Residencial Goiânia Viva.
51. Parque Municipal Morro dos Macacos (Conjunto Vera cruz)	Rua VC-07, Avenidas Ramos Caiado, Leopoldo de Bulhões – Conjunto Vera Cruz, confrontando com as fazendas dos Srs. Alípio Junqueira e Antônio Miguel da Silva e com o Córrego Anicuns + APM-III pertencente à 3ª Etapa do Condomínio do Lago (Rua Lago 31, atrás dos Lotes).
52. Parque Municipal Residencial Nova Aurora	PM: Rua Trindade com a Rua Cochabamba, Santa Cruz de la

	Sierra, Beni - Setor Residencial Aurora APM -01. Dividido em duas áreas.
53. Parque Residencial São Marcos	Oeste: Rua SM-10, SM-11 e SM-23; Leste: Rua CP-14, Rua SM-10 - Res. São Marcos.
54. Parque Condomínio do Lago 1ª Etapa (Parque Municipal Desembargador Everardo de Souza)	Rua Francisco Rodrigues de Souza; Rua Lago 12 - Condomínio do Lago.
55. Parque Condomínio do Lago 2ª e 3ª Etapas	Rua Lago 20 e Segunda área com acesso pela Lago 31, fundo dos Lotes da Quadra 36 (Circundada por esta).
56. Parque Municipal Bosque do Lago (Condomínio do Lago)	Avenida Alfredo Nasser e Rua Lago 17 - Condomínio do Lago (2ª Etapa).
57. Parque Municipal Vicente Rodrigues de Oliveira (Residencial Buena Vista I, III e IV) + ZPA-I (APM-24)	Parque Municipal: Rua Sianinha Rodrigues, Alameda Salinas, Alameda Zuleica Costa Rodrigues - Residencial Buena Vista I, III e IV; APM-24: Rua Porto Pilar, José Ernesto Moraes - Residencial Buena Vista IV.
58. Parque Setor Eldorado Oeste Exensão	Rua ELO - 15; Rua ELO - 17 e R. Gyn - 24 - Setor Eldorado Oeste Exensão.
59. Bosque Setor Eldorado Oeste	Ruas ELO - 10, ELO - 11, ELO - 43 e ELO - 9, Setor Eldorado Oeste.
60. Parque Natural Municipal João Carlos Fernandes de Oliveira (Parque da Lagoa)	Entre Av. Tóquio e Ruas 13 de Maio, Olímpica e Rua das Missões - Parque Industrial João Brás.
61 Parque Residencial Luana Park	Rua LP - 1.
62. Parque Municipal São José (Setor Jardim São José)	Rua Monsenhor Aldorando Mendes, Rua Padre Pelágio Sauter, Avenida Gercina Borges Teixeira - Jardim São José.
63. Parque Residencial Ana Moraes	Rua João Ribeiro de Queiroz, Rua Antonino Bonifacio Ataiades, Av. Frei Confalloni - Residencial Ana Moraes.
64. Parque Municipal Nunes de Moraes - I Etapa	Rua NM-4, ZPA-I Área <i>Non Aedificandi</i> , Ana Bento de Moraes - Residencial Nunes de Moraes.
65. Parque Village Maringá	Rua das Macieiras, Rua dos Limoeiros, Rua das Aroeiras, fundo confrontante com a 3ª Via existente.
66. Parque Setor das Nações - Extensão	Avenida Carolina Cândida Cabral com a Rua M-24, Parque Setor das Nações - Extensão.
67. Parque Municipal Residencial Monte Pascoal (Parque Municipal São Jose)	Av. Nossa Senhora das Graças, fundo com o Corrego São José, Residencial Monte Pascoal.
68. Parque Residencial Dom Rafael	Rua PC-13, PC-12, RDR-6 - Residencial Dom Rafael.
69. Residencial Portinari	Rua Bogotá, Rua P-01, P-13 - ZPAI, Residencial Portinari.
70. Residencial Estrela Nova	Avenida Leste Oeste (Félix de Bulhões) com a Rua Barão de Mauá.
71. Parque Municipal Professor Venerando De Freitas Borges	Avenida das Magnólias, Rua do Café, Alameda Câmara Filho, Parque Oeste Industrial
Resumo da região Oeste	Quantidade de Áreas
REGIÃO MEDANHA	
72. Morro do Medanha	Jardim Petrópolis, GO-060.
73. Parque Municipal Jardim Real	Rua do Bosque com Rua JR - 11 com Rua João Carvalho Rezende, JR - 10 - Setor Jardim Real.
74. Parque Municipal Solar Ville I	Rua SV-03, com Alameda Higino Pires Martins, Residencial Solar Ville.
75. Parque Municipal Solar Ville II	Rua Acreuna, SV-5 e SV-32. Setor Residencial Solar Ville.
76. Parque Municipal Solar Ville III	Rua SV-18 entre APM-17 e APM- 19, entre a gleba pertencente a Lourival Louza e Juvercino Silva Guimarães - Setor Residencial Solar Ville.
77. Parque Municipal Jardim Nova Esperança	Ao longo do córrego caveira e Paralelo à Rua Ceará. Jardim Nova Esperança. APM -07.
78. Parque Municipal Pinheiros ZPA - I + APM - 1	Rua Floresta, Rua RSB-3, RSB-4 e JR-9 (ao lado do Setor Jardim Real). Margem direita do Córrego Caveiras - Residencial São Bernardo.
79. Residencial London Park	Entre a Rua LPK - 14 e Rua 8 - A Fundo Córrego Caveiras - Setor London Park.
80. Parque Jardim Clarissa	Rua Abcília F. Caetano, Rua Violeta Bitaro Corrara, Rua Ana Maria Miguel e Rua Jorge Miguel. Jardim Clarissa.
81. Residencial Recanto das Garças	Rua Maria Abadia da Costa. Fundo com a rua Pergentino da Luz Azeredo. Lado esquerdo rua Genesi Alves Simon, lado direito rua RDG-04. Recanto das Garças.
82. Parque Setor Barra da Tijuca	Rua JB-01, BR-060 - Res. Barro da Tijuca.
83. Parque Municipal Miguel Abdala	Av. Perimetral Oeste e Rua JB-02 - Jardim Bonanza.
84. Parque Jardim Novo Petrópolis	Rua Monte Castelo, Avenida Bandeirantes (GO-060) - Quadra.

85. Residencial Parque Mendanha	Rua PM-5, PM-8, PM-1 - Residencial Parque Mendanha.
86. Residencial Parque Jardim Leblon I	Rua Ubatuba, Rua Cabo Frio, Avenida Macambira.
87. Parque Jardim Leblon II	Final da LB-15 - Jardim Leblon II.
88. Parque Residencial Cidade Verde I	Av. Santa Maria, Rua 5 e Rua 5-A, Residencial Cidade Verde.
89. Parque Residencial Cidade Verde II	Rua John Kennedy, Rua 2-A, Av. Rezende.
90. Parque Residencial Pilar dos Sonhos	Rua Geraldo Silvério do Nascimento, Rua Oswaldo Albuquerque, Rua Filomena Fausta, Rua Cecílio Silvério do Nascimento - Residencial Pilar dos Sonhos.
91. Parque Residencial Petrópolis	Rua Craós, Rua Aimorés, Rua Recife e Rua Belém - Residencial Petrópolis.
Resumo da Região Mendanha	Quantidade de Áreas
REGIÃO NOROESTE	
92. Bosque do Pama	Entre as Ruas BF-3, BF-9, BF-9ª BF-13, BF-13A, BF-15 e Av. da Conquista - Bairro Floresta.
93. Jardim Fonte Nova	Entre as Ruas FN-1, FN-11, FN-29 e FN-4 - Jardim Fonte Nova.
94. Morro da Cascalheira	Entre as Ruas G, JC-47, JC-49 e Av. do Povo - Jardim Curitiba.
95. Parque Linear Curitiba	Ruas JC-4, JC-3, JC-15, JC-22 e Avenida do Povo - Jardim Curitiba.
96. Parque Municipal Curitiba	Entre as Avenidas do Povo, Oriente e Rua JC-14 Jardim Curitiba.
97. Parque Municipal Curitiba IV	Entre as ruas JC 04, JC 22 no Jardim Curitiba IV, Rua da divisa, PN-1 e PN-2 - Setor Residencial Prive Norte.
98. Parque Municipal Jardim Helou	Estrada 137, VB-1 - Jardim Helou.
99. Parque Municipal Privê Norte	Rua PN-9 - Setor Residencial Prive Norte.
100. Parque Municipal Ciro Palmerston Muniz	Av Lúcio Rebelo, Rua Riograndenses, Rua RB-15, Rua doBosque - Setor Alto do Vale.
101. Recanto do Bosque I	Alameda Meia Ponte - Recanto do Bosque.
102. Recanto do Bosque II	Alameda do Capim, Rua RB-4 - Recanto do Bosque.
103. Reserva do Floresta - Bairros São Carlos, Vitória e Floresta (2)	Avenida do Mato, Rua A-15, Rua A- 10, A-8, A-13 no Bairro da Vitória; Rua BF-39, BF-48 no Bairro Floresta; Rua SC-9 no Bairro SãoCarlos.
104. Reserva São Domingos	Entre as Ruas BF-20, BS-3, BS-6, BS-7B, BS-8, BS-27, Avenida do Bosque e Avenida Vale dos Sonhos - São Domingos.
105. Reserva Vitória - Bairro Vitória e Floresta (1)	Ruas A-21, A-8, A-10 no Bairro da Vitória; Rua BF-51, Avenida Principal e Avenida do Mato no Bairro Floresta.
106. Reserva do Bairro Floresta/Boa Vista (3)	Ruas BV-16, BV-2, BV-1 no Bairro Boa Vista; Ruas BF-38, BF-40 e Avenida do Bosque no Bairro Floresta
107. Reserva São Carlos - Bairros São Carlos e Boa Vista (4)	Rua SC-57, SC-54, SC-52 no Bairro São Carlos; Ruas BV-12, BV-3 e BV- 5 no Bairro Boa Vista.
108. Parque Boa Vista (Jardim Público Boa Vista)	Entre as Ruas BV-29, BV-10, BV- 12, BV-8 - Bairro Boa Vista.
109. Bosque Boa Vista	Entre as Ruas BV-15, BV-34, BV- 24, BV-20, BV-31 e BV-18.CEP: 74477-434 - Bairro Boa Vista.
110. Parque Otávio Lúcio - Brisas da Mata	Entre as Ruas Dona Melinha, Otavio Lucio, BM-18, BM-17 e BM-09 Residencial Brisas da Mata.
111. Parque Municipal Jardim das Hortências	Rua JH-37 com Rua JH-1, Chácara 55 - Jardim das Hortências.
113. Bosque Estrela D'alva (Parte 1)	Rua 28 de setembro c/ rua 31 de dezembro c/ av. Otávio Lúcio, Rua 21 de abril e 15 de novembro - Setor Estrela D'alva.
114. Bosque Estrela D'alva (Parte 2)	Rua 24 de maio, Rua 28 de setembro e 12 de janeiro – Setor Estrela D'alva.
115. Parque Residencial Mansões Paraíso	Alameda Corrêgo Fundo.
116. Parque Loteamento Morada do Sol	Avenida Mangalô com a Rua do Sol Poente, Morada do Sol.
Resumo da Região Noroeste	Quantidade de Áreas
REGIÃO NORTE	
117. Parque Ambiental Itatiaia	Avenida Serra Dourada, Ruas R-1R- 3, R-5, R-40, R-41, R-43, R-44, R- 46 e R-48, Conjunto Itatiaia.
118. Parque Municipal do Bosque do Café	Avenida do Café - Setor Santa Genoveva.
119. Parque Beija-Flor	Ruas J-22, J-24, Alameda J-28, Avenida Professor Verenando de Freitas Borges – Setor Jaó.

120. Parque Liberdade	Entre Alameda da Liberdade, Avenida Venerando de Freitas, Rua J-10, Alameda da República, Avenida Belo Horizonte- St. Jaó.
121. Parque Maracanã	Alameda Maracanã com Avenida Cristo Rei em frente às Quadras 119, 78, 83 e 84 - Setor Jaó.
122. Reserva Shangry – Lá - I	Parte I: Rua Goianazes esquina com a Rua Guaranis e Goianazes, Cataguazes, Quadra F, Setor Shangry-Lá.
123. Reserva Shangry – Lá - II	Avenida Tupirama com a Rua Apinajés - Setor Shangry-lá.
124. Residencial Nossa Morada	Entre as Ruas Omari L. Martins e NSM-9 - Residencial Nossa Morada.
125. Parque Represa do Jaó	Entre Av. Vereador José Monteiro, Al. Pampulha, Av. Meia Ponte e Av. Contorno da Represa – Setor Jaó e Vila Negrão de Lima, St. Meia Ponte e Loteamento Rasmussem.
126. Parque da Matinha	Avenida Maracanã, Rua J-56, J-2, J- 55, J-51, J-94. As quadras 95, 96, 97 e 98 foram desapropriadas e integradas à Área do Parque.
127. Parque Sítio de Recreio Mansões do <i>Campus</i> - I	Avenida Dom Pedro I com a Avenida Leopoldina, Av. Princesa Carolina.
128. Parque Sítio de Recreio Caraibas	APM-1: Rua Paineiras, Rua Princesa Carolina.
129. Residencial Vale da Serra	Rua ASA 1 (Frente às Quadras 03 e 02).
130. Parque Res. Antonio Barbosa	Rua Francisco Barbosa; APM Mato St. Sangri-lá; Rua Tote Barbosa. Res. Antonio Barbosa.
131 Parque Municipal Vale dos Sonhos II	Rua VS-12, Fundo com a ZPA-I do Córrego da Serra (Ladeira) - Residencial Vale dos Sonhos II.
132 Parque Municipal Vale dos Sonhos I	Rua Maria Abadia Vieira, Rua José Jeremias Rodrigues, Rua Cida Silveira e Rua Manuel Jardim.
133. Parque dos Cisnes	Avenida Parque dos Cisnes com a Rua dos Curiós - Parque dos Cisnes.
Bosque Goiânia 2 - I	Als. das Bougavíleas e Vitória Régia, Setor Goiânia 2.
Bosque Goiânia 2 - II	Al Vitória Régia, Ruas Cristal e da Ametista, S. Goiânia 2.
Bosque Goiânia 2 - III	Av. das Esmeraldas e Pedro Paulo de Souza, S. Goiânia 2.
Resumo da Região Norte	Quantidade de Áreas
REGIÃO VALE DO MEIA PONTE	
134. Parque Municipal Gentil Meirelles	Rua Gioto e Avenida Cândido Portinari, Quadras 42 e 43 – Conjunto Gentil Meirelles.
135. Parque Municipal Ione Martins do	Carmo (Jardim dos Ipês) Rua Amélio José do Carmo – Jardim dos Ipês.
136. Parque das Flores I	Ruas FL-10 e FL-23, ZPA-I Córrego Caveiras na Avenida Eurico Viana, APM-10 + ZPA-I (Nascente), Residencial Parque das Flores.
137. Parque das Flores II	Rua FL-20, FL-19, FL-46, FL-36 + ZPA-I Córrego ? – Residencial Parque das Flores.
138. Parque Municipal das Acácias (Aldeias)	Rua Mateus Aires Siqueira com a Rua Virgínea Rezende Setor Residencial das Acácias.
139. Morro do Além	Situado entre os setores Perim, Gentil Meirelles, Maria Dilce, Loteamento Hugo de Moraes.
140. Parque Municipal Residencial Hugo de Moraes - II	Rua Dr. Sebastião Hugo de Moraes com Rua HM-5, Setor Residencial Hugo de Moraes.
141. Parque Municipal Hugo de Moraes - I	Logradouro Rua HM - 11 e Córrego Caveiras com 22.232,43m ² mais APM - 6 com 1.493,95m ² , APM - 9 - com 1.061,35m ² = 22.787,73 Residencial Hugo de Moraes.
142. Parque Municipal Residencial Morumbi	Rua Sarah Miguel Ajus (APM's 1, 2, 4 e 5) – Setor Residencial Morumbi.
143. Parque Municipal Marabá	Entre a Rua SM-8, SM - 7, Rua VF - 110, Avenida José Inácio Sobrinho e Córrego Caveiras Setor Marabá.
144. Parque Maria Lourença	Rua Embratel
145. Residencial Licardino Ney	Rua PB-2, atrás da Cervejaria Antártica – Residencial Licardino Ney.
146. Parque Itamaracá	Rua SP-19, ZPA-I do Ribeirão Anicuns - Residencial Itamaracá.
147. Parque Cristina Extensão	Rua Marginal Caveirinha.
148. Parque Municipal Guarema	Rua RM-06, RM-09, RM-13, RM-14 - Residencial Guarema.
149. Parque Municipal Urias Alves Tavares ZPA - I; APM - I; APM - VII	Entre a Avenida Goiás Norte, Rua RH - 8, Alameda Humaita, Alameda Josefina Magalhães de Carvalho, Córrego Caveiras e Rio Meia Ponte. Residencial Humaitá.
150. Parque Balneário Vale do Meia Ponte	Av. Nerópolis, Rua PB-01e PB-02 - Parque Balneário.

Resumo da Região Vale do Meia Ponte	Quantidade de Áreas
REGIÃO MACAMBIRA CASCAVEL	
151. Bosque Macambira - Fundo de Vale Córrego Macambira (Setor Faiçalville)	Entre as Al. Ana Maria Morais Velano, Av. Nadra Bufaiçal, Al. Alcides Araújo Romão, Al. Abel Soares de Castro, Rua Presidente Rodrigues Alves e Ruas F – 37, F – 38 e F – 39 St. Faiçalville.
152. Parque Cascavel	Entre Av. Guarapari, Leblon, Alameda Aliança, Ruas do Siri, da Palombeta, da Ostra, Av. Guarujá e Av. Copacabana.
153. RPPN Mangueiras – "Reserva do Perseu"	Rua Cassimiro de Abreu, entre as quadras 17 e 18 – 74340-140, até o Córrego Cascavel – Parque Anhanguera Proprietário: Perseu Matias (3579- 2254).
Resumo da Região Macambira Cascável	Quantidade de Áreas
REGIÃO SUDOESTE	
154. Parque Municipal Residencial Solar Bouganville	Rua SB-17 com SB-22, SB-15 e SB-13, SB-24. APM-10. Setor Residencial Bougainville.
155. Parque Municipal Residencial Solar Bouganville II	Rua SB-25, Maria Carolina de Oliveira e Av. Eli Alves Fortes - Residencial Solar Bougainville
156. Parque Municipal Setor Grajaú	Rua G-21, G-20 com G-17, Rua Grajaú, St. Grajaú.
157. Parque Municipal Residencial Center Ville	ZPA-I, Área I: R. CV-20, Av. Center; ZPA-I, Área II: R. CV-22 com Av. Center; APM-15: CV-20, frente com a Quadra 13.
158. Parque Municipal Vereda dos Buritis	APM-06, frente a VB-03 fundo com a Rua VB-17 lado direito APM-02 lado esquerdo, Jacinto Alves de Abreu Júnior, VB-38, VB-52, VB-39, Av. Montreal, Residencial Vereda dos Buritis.
159. Parque Municipal Setor Solar Santa Rita I	APM-08, Rua R-17, Rua R-08 com a Rua R-15 Setor Solar Santa Rita.
160. Parque Municipal Setor Solar Santa Rita II	APM-07, Rua R-19, Setor Solar Santa Rita.
161. Parque Municipal Residencial Granville	ZPA-I Córrego Macambira; APM-29: Av. Parque fundo com a ZPA-I.
162. Parque Municipal Residencial Eli Forte	APM-1 (Destinada a Praça): Ruas EF-38, EF-19, EF-15, EF-34; APM-6 (Destinada À Praça): Ruas EF-07, EF-09, EF-16 - Residencial Eli Forte.
163. Parque Municipal - Jardins Madri	APM-08: Rua Madri 08, Madri 09 com Rua Madri 13, Madri 20, Madri 27, Madri 28, VC 23 Residencial Jardins Madri.
164. Parque Municipal Setor Orientville	APM-09: Rua Ademar Luiz Ferreira (Continuação JCA-38, Jardim caravelas), compreende área de ZPA-I + ZPA-IV, Setor Orientville.
165. Parque Residencial Talismã	Parque RT-1, confrontante com Gleba de Maurílio Coelho e Provalle - Res. Talismã (Fundo Chácara Edwiges).
166. Parque Residencial Santa Fé	Rua Lagoa Formosa, Rua Everardo de Souza, Av. Antônio Crispim, Setor Santa Fé.
167. Parque Municipal Antônio Crispim	1. ZPA, Av. Antônia Crispina; R. Everardo de Souza, 2. ZPA, R. João XXIII; Rua Hermantino; Solidônio José Celestino. 3. ZPA, R. Everardo de Souza, R. Gomes de Santana; Rua dos Campos. (3 ÁREAS). Res. Santa Fé - APM's 5 e 6 + Áreas A e B.
168. Parque Municipal José Crispim Borges	Avenida Antônio Crispim e Avenida Seringueiras - Setor Santa Fé.
169. Parque Municipal Piracanjuba (Parque <i>Pirveanyuba campae</i>) - Setor Três Marias	APM-1 (Rua Aranjuez, Alaor Procópio de Ávila, Rua Rocas); APM-2 (Rua MMM-7, Ruy Francisco R. Gonçalves, Av. Benedito Gonçalves de Araújo); APM-3 (Rua MMM-1); APM-14 (Av. Parque, Rua MMM-7); APM-15 (Av. Parque); ZPA-I do Córrego Pindaíba, Residencial Três Marias).
170. Parque Jardim Alphaville	APM-6: Rua JAV-18; JAV-01; JAV-06; JAV-02; APM-5: Rua JAV-09, JAV-07, JAV-02 e JAV-17, Jardim Alphaville.
171. Parque Eldorado	APM-2A: Av. Roma, Rua Venezuela; APM-8: Av. Roma, Av. Milão - Res. Eldorado.
172. Parque Jardins Lisboa	ZPA-I: Rua dos Buritis, Rua dos Jacarandás, Rua das Caliandras e Rua dos Cedros - Jardins Lisboa.
173. Parque Baliza	Rua BL-5; BL-13; BL-7 e BL-12. Conj. Habitacional Baliza.
174. Parque Setor Andreia/Setor Cristina	Rua Almirante Tamandaré; Rua Pedro Ludovico Teixeira, Rua Uberlândia, Rua Getúlio Vargas, Rua São Paulo, Qd. 19 e 20 – ZPAIII.
175. Parque Vila Luciana	Rua Marques de Abreu.
176. Parque Madre Germana II	Rua Sinhá Vasconcelos, Rua Maria Barbosa Reis, Ana Maria A. de Medeiros, Georgina G. B. de Melo. Setor Madre Germana II.

177. Residencial Rio Verde	Al. Hermínio Coelho de Moraes com R. RV-01, Área Remanescente de Mauro de Freitas Moraes e Paulo Alves Fortes - Residencial Rio Verde.
178. Alphaville Residencial	Faixa do Córrego Capão Comprido - Área Non Aedificandi, Acesso pela Alpha-22 (ocupada irregularmente).
179. Parque Residencial Kátia (Parque Municipal Capão da Mata)	Rua Ari de Alencastro Veiga - Residencial Kátia, confrontante com Parcelamento Solar Bougainville e com as terras de Ion Costa Campos.
180. Residencial Fidélis	Ruas F-22, F-6, F-7, F-5 - Residencial Fidélis
181. Village Veneza	Avenida Parque com a Av. Trieste e Rua VV-12 - Margem esquerda do Córrego Macambira – Village Veneza.
182. Parque Residencial Aquarius II	Av. Parque com a Chácara Nazareno Alves Toledo.
183. Parque Municipal Residencial Real Conquista	Rua RC-23, Avenida Real Conquista- Residencial Real Conquista.
184. Parque Municipal Campos Dourados	Rua Cachoeira, Rua Unai, Rua Angra dos Reis e Rua Diamantina - Setor Residencial Campos Dourados.
185. Parque Jardim Ipanema	Alameda Soneca, Rua Uberaba e cortada pela Avenida Almirante Tamandaré, do outro lado do Setor Andréia.
Resumo da Região Sudoeste	Quantidade de Áreas
REGIÃO CENTRAL	
186. Bosque dos Buritis	Rua 01, Rua 29, Av. AssisChateaubriand e Alameda dos Buritis – Setor Central/Setor Oeste.
187. Parque Educativo (Zoológico – Lago das Rosas)	Entre Al. das Rosas e Av. Anhanguera – Setor Oeste.
188. Parque Mutirama	Entre a Av. Araguaia, Av. do Contorno e Av. Independência – Setor Central.
189. Parque Botafogo	Entre a Av. Araguaia, Independência e Contorno e Marginal Botafogo - Setor Central e Ruas 200-A e 200-B - Setor Leste Vila Nova.
Resumo da Região Central	Quantidade de Áreas
REGIÃO CAMPINAS	
190. Parque Vila São José - Extensão	ZPA - I (Mata Ciliar descaracterizada).
191. Parque Cidade Jardim	Entre ruas Jaime Vilhena, Padre Conrado, Av. Atílio Corrêa Lima e Al. Adílio Ferreira - Cidade Jardim.
192. Parque Mooca	Rua Santa Rita, Rua Anicuns. VI Mooca Complemento.
Resumo da Região Campinas	Quantidade de Áreas
RESUMO TOTAL DAS REGIÕES	QUANTIDADE TOTAL DE ÁREAS

Legenda	
	Áreas não totalmente invadidas
	Falta Decreto
	Áreas vistoriadas
	Áreas não vistoriadas

Fonte: AMMA / 2008

QUESTIONÁRIO

Parque Flamboyant e Taquaral

Data: ____/____/2009

Horário: ____:____

1. Você é residente do bairro() e/ou do entorno ()?

() 0 a 5 anos

() 6 a 10 anos

() acima de 10 anos

2. Renda Familiar?

() 1 a 3 salários mínimos

() 4 a 6 salários mínimos

() acima de 6 salários mínimos

3. Você mora em?

() casa

() prédio

() casa / comércio

4. Sua moradia é?

() própria

() alugada

() outras

5. Você utiliza o espaço do parque para?

() lazer

() esporte

() comércio

() outros fins

6. Quais os horários que você frequenta o parque?

() 6 às 10 hs

() 15 às 18 hs

() 19 às 22 hs

7. Você costuma frequentar o parque?

() todos os dias

() finais de semana

() 2 a 3 vezes por semana

8. Você acha que o parque influenciou no crescimento populacional do bairro?

()sim () não

9. Quais os tipos de benefício que o parque proporcionou?

- valorização imobiliária
- melhorias ambientais / climática / qualidade de vida
- melhorias de vizinhança

10. O parque trouxe algum tipo de malefício?

- marginalização / droga / vandalismo
- insegurança
- doenças

11. Existe policiamento no parque?

- ausente
- finais de semana
- períodos não determinados

12. Quanto a apresentação da estrutura (projeto paisagístico) do parque?

- ótimo
- bom
- regular (insuficiente)

13. Quanto à degradação ambiental e vandalismo do parque?

- é freqüente
- ausente
- em períodos determinados (finais de semana e/ou outras ocasiões)

14. Seu imóvel foi valorizado () ou desvalorizado () com a construção do parque?

15. Depois que o parque foi inaugurado o IPTU de seu imóvel subiu?

- sim não

Data		PARQUE FLAMBOYANT																TOTAL FINAL	OBSERVAÇÕES:				
		Sábado 15/08/09			Domingo 16/08/09			Terça 18/08/09			Quinta 20/08/09			TOTAL PARCIAL									
Alternativas	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D			
Perguntas	1	3	1	1	-	2	1	2	-	1	-	4	-	2	1	2	-	8	3	9	-	C	
	2	-	1	4	-	1	2	2	-	-	3	2	-	1	1	3	-	2	7	11	-	C	
	3	-	5	-	-	2	2	1	-	2	2	1	-	1	3	1	-	5	12	3	-	B	
	4	3	-	2	-	2	3	-	-	4	-	1	-	3	-	2	-	12	3	5	-	A	
	5	4	-	1	-	4	-	1	-	4	1	-	-	1	4	-	-	13	5	2	-	A	
	6	2	2	1	-	1	4	-	-	-	4	1	-	-	1	4	-	3	11	6	-	B	
	7	2	1	2	-	3	2	-	-	-	-	5	-	2	-	3	-	7	3	10	-	C	
	8	4	1	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	3	2	-	-	17	3	-	-	A	
	9	2	3	-	-	2	3	-	-	2	3	-	-	3	2	-	-	9	11	-	-	B	
	10	-	1	-	4	-	2	-	3	-	2	-	3	-	1	-	4	-	6	-	14	-	D
	11	-	1	4	-	-	1	4	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	2	18	-	-	C
	12	5	-	-	-	5	-	-	-	4	1	-	-	4	1	-	-	18	2	-	-	A	
	13	-	2	3	-	1	-	4	-	-	2	3	-	-	3	2	-	1	7	12	-	-	C
	14	5	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	20	-	-	-	A	
	15	3	2	-	-	3	2	-	-	4	1	-	-	4	1	-	-	14	6	-	-	A	

Pergunta de nº.1:
Bairro: 10
Entorno: 10

PERGUNTAS

1. Você é residente do Bairro () e/ou do entorno()?
2. Renda Familiar?
3. Você mora em?
4. Sua moradia é?
5. Você utiliza o espaço do parque para?
6. Quais os horários que você frequenta o parque?
7. Você costuma frequentar o parque?
8. Você acha que o parque influenciou no crescimento populacional do bairro?
9. Quais os tipos de benefícios que o parque proporcionou?
10. O parque trouxe algum tipo de malefício?
11. Existe policiamento no parque?
12. Quanto à apresentação da estrutura (projeto paisagístico) do parque?
13. Quanto à degradação ambiental e vandalismo do parque?
14. Seu imóvel foi valorizado () ou desvalorizado () com a construção do parque?
15. Depois que o parque foi inaugurado o IPTU de seu imóvel subiu?
() sim () não

Data		PARQUE TAQUARAL																				OBSERVAÇÕES: Pergunta de nº.1: Bairro: 8 Entorno: 12	
		Sábado 15/08/09				Domingo 16/08/09				Terça 18/08/09				Quinta 20/08/09				TOTAL PARCIAL					TOTAL FINAL
		A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D		
Perguntas		1	1	1	3	-	-	1	2	2	-	1	3	1	-	4	8	8	-	-	B/C		
		2	1	4	-	-	2	3	-	1	3	1	-	2	3	-	6	13	1	-	B		
		3	5	-	-	-	5	-	-	4	-	1	-	4	-	18	2	-	-	-	A		
		4	5	-	-	-	3	-	2	-	4	-	1	-	13	2	5	-	-	-	A		
		5	3	2	-	-	3	2	-	3	1	1	-	-	9	8	3	-	-	-	A		
		6	5	-	-	-	4	-	1	-	2	2	1	-	-	11	2	7	-	-	A		
		7	1	2	2	-	2	2	1	-	3	-	2	-	9	4	7	-	-	-	A		
		8	1	4	-	-	-	5	-	-	1	4	-	-	3	17	-	-	-	-	B		
		9	2	3	-	-	1	4	-	-	1	4	-	-	6	14	-	-	-	-	B		
		10	4	1	-	-	3	2	-	-	2	3	-	-	13	7	-	-	-	-	A		
		11	-	2	3	-	1	2	2	-	1	1	3	-	3	6	11	-	-	-	C		
		12	-	4	1	-	-	2	3	-	-	2	3	-	-	10	10	-	-	-	B/C		
		13	3	2	-	-	4	-	1	-	2	-	3	-	5	-	14	2	4	-	A		
		14	2	3	-	-	1	4	-	-	2	3	-	-	7	13	-	-	-	-	B		
		15	3	2	-	-	4	1	-	-	2	3	-	-	12	8	-	-	-	-	A		

PERGUNTAS

1. Você é residente do Bairro () e/ou do entorno()?
2. Renda Familiar?
3. Você mora em?
4. Sua moradia é?
5. Você utiliza o espaço do parque para?
6. Quais os horários que você frequenta o parque?
7. Você costuma frequentar o parque?
8. Você acha que o parque influenciou no crescimento populacional do bairro?
9. Quais os tipos de benefícios que o parque proporcionou?

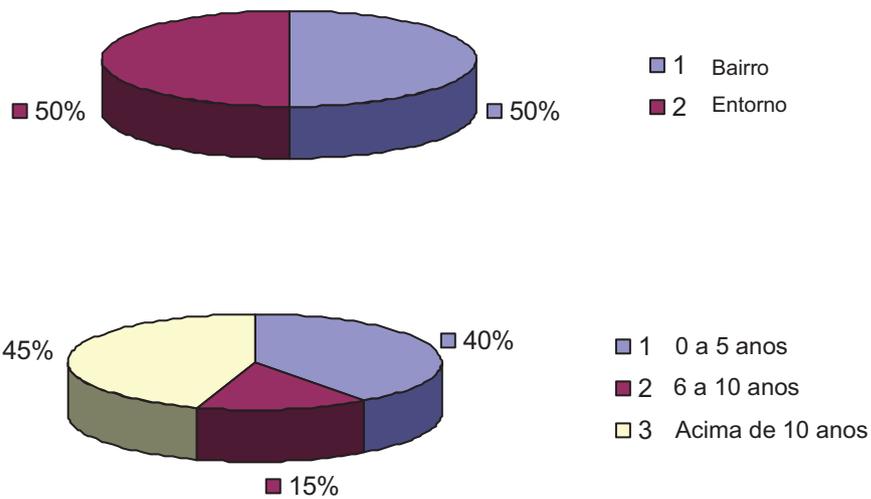
10. O parque trouxe algum tipo de malefício?
11. Existe policiamento no parque?
12. Quanto à apresentação da estrutura (projeto paisagístico) do parque?
13. Quanto à degradação ambiental e vandalismo do parque?
14. Seu imóvel foi valorizado () ou desvalorizado () com a construção do parque?
15. Depois que o parque foi inaugurado o IPTU de seu imóvel subiu? () sim () não

GRÁFICOS

Parque Flamboyant

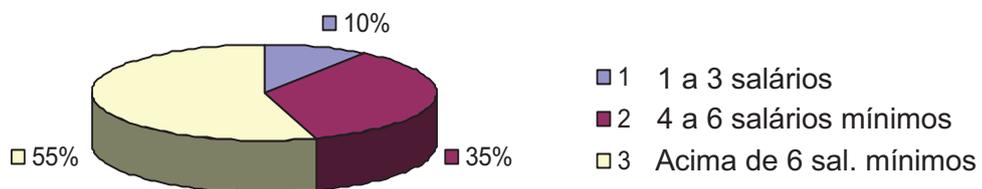
Pergunta n° 1

Você é residente do Bairro () e/ou do entorno ()?

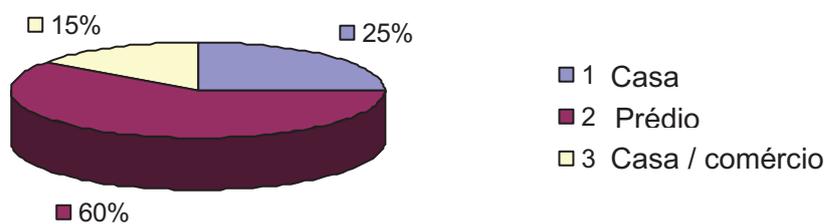


Pergunta n° . 2

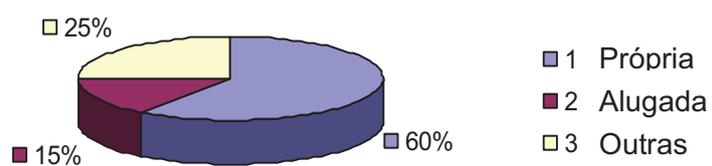
Renda Familiar?



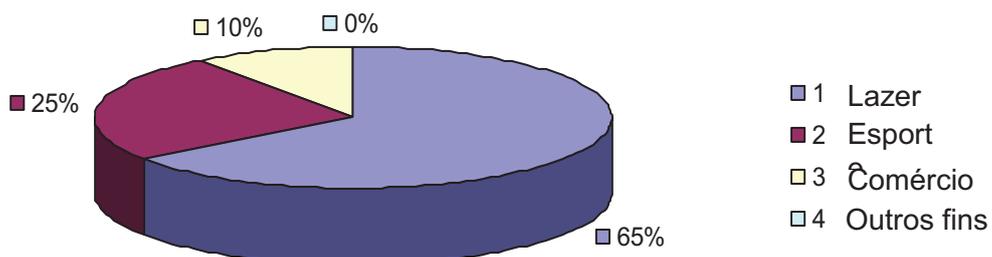
Pergunta n°. 3
Você mora em?



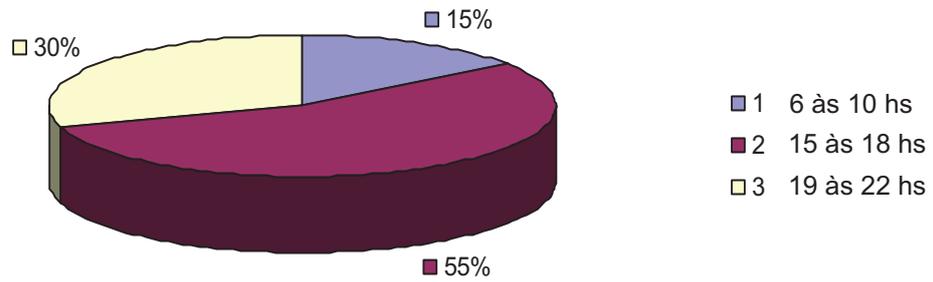
Pergunta n°. 4
Sua moradia é?



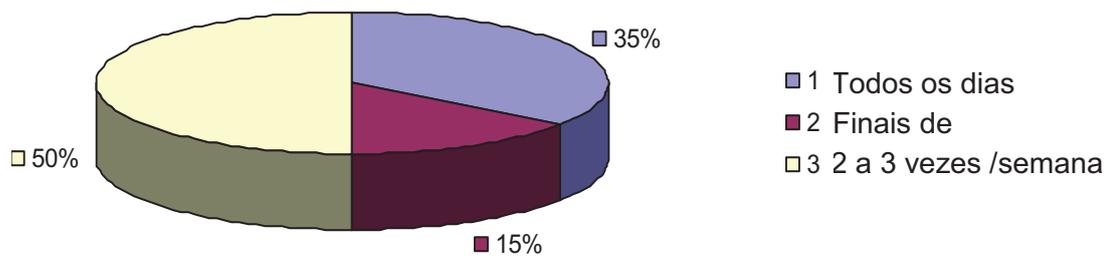
Pergunta n° 5
Você utiliza o espaço do parque para?



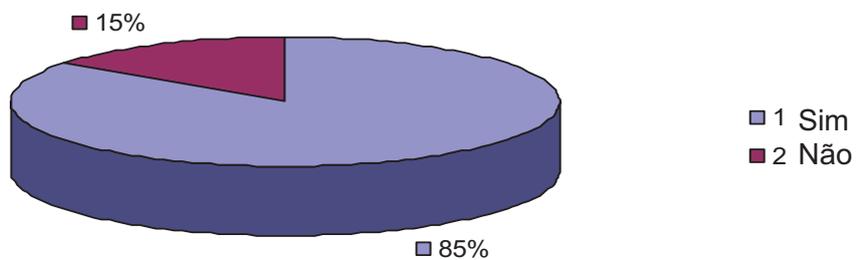
Pergunta n°.6
Quais os horários que você frequenta o



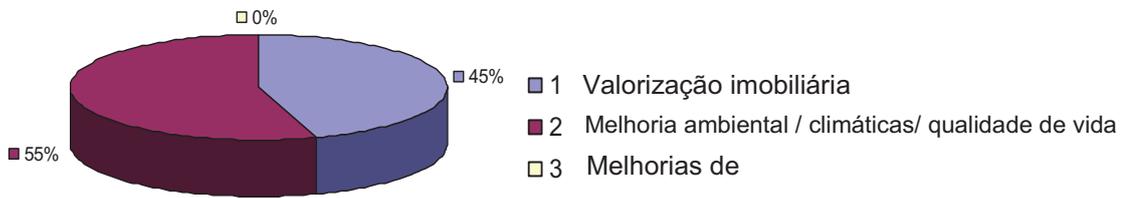
Pergunta n°. 7
Você costuma freqüentar o



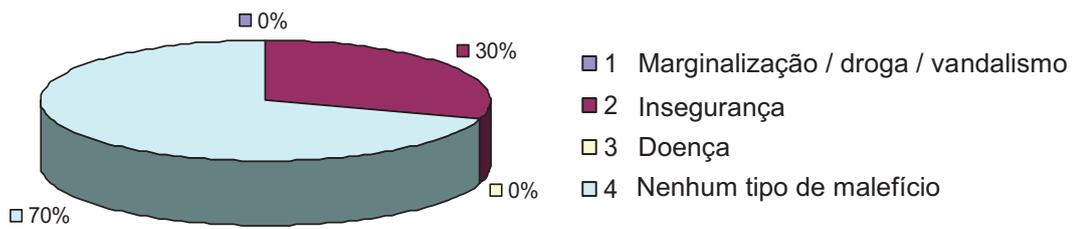
Pergunta n°. 8
Você acha que o parque influenciou no crescimento populacional do Bairro?



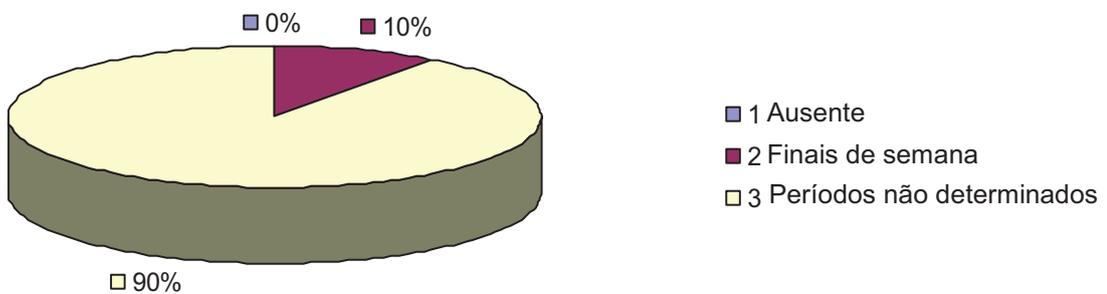
Pergunta n°. 9
Quais os tipos de benefícios que o parque



Pergunta n°. 10
O parque trouxe algum tipo de malefício?

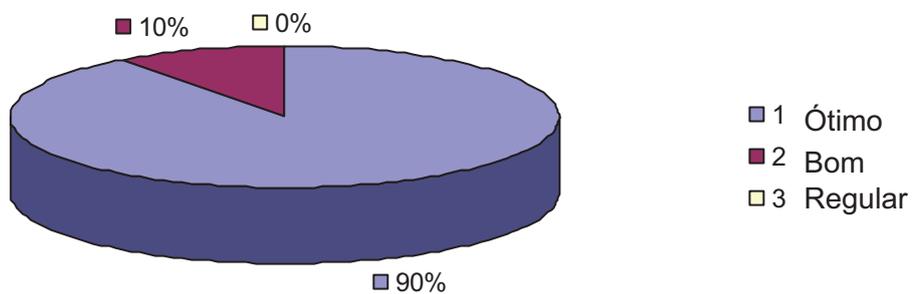


Pergunta n°. 11
Existe policiamento no parque?



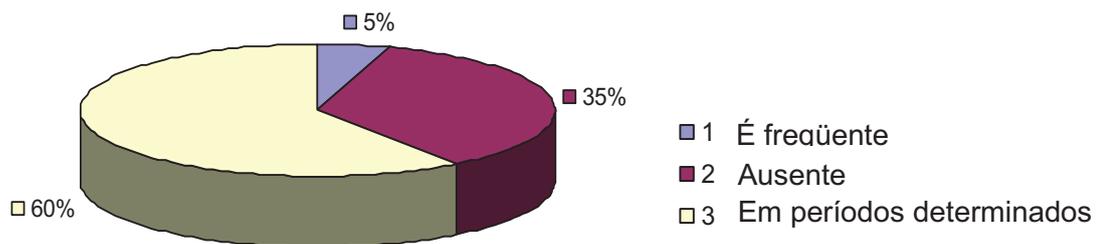
Pergunta n.º 12

Quanto à apresentação da estrutura (projeto paisagístico) do parque?



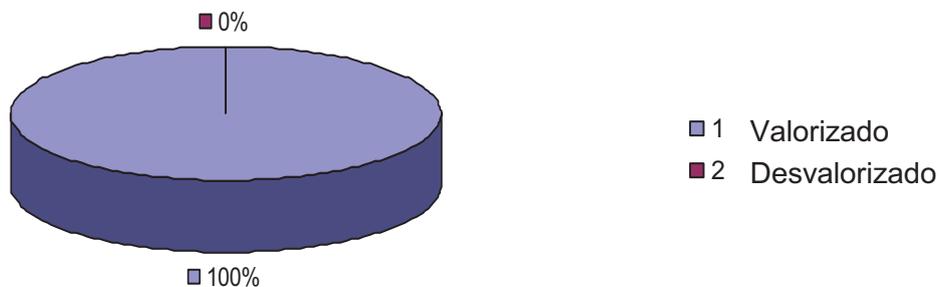
Pergunta n.º 13

Quanto a degradação ambiental e valorização do parque?



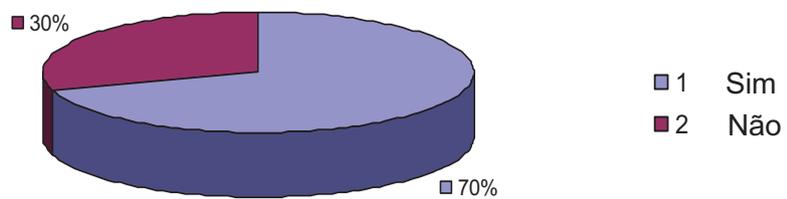
Pergunta n.º 14

Seu imóvel foi valorizado ou desvalorizado com a construção do parque?



Pergunta n° 15

Depois que o parque foi inaugurado o IPTU de seu imóvel

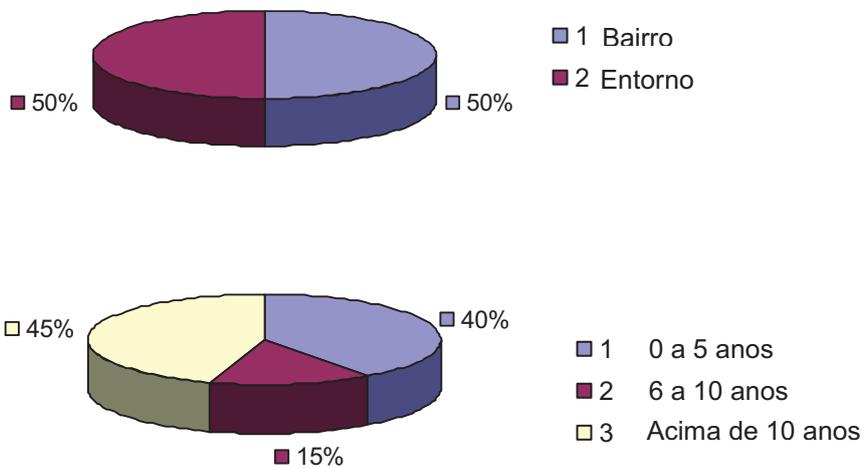


GRÁFICOS

Parque Taquaral

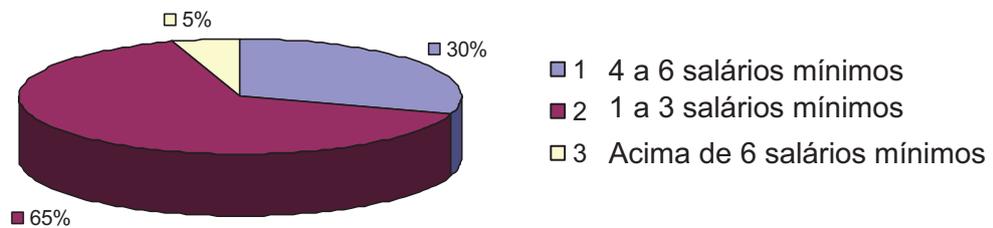
Pergunta n° 1

Você é residente do Bairro e/ou do entorno?

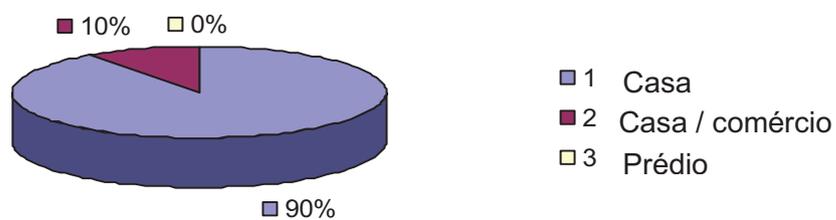


Pergunta n° 2

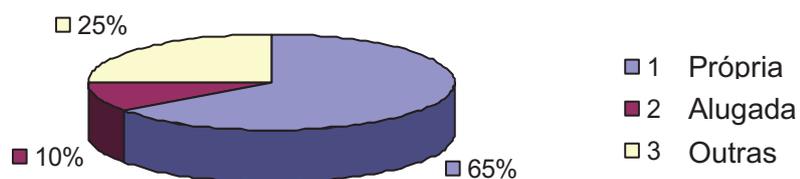
Renda Familiar?



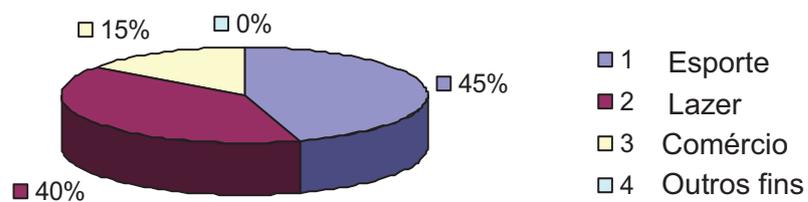
Pergunta n°. 3
Você mora em?



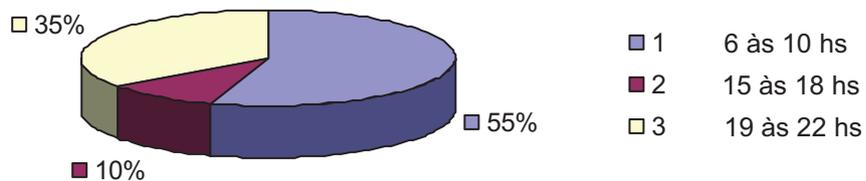
Pergunta n°. 4
Sua moradia é?



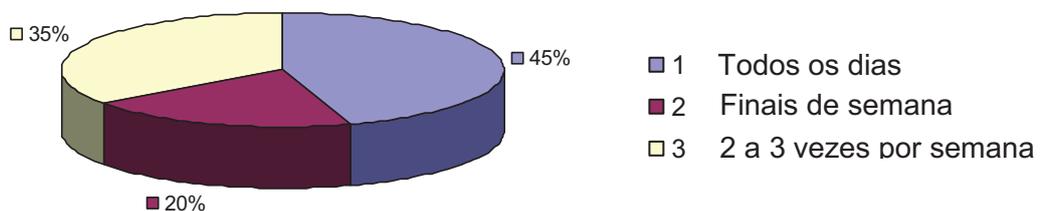
Pergunta n° 5
Você utiliza o espaço do parque para?



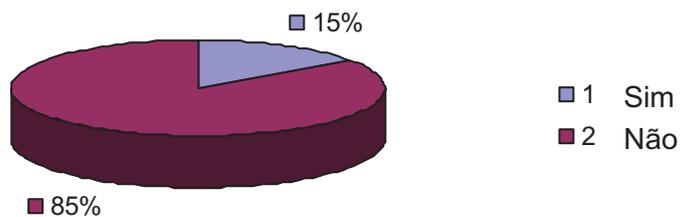
Pergunta n°.6
Quais os horários que você frequenta o parque?



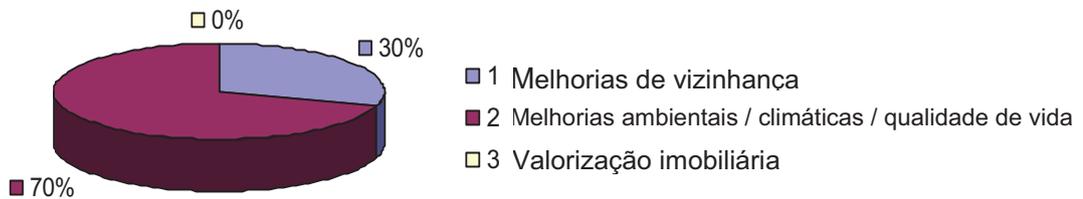
Pergunta n°. 7
Você costuma frequentar o parque?



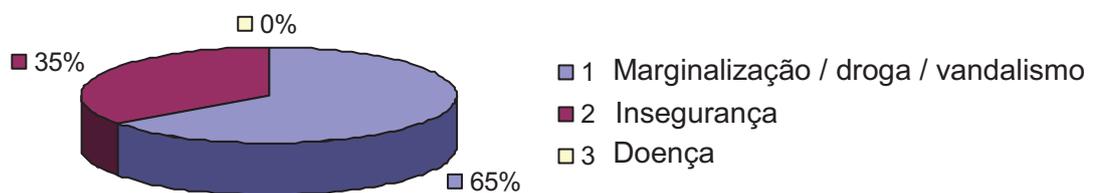
Pergunta n°. 8
Você acha que o parque influenciou no crescimento populacional do Bairro?



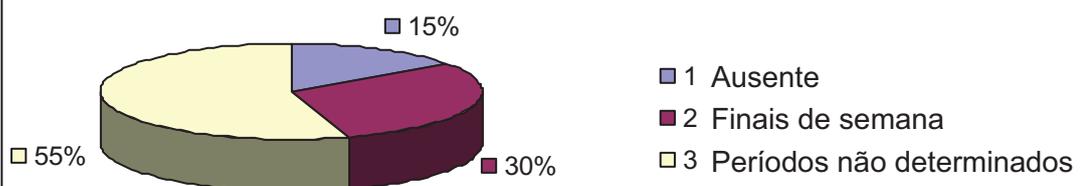
Pergunta n°. 9
Quais os tipos de benefícios que o parque



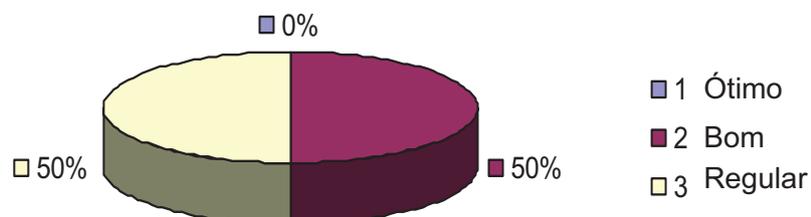
Pergunta n°. 10
O parque trouxe algum tipo de malefício?



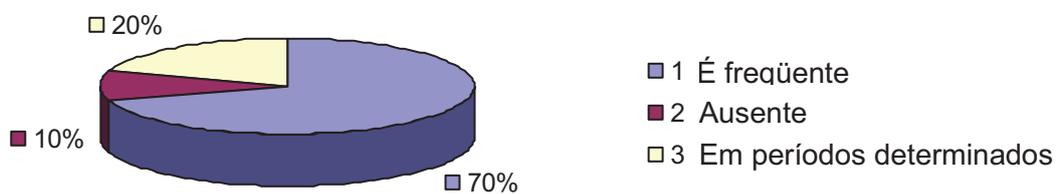
Pergunta n°. 11
Existe policiamento no parque?



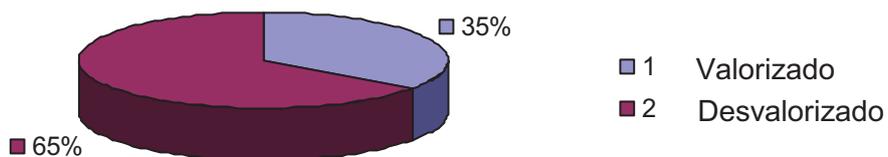
Pergunta n°. 12
Quanto à apresentação da estrutura (projeto paisagístico) do parque?



Pergunta n°.13
Quanto a degradação ambiental e valorização do parque?



Pergunta n°. 14
Seu imóvel foi valorizado ou desvalorizado com a construção do parque?



Pergunta n° 15

Depois que o parque foi inaugurado o IPTU de seu imóvel subiu?

